

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

CLEILSON TEOBALDO DOS REIS

Velhice como intervenção nos modos de vida

VITÓRIA
2010

CLEILSON TEOBALDO DOS REIS

Velhice como intervenção nos modos de vida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.
Orientação: Doutora Ana Lúcia Coelho Heckert.

VITÓRIA
2010

CLEILSON TEOBALDO DOS REIS

Velhice como intervenção nos modos de vida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Coelho Heckert (Orientadora)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL/UFES

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Corrêa Tótora
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS/PUC/SP

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Campello Lavrador
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL/UFES

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Maria Andrade Aragão
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL/UFES
(SUPLENTE)

VITÓRIA

2010

AGRADECIMENTOS

Há muito o que agradecer e muitos a quem agradecer por esta caminhada. Tanto(s) que se torna difícil qualquer tentativa de listagem, lembranças de cada pedaço da estrada, cada canto de chão pisado. Em meio à poeira que se levanta com a passagem dos muitos caminhheiros, muita coisa ficou: a alegria marcada pelos sorrisos e gargalhadas produzidos por entremomentos intensos e vivos, os projetos conjuntos que traçamos, pensando aonde chegar e de que modo caminhar, as angústias e medos por não saber onde dariam os caminhos e, por vezes, por achar que nossos passos estavam lentos demais, a saudade que apertava quando a distância, dos tempos e dos espaços, surgia entre nós, a dor e o cansaço de noites mal dormidas, entre uma e outra diária de trabalho árduo, a euforia compartilhada e multiplicada a cada pouco de estrada que atravessávamos...

Todos que me ladearam nesse percurso, porém, tiveram sua importância, contribuíram ao seu modo, ao seu ritmo, ora puxando e acelerando os passos, ora ajudando a desacelerar quando a velocidade flertava com o estresse. Alguns que já se faziam presentes antes mesmo de essa jornada no PPGPSI começar, outros que foram se achegando ao longo da caminhada, uns que atravessaram pontualmente o caminho, outros com os quais “comemos poeira” por muito mais tempo, enfim... Como muitos pés marcaram esse chão, muitas mãos compuseram a produção deste trabalho. A todos agradeço a companhia e acima de tudo a aposta nesta produção.

Ainda assim, penso ser necessário agradecer em especial:

* À Carla, companheira amada, que suportou esses tempos de pouco tempo, de cansaço e de algumas ausências, mas sempre presente, ao lado, compartilhando sonhos, acolhendo e aquecendo noites de frio.

* Às preciosidades Isabela e Ana Clara, que fazem todas as dores inexistirem ao receberem esse velho caminhheiro todas as noites com sorrisos ensolarados, com abraços

perfumados e com o carinho dos anjos. Mesmo quando cobram tempo, atenção, espaço, fazem toda a diferença para que o caminhar não se torne rotina e aprisionamento.

* A José Geraldo e Agenir, meus pais, meus guias, meu orgulho, minhas referências para tudo. Compõem muito do que sou. Suas palavras, imagens, acolhidas, sempre calorosas e preocupadas, acompanharam cada passo e cada respirar nessa estrada.

* A Márcio Alexandre e Viviane, irmãos queridos, que entenderam as pequenas ausências deste operário-viajante e que sempre estavam prontos a receber as chegadas com carinho e alegria.

* Ao Grupo Giraia-Laborde, sem o qual muito desta produção não seria possível. Parceiros nas lutas diárias deste caminhar, remexeram o pó da estrada por diversas vezes com uma implicação contagiante. Entre chicletes com papel, cafés amargos, mudanças de nomes, *hip-hop's*, cheiro de eucalipto de Aracruz, práticas psi, comunidades, EJA, CRAS, população de rua, escola pública, política de humanização, processos de trabalho e muitos mais outros atravessamentos, este trabalho foi se compondo. É, também, nosso, portanto.

* À Ana Lúcia Coelho Heckert, orientadora, mestre, amiga. Dura e firme quando era preciso, acolhedora e presente sempre. Agradeço pela aposta, pela coragem da aposta não somente em mim, não somente na temática da pesquisa, mas principalmente pela aposta na vida como multiplicidade e invenção. A admiração dos tempos da graduação só ganhou mais motivos para se multiplicar. Muito pude aprender, e essas marcas o tempo não apaga.

* À Soninha (Secretária) e aos demais professores e colegas alunos do PPGPSI, que fizeram a diferença nessa formação, compartilhando práticas, olhares, modos de vida. Vocês também estão nestas páginas, assim como as pegadas que ficaram na estrada.

* Às queridas e admiradas Cristina Lavrador e Silvana Tótora que aceitaram dividir as aventuras deste caminhar, foram intercessoras fundamentais nesta produção e ajudaram

a fazer a estrada compondo as Bancas de Qualificação e de Defesa. Cristina, com quem já havia tido a alegria de caminhar um pouco durante a graduação. Reencontrá-la foi viver nova alegria. Silvana, a quem tive a satisfação de conhecer mais recentemente, quase casualmente, e que também marcou de forma intensa esta formação.

* Aos colegas da SEMAS, que também acompanharam esta viagem com manifestações de carinho e afeto, e, em especial, à Secretária de Assistência Social Ana Maria Petronetto Serpa, que não somente permitiu a realização do trabalho de campo, como também colocou-se como parceira na partilha de discussões, no acolhimento de algumas angústias e na compreensão de algumas ausências.

* À amiga Tânia Maria Bigossi do Prado, uma das grandes incentivadoras deste percurso, solidária companheira, fiel “militante” do envelhecimento, por ter aberto caminhos e apostado até o fim.

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a dialogar com modos de vida engendrados por idosos moradores do município de Vitória - ES, atentando para ouvir suas narrativas e aquilo que anunciam como potência e como devir, provocando desvios e dobras na produção da realidade. Especificamente, idosos que se recusam a sofrer intervenções das políticas de assistência social e que, em função disso, evocam a necessidade de análise nos modos de fazer das políticas de governo e das práticas de pesquisa, bem como nos modos como produzimos coletivamente a vida. Utilizamos a perspectiva cartográfica como princípio norteador desta pesquisa e tomamos como material principal para nossas análises relatórios produzidos por uma equipe técnica atuante na política de assistência social do município de Vitória-ES e também os efeitos das narrativas dos idosos produzidas nesta pesquisa e neste pesquisador, uma vez que os idosos escolhidos negaram-se a ter suas histórias publicizadas neste trabalho. Referenciando-nos em conceitos tais como o de *devir minoritário*, de biopoder, de ética, dentre outros, reiteramos a necessidade de se colocar em análise as políticas de assistência social, bem como as políticas de pesquisa, que produzimos, problematizando os engessamentos com os quais elas estão comprometidas. Afirmamos o quanto somos convocados a abrimo-nos à produção, à escuta e à experiência da diferença como aquilo que aponta para outros possíveis e retira a produção de realidade do lugar da totalização e das formas predefinidas e definitivas.

Palavras-chaves: VELHICE – MODOS DE VIDA – BIOPODER – POLÍTICAS PÚBLICAS

ABSTRACT

This research was proposed to talk with ways of life engendered by the elderly residents of Vitoria/ES, attending to hear their narratives and what they announce as power and as becoming, causing detours and folds in the production of reality. Specifically, the elderly who refuse to undergo interventions of social assistance policies and that, because of it, evokes the need for analysis on ways to make government policies and practices of research, as well as the ways in which collectively produce life. We use the cartographic perspective as a guiding principle of this research and we take as the main material for our analysis reports produced by a technical team active in the policy of social assistance in the city of Vitoria/ES and also the effects of the narratives from the elderly produced in this research and this researcher, since the elderly chosen refused to have their stories publicized in this work. Referencing in concepts such as *becoming minority*, biopower, ethics, among others, we reiterate the need to put in question the social assistance policies, as well as the policies of research, that we produce, problematizing the rigidities which they are committed. We say how we are called to open ourselves to the production, the listening and the experience of difference as something that points to other possibles and removes the production of reality of the aggregation and of the predefined and definitive shapes.

Keys-words: ELDERLY – WAYS OF LIFE – BIOPOWER – PUBLIC POLICIES

*Aos meus pais, José Geraldo e Agenir
porque tenho certeza de que esta estrada
começou em Santo Onofre-MG...*

*Aos idosos que intervieram nesta pesquisa,
participando com suas recusas,
afirmando modos de vida.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Uns pontos de partida...	01
1 BATENDO A POEIRA DA ROUPA. A PERCEPÇÃO DO CAMINHO.	08
1.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO UM TERRENO DE LUTAS	15
1.2 SOBRE VELHICE, BIOPODER E OUTRAS TORÇÕES	24
2 MISTURANDO-SE AO PÓ DA ESTRADA. INTERLOCUÇÕES NO PROCESSO DO CAMINHAR.	37
2.1 SEM QUERER PARAR... UM CORAÇÃO QUE ROLA PELO MUNDO... ALIADOS NO CAMINHAR.	40
3 O CHEIRO FORTE DA POEIRA LEVANTADA... LEVANDO A GENTE SEMPRE MAIS À FRENTE! DIÁLOGOS COM O CAMPO!	48
3.1 AS PRODUÇÕES DO CAMPO. PENSAMENTOS ENQUANTO SE CAMINHA...	54
3.2 POLÍTICAS DE PESQUISA: ARTES DE PRESCREVER, ARTES DE SILENCIAR	76
4 COMO UM VELHO VAGABUNDO, SEM QUERER PARAR, CONTINUAMOS A ANDAR...	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
APÊNDICE	96
A – Lista de siglas	96
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	97

INTRODUÇÃO – Uns pontos de partida...

*“Escrevemos o Anti-Édipo a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente. [...] Não somos mais nós mesmos. [...] Fomos ajudados, aspirados, multiplicados.”
(Deleuze e Guattari, Mil Platôs I)*

As andanças pela vida, as estradas percorridas, os caminhos trilhados, as pessoas encontradas e aquelas que nos encontraram, algumas com quem cruzamos, nos esbarramos, trocamos olhares, palavras, sentimentos e pedaços de vida e seguimos viagem, cada um em seu rumo, outras que, após as trocas e afetações, toparam caminhar ao lado na mesma direção, os lugares visitados, “as coisas” vistas, ouvidas, sentidas, as afirmações, as negações, as dúvidas, as certezas, enfim, tudo o que atravessou e ainda atravessa nossa existência compondo nossas práticas e nossos modos de viver são pontos de partida deste trabalho.

Não, então, UM ponto de partida, numeral cardinal ou adjetivo singular que expressa unidade ou origem, que indica definição, totalidade e identidade. Mas UNS pontos, artigo indefinido que aponta para múltiplos, para partes que se cruzam, que se tocam, por vezes se somam, por outras se multiplicam, não exatamente para formar um todo coeso e delimitado, mas para indicar a existência de tantos possíveis, invenções de modos de viver. Uns pontos de partida que indicam aberturas e pontos de ruptura com as lógicas ordeiras que tanto regem nossa vida contemporânea num esforço por padronização, por adequação às normas e por produção de sentidos serializados, alvos fáceis das capturas interpretativas.

Partimos da inquietação provocada pelo “pó da estrada” que se levanta ao passarmos, mudando estrada e caminheiro, não mais os mesmos. Caminhar não somente pensado como rastros deixados na poeira “contando nossa história”, mas fundamentalmente como partes constitutivas da produção da vida, uma vez que permitiram encontros¹ diversos, alguns deles *a priori* até inimagináveis (ou mesmo recusáveis), mas que se fazem possíveis

¹ Na tentativa de fugir a qualquer subjetivismo, utilizamos a ideia de encontro como processo de afetação na produção da vida e do mundo, ao invés de delimitá-lo ao contato físico entre indivíduos. Coadunando com essa ideia, Neves (2009) formula que “*É no encontro, neste meio de proliferação, que os corpos expressam sua potência de afetar e ser afetado. É nele que o desejo flui e cria mundos agenciando modos de expressão e a conectividade da vida em suas múltiplas experimentações*” (p. 197).

na medida em que o pó da estrada se levanta, gruda na pele, mistura-se às roupas e ao corpo. Além do que, os caminhos nunca estão lá (em qualquer lugar) prontos, estáticos, aguardando que o caminhante o percorra. Não! Eles se fazem ao caminhar!² Fazem-se no encontro com o corpo e com o movimento de quem caminha.

Tais caminhos nos levaram, nesta pesquisa, a dialogar com idosos moradores do município de Vitória - ES, atentando para ouvir suas vozes mudas, muitas vezes silenciadas, vozes que anunciam modos de viver repletos de significados e de potência, e, a partir do encontro com diversas histórias narradas, disparar processos de análises a respeito das políticas de governo, em especial a política de assistência social, a respeito do modo de operar das práticas de pesquisa, a respeito do modo como produzimos coletivamente a vida. Nesse diálogo com idosos e suas histórias de luta e resistência, deparamo-nos com recusas que cortaram como faca a produção de realidade, provocando dobras, torções, desvios, mudanças, enfim, que se tornaram o fio condutor deste trabalho. Falar das histórias e da vida cotidiana dos velhos de Vitória remeteu-nos a falar não somente de nossas práticas profissionais, das intervenções e da efetividade das políticas de governo, como se propunha de início, mas também de nossas próprias práticas investigativas, a falar do que procuramos e do modo como procuramos, a falar dos caminhos que percorremos e das instituições³ que produzimos.

É necessário afirmar que esse caminhar constituiu-se, todo o tempo, por paradas, passos por vezes acelerados, em outros momentos, mais vagarosos, alguns galopes, alguns recuos, conversas com outros caminhantes que vinham ao lado, com outros que vinham de outra direção e cruzaram a estrada produzindo intervenções. Esta pesquisa se fez um desafio desde seu início, modulando-se conforme o caminho ia sendo trilhado, o que acreditamos ter revestido o processo de riqueza e intensidade.

² Verso XXIX do poema Proverbios y cantares, parte da obra Campos de Castilla, do poeta espanhol Antônio Machado (1875-1939). Disponível em http://es.wikisource.org/wiki/Campos_de_Castilla.

³ Neste trabalho, usamos como referência para o termo instituição as produções de René Lourau e os estudos da Análise Institucional (ALTOÉ, 2004). Instituição é tida como toda e qualquer regra, norma, costume, tradição presentes na sociedade, tomada como forma, interferindo e constituindo indivíduos, nos grupos sociais e nas organizações formais. Não é algo externo ao indivíduo e/ou ao grupo, mas historicamente produzido e manifesto nele(s) e por ele(s). Instituição é efeito de afrontamentos entre processos instituídos e instituintes.

Neste compor de histórias e de caminhos, há, pelo menos, duas importantes apostas. Primeiro, na certeza da vida como efeito de composições múltiplas e não como encerrada em formas apriorísticas, delimitadas e endurecidas, por vezes fatalistas. Falamos das fugas às modelizações da vida, estas quase sempre remetendo a dicotomias formatadoras do viver, confrontando opostos expressos em verdades binárias (o certo e o errado, o verdadeiro e o falso, o bom e o ruim, o importante e o insignificante, etc.). Não! Isso não basta, não é suficiente, não dá conta da VIDA! Esta é marcada pelos possíveis, é aberta à produção e à criação permanente que a faz ser uma nova vida a cada instante, ser um não ser, ser um vir a ser, um *devenir*⁴. Vida que se faz pelos atravessamentos que nos desestabilizam, movendo-nos numa incessante produção e transformação de realidades, levando-nos a criar e experienciar acontecimentos⁵ como aquilo que destoa e provoca, que destrói e constrói o novo, “[...] lançando-se ao infinito dos possíveis que se abrem, rompendo as cadeias de uma dada identidade, hábito ou subjetividade” (TÓTORA, 2006b, p. 30-31). Fazer os caminhos ao caminhar!

Também a aposta na produção coletiva da vida a partir dos diversos encontros entre-seres, entre-mundos e entre-tempos que dialogam e misturam-se, afirmam diferenças e suscitam acontecimentos de “*uma vida*”, como tratado por Deleuze (1997). Uma vida que se atualiza nos sujeitos, que se singulariza e dá passagem para a reinvenção e para a constante constituição de diversos outros em si. *Uma vida* jamais individual, intimista e privada, mas múltipla e calcada na constituição coletiva dos sujeitos, pensada como “*vida singular imanente*”:

Uma vida está em todos os lugares, em todos os momentos que atravessa esse ou aquele sujeito vivo e que mede tais objetos vividos: vida imanente levando os acontecimentos ou singularidades que só fazem se atualizar nos sujeitos e nos objetos. Esta vida indefinida não tem ela mesma momentos, por mais próximos que sejam uns dos outros, mas somente entre-tempos, entre-momentos (DELEUZE, 1997, p. 18).

⁴ A noção de *devenir* acompanha toda a obra de Gilles Deleuze e de Félix Guattari, dentre outros autores igualmente importantes. Tentaremos, ao longo deste trabalho, discuti-la e utilizá-la como ferramenta/aliada nas análises aqui propostas.

⁵ Também a noção de acontecimento nos acompanhará neste trabalho. As produções de Michael Foucault, bem como de Gilles Deleuze e Félix Guattari, a despeito de algumas diversidades na forma como cada um trabalha com o conceito, oferecem-nos convergências de pensamento ao apresentarem o acontecimento como diferenciação, como produção que afirma processos de singularização, anunciando transmutações e possibilidades irruptivas inscritas no embate de forças (DELEUZE e GUATTARI, 1996) (FOUCAULT, 1979a). Essa será nossa referência.

A produção da realidade é sempre produção coletiva, mas sem pensar em coletividade como conjunto/somatória de unidades e individualidades. Coletivo e coletividade falam de produções ininterruptas no tempo e no espaço que atravessam a todos os sujeitos e os envolvem de maneira rizomática, dando formas às experiências da vida. A alusão aqui à ideia de rizoma defendida por Deleuze e Guattari (1995a) é proposital, uma vez que entendamos a vida como múltipla, heterogênea, com várias conexões, composta por formações e rupturas e escorregadia a representações (algumas das características e princípios do rizoma tal como defendido pelos autores)⁶.

Abrir-se a tal compreensão requer sair do isolamento de si e pensar-se como “muitos em mim”, ou como um devir-outro tal como nas palavras de Rolnik (1995, p. 162-163):

É uma abertura que depende da capacidade de suportarmos o fato de que não somos apenas um corpo que funciona isoladamente, uma individualidade igual a si mesma - em suma, uma identidade na qual nos reconhecemos -, mas que para além dessa individualidade somos também um permanente processo de subjetivação, um permanente devir-outro, em que mudam os contornos do campo em que nos reconhecemos.

Também por isso, ao longo do texto, ao relatarmos nosso encontro com o campo e as análises a partir daí realizadas, alternaremos o uso da conjugação dos verbos entre a primeira pessoa do singular (eu) e a primeira pessoa do plural (nós). Entendemos que o próprio modo como esta pesquisa foi construída, dialogada com os idosos, com os colegas do grupo de orientação, com outros colegas do próprio programa de pós-graduação e de fora dele, permitindo-se e afetando-se pelas interferências produzidas pelos outros em nós, faz com que muitas das análises aqui presentes contenham uma(s) dose(s) de cada um, configurando o sujeito coletivo que somos. Em alguns instantes, porém, o uso das afirmativas no singular intentam demarcar também a experiência concreta corporificada no pesquisador que sente, respira e vive o campo como singularidade.

⁶ Por ocasião das aulas durante o processo de formação neste Mestrado, Lavrador (2009) nos auxiliou na compreensão deste conceito ao definir o rizoma como multiplicidade: “Um rizoma se faz por multiplicidades e não pela lógica binária da dicotomia, do princípio da oposição entre contrários e de sua superação, pela contradição e pela sua resolução, pela negação da negação, pela recusa de tudo em nome de um mundo e de uma vida idealizada, imaginária e supostamente ‘verdadeira’”.

E, assim, vamos, caminhante e caminho fazendo-se um ao outro, compondo histórias repletas de alegrias, tristezas, angústias, descobertas, atitudes, mudanças de rotas, insistências, lutas e batalhas não demarcadas por supostos inícios e fins, contudo vividas em suas intensidades. Histórias que expressam nossa condição de humanos, seres sociais, coletivos e produtores da vida. Histórias que se transmutam a todo instante, dialogando e compondo com o mundo, inventando significados, produzindo verdades, provocando irrupções de formas diversas de viver.

Durante o processo de escrita deste trabalho, os capítulos foram construídos também acompanhando o movimento do caminhar. Nossa intenção é que a leitura possibilite sentir um pouco do que foram as intensidades que atravessaram o caminho, como num convite também por experimentar a viagem que efetuamos.

Falamos, no primeiro capítulo, a respeito do encontro com as políticas de assistência social e do modo como a temática deste trabalho foi sendo engendrada, tomando como referência as experiências na produção de realidade, estas movimentando histórias de vida e lançando-nos à criação de novos modos de existir. Apresentamos algumas questões relacionadas à produção da assistência social e à sua visibilidade como campo de batalhas de forças e discutimos os discursos produzidos sobre a velhice, bem como analisamos seu engendramento como novo perigo.

No capítulo seguinte, apresentamos a perspectiva cartográfica como um princípio que pautou nossa pesquisa e os movimentos experimentados em sua produção. Importa, desde já, dizer que utilizamos como material principal para nossas análises relatórios produzidos por uma equipe técnica atuante na política de assistência social do município de Vitória-ES e também os efeitos das narrativas dos idosos produzidas nesta pesquisa e neste pesquisador. Isto porque contactamos idosos e idosas que aceitaram trilhar juntos esse caminho, receberam-nos e contaram-nos suas histórias, porém opuseram-se a assinar o protocolar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou a registrar, sob qualquer forma, suas falas e narrativas, negando-se, assim, a ter suas histórias publicizadas neste trabalho. A definição do método e da metodologia da pesquisa constituiu-se, então, como grande e instigante desafio.

Auxiliados por alguns aliados, apresentamos, no terceiro capítulo, os diálogos com o campo e com alguns dilemas produzidos no caminhar, considerando que os impasses gerados operaram importantes interferências neste trabalho. Utilizando-nos de conceitos tais como o de *devir minoritário*, de biopoder, de ética, dentre outros, efetuamos análises, discutindo o modo como vêm sendo operadas as políticas de pesquisa e suas formas muitas vezes silenciadoras de criações.

No quarto e último capítulo, à luz das produções no campo, reiteramos a necessidade de se colocar em análise as políticas de assistência social, bem como as políticas de pesquisa, que colocamos em funcionamento, problematizando os engessamentos com os quais elas estão comprometidas, quase sempre invisibilizando os devires e os acontecimentos que insistem em emergir, ou ainda desconsiderando as batalhas travadas pelas forças que produzem o cotidiano. Afirmamos o quanto somos convocados a abrimo-nos à produção, à escuta e à experiência da diferença como aquilo que aponta para outros possíveis e retira a produção de realidade do lugar da totalização e das formas predefinidas e definitivas.

Importa, ainda, dizer o quanto a produção deste trabalho, desde seu início, foi atravessada por percalços, desvios, torções. Tentamos também traduzir, na escrita, os diversos momentos e entremomentos, as mudanças de rotas, as incertezas, as descobertas. Nada, porém, foi vivido como negatividade ou como paralisia. Cada impasse era vivido como um novo embate, como um novo desafio a ser experienciado não somente na produção da pesquisa em si, como também na própria produção da vida. Por este mesmo motivo, as torções também estarão presentes na nossa narrativa.

Em meio ao percurso, na medida em que se davam os encontros com os idosos e que experienciávamos o ouvir as histórias narradas, a canção “O pó da estrada”, de Sá, Rodrix e Guarabira, ficou ecoando nos ouvidos e reverberando no corpo, ajudando a dar sentidos àquilo que se produzia no caminho. Exatamente por isso, ela permanecerá acompanhando este processo de escrita.

O PÓ DA ESTRADA

O pó da estrada gruda no meu rosto,
Como a distância, matando as palavras,
Na minha boca sempre o mesmo assunto,
O pó da estrada.

O pó da estrada brilha nos meus olhos,
Como as distâncias mudam as palavras,
Na minha boca sempre a mesma sede,
O pó da estrada.

Eu conheci um velho vagabundo,
Que andava por aí sem querer parar,
Quando parava,
Ele dizia a todos
Que o seu coração ainda rolava pelo mundo.

O pó da estrada fica em minha roupa,
O cheiro forte da poeira levantada,
Levando a gente sempre mais à frente,
Nada mais urgente,
Que o pó da estrada,
Que o pó da estrada.

Conheci um velho vagabundo,
Que andava por aí sem querer parar,
Quando parava,
Ele dizia a todos
Que o seu coração ainda rolava pelo mundo.

O pó da estrada fica em minha roupa,
O cheiro forte da poeira levantada,
Levando a gente sempre mais à frente,
Nada mais urgente,
Que o pó da estrada,
Que o pó da estrada.

1 BATENDO A POEIRA DA ROUPA E INICIANDO O CAMINHAR

“Mais que das intenções, eu gostaria de apresentar a paisagem de uma pesquisa e, por esta composição de lugar, indicar os pontos de referência entre os quais se desenrola uma ação. O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo. Somente algumas dessas presenças me são conhecidas. Muitas, sem dúvida mais determinantes, continuam implícitas – postulados ou dados estratificados nesta paisagem que é memória e palimpsesto. Que dizer dessa história muda? Ao menos, indicando os sítios onde a questão das práticas cotidianas foi articulada, vou marcar já as dívidas e também as diferenças que possibilitaram um trabalho nestes lugares”
(Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*)

Importa destacar o modo como se deu o encontro desta temática com o meu percurso nas políticas de assistência social, entendendo esse encontro como produzido em meio a conexões e atravessamentos heterogêneos que se atualizam nas “dobras” da história, ou seja, naquilo que quebra sua linearidade, interrompe uma continuidade harmônica e impõe uma lógica destoante, indica mudanças de rotas, desequilíbrios, instabilidades e direções outras até então não visíveis.

Um dos momentos desse encontro aconteceu em 2000, quando surgiu a oportunidade de estagiar no Programa de Abordagem de Rua para Crianças e Adolescentes, ligado ao antigo Departamento de Atenção à Criança e ao Adolescente da Secretaria de Assistência Social do Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Se, antes, na condição de solidário militante, outros encontros com a vida de crianças e adolescentes em situação de rua já haviam sido possíveis, desta vez novos encontros com esses mesmos “meninos e meninas de rua” se desenhavam, agora carregando a roupagem de um quase graduado e, portanto, de quem, normalmente, se esperam definidos “procedimentos, técnicas, linhas de abordagem, etc.”. A despeito do estranhamento deste novo lugar, o desafio/convite foi aceito e entendido como chamado a se reinventar. Na verdade, ensaiar novas composições para o lugar militante/técnico, dentre tantas outras que também atravessavam a dinâmica da vida.

De 2000 a 2006, minha inserção nas políticas de assistência social, principalmente voltadas para crianças e adolescentes que vivem situações classificadas como de vulnerabilidade, foi-se intensificando com passagens por diferentes espaços de atuação, exercendo diferentes funções e compondo com diferentes e diversos outros profissionais, o que só fortaleceu a compreensão de que uma vida é muito mais do que o que se faz capturar, pois os encontros, as trocas, os afetos, as produções de si e do outro levaram a ter a certeza de que quanto mais se vive, mais se multiplicam as possibilidades de viver, pensando não somente na dimensão cronológica desse viver, mas, acima de tudo, em sua dimensão de intensidade e de experiência⁷.

Em fins do ano de 2006, surgiu o convite para eu assumir a responsabilidade pela Gerência de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência (GAIP), ligada à Secretaria de Assistência Social do Município de Vitória (SEMAS). Ainda que o público destinatário da intervenção tivesse mudado, permaneceu o desafio de pensar a política de assistência social como política pública, responsável por articular-se com a população na proposição de ações e serviços que contribuíssem para o saneamento de suas necessidades e demandas. Ocupar este lugar suscitou questionamentos, inquietações, potencializações e despotencializações que auxiliaram na produção dos caminhos até esta pesquisa projetada no decorrer do ano de 2007 e iniciada no outono de 2008.

Em um momento mais inicial, o que norteava o interesse nesta pesquisa era investigar sobre o modo como os gestores das políticas setoriais da assistência social (gerentes) compreendiam a própria política de assistência social, bem como o modo como essa compreensão interferia na produção da realidade. Portanto fazia-se necessário colocar em xeque as produções que atravessam e compõem esse lugar de gestor/gerente. Tínhamos clareza de que, como todo lugar, ele se faz em meio a uma rede de forças diversas, desde as que apostam na inventividade e na produção coletiva da vida, às que insistem em prescrever a realidade, em fechar-se em rotinas, em hierarquizar saberes e em fixar verdades, passando por todas as modulações, junções e distinções entre uma e outra dessas formas possíveis.

⁷ Experiência, neste trabalho, é tomada como aquilo que nos afeta e nos transforma, provocando rupturas no modo cotidiano tradicional e habitual de pensar e produzindo ressonâncias em nós e por nós mesmos. Experimentar é problematizar, interrogar o pensamento sobre o que se produz de afetos e realidade (DELEUZE, 1988). Trabalharemos com essa ferramenta posteriormente.

Tornava-se fundamental perceber que fazer-se gestor conecta-se diretamente com as produções do próprio estabelecimento institucional ao qual se está vinculado. As forças que compõem o modo de fazer da administração pública municipal também compõem o modo de fazer de cada gerente em suas atuações e relações produzidas cotidianamente, gerando efeitos formatados a partir de exercícios de verdade e de poder. Daí, pensar que o modo como os gestores compreendem e atuam na execução das políticas setoriais de Assistência Social e o modo como se dão as lutas nesse processo de implementação das políticas articulam-se intimamente com o processo de construção da realidade e com os processos de subjetivação, ou seja, **o modo de fazer produz sujeitos**.

Ouvir os gestores setoriais da assistência social constituir-se-ia, portanto, em importante estratégia para se compreender a forma adquirida pela assistência social no município de Vitória, percebendo-se seus laços, suas conexões, seus avanços, seus retrocessos, seus ecos e seus desdobramentos, tomando-se como referência as forças em embate e as formas engendradas no fazer gestor. Traria contribuições para se pensar os regimes de produção de verdade que permeiam a implementação da política de assistência social e os contornos que eles ganham, bem como os efeitos produzidos no encontro dos sujeitos com essa mesma política.

No entanto passamos a considerar que, se, por um lado, analisar o olhar dos gestores setoriais da assistência social permitiria compreender um pouco da forma “assistência social” implementada no município de Vitória, por outro, poderia deixar escapar outras tantas nuances/efeitos dessa mesma política, não capturadas pelo fazer gestor, dentre os quais talvez estivesse o próprio modo de viver e existir dos sujeitos usuários da política de assistência social e suas interferências nos rumos dessa política. Demo-nos conta, então, de ser exatamente essa intervenção, esse modo de fazer a realidade que nos interessava! De que inquietava exatamente olhar para a assistência social menos pela vertente tecnicista que, muitas vezes, assume o fazer gestor e mais pelas interferências produzidas no cotidiano por aqueles tidos como os que “recebem intervenções”!

Estávamos diante de uma possível mudança, uma possível torção, por atentar para o fato de que o cotidiano não é meramente resultado finalista e síntese das intervenções, muito menos

cenário ou terreno estanque sobre o qual são travadas as batalhas de forças em conflito. O cotidiano é parte dessa batalha, é território em expansão e em produção permanente, efeito das lutas que também produzem os sujeitos. O cotidiano é produção de saber invariavelmente vinculado às relações de poder que o atravessam e o compõem, é embate de forças que se atualiza em formas as mais diversas, por vezes marcadas pelo esforço de organização, de demarcações, de estruturação, de atribuição de significados unívocos, quase sempre remetendo a estigmas, cristalizações e julgamentos morais, por vezes expressando inovações, abertura à novidade e às possibilidades de mudanças. Não que tais formas sejam mutuamente excludentes e incomunicáveis. Elas coexistem compondo os movimentos da vida, entendidos sempre como provisórios e mutantes.

Utilizando essa lógica de análise das relações de poder, Deleuze (1988, p. 48), citando Foucault, nos afirma que

Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. [...] Não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou sequer ciência que não exprima ou não implique ato, um poder se exercendo. Todo saber vai de um visível a um enunciável, e inversamente; todavia não há forma comum totalizante, nem mesmo de conformidade ou de correspondência biunívoca. Há apenas uma relação de forças que age transversalmente e que encontra na dualidade das formas a condição para a sua própria ação, para sua própria atualização.

É esse cotidiano “inventado”, como diria Certeau (1994), composto não só por formas instituídas de fazer e pensar, que se afirma como totalizante, verdades dogmáticas e uniformização da existência, mas também por subversões e “criações anônimas” que propõem outros significados à vida, dando-lhe contornos diversos, inventando possíveis, que nos despertou maior interesse. Compreendendo, então, a produção social como composta por esse duplo de práticas normativas e de práticas disruptivas, enveredamo-nos por investigar como as práticas dos sujeitos produzem a realidade e apresentam formas não hegemônicas de viver, por dialogar com as “maneiras de fazer” o cotidiano exercitadas pelos sujeitos, atentos às “criações anônimas e perecíveis” presentes na vida cotidiana. Tal como apontado por Sousa Filho (2002), atentar para

Saberes e artes de fazer que irritam e estimulam a domesticação, mas também anunciam e apelam à criação engenhosa, dando esperanças de que, nos interstícios dos códigos impostos, toda uma série de táticas subterrâneas possa

dar vida a ações sem autores e sujeitos sem nome, demolindo as verdades de discursos morais, políticos e tecnocráticos que tentam fabricar o conformismo (p.133).

Assim, ganhou maior intensidade e maior poder de inquietação saber o modo como os sujeitos experimentam o fazer da assistência social em seu cotidiano e como participam desse fazer não sendo gestores, mas sim “usuários” da assistência social. Com isso, voltamo-nos não mais para os discursos dos gestores, mas para o diálogo com o modo de operar da política de assistência social a partir da escuta e da análise da vida cotidiana daqueles para quem ela se direciona. Que interferências⁸ se efetuam entre a política de assistência social e a vida cotidiana dos sujeitos? Que relações foram produzidas nesse encontro?

É importante destacar que, como uma “política”, a assistência social jamais pode se reduzir meramente a um conjunto de programas ou ações, mas deve ser pensada também em seus efeitos produtores de subjetividade⁹, em suas interfaces com outras políticas, em seus modos de operar junto aos grupos que acessam e também aos que não acessam seus serviços, junto às comunidades, às instituições e à sociedade em geral. Por conseguinte, colocar em análise também o que se considera como “assistido” pela política de assistência social, uma vez que esta atinge a todos e contribui na composição de modos de vida.

Não se trata de “avaliar os serviços e a eficácia da política”. Mas de pensar o processo de produção da política e da vida dos sujeitos, com suas construções de verdades, conceitos e valores e com suas afirmações de existência. Com isso, ampliar as possibilidades de análise

⁸ Apoiando-nos em Neves (2009), entendemos interferência como a aposta na produção social da existência tecida em um plano ético-estético-político. Refere-se, portanto, à abertura para a constante diferenciação e para a experimentação (plano ético); à abertura para a criação e passagem de possíveis (plano estético); e à problematização e desnaturalização de modos cristalizados de ser e viver (plano político). “As interferências que nos interessam são aquelas ativadas por potências virtualizantes que, como vimos, reagitam o campo problemático pela exasperação de problemas, sejam grandes ou pequenos. Afirmá-las em seu vetor ativo, como nervura desejanse das linhas de fuga, implica acolher a singularidade do acontecimento nas dobras e desdobras que operam em nós, em suas varreduras e contágios. É nesta contaminação que a potência vital se expande, carregando as baterias do desejo e produzindo alegria no corpo como prova da pulsação de uma vitalidade. Vitalidade, esta, que funciona como princípio ético de seleção de escolhas que orientam para onde direcionar as setas de nossas linhas de fuga” (p.200).

⁹ Guattari e Rolnik (1986) trabalham com a ideia de subjetividades como fabricadas e modeladas no registro do social, dissociada da ideia de indivíduo ou individualidade. Afirmam que a subjetividade não está circunscrita ao indivíduo, mas assumida por indivíduos em suas existências particulares, sendo expressão de múltiplos agenciamentos produzidos socialmente.

deste campo problemático que são as políticas sociais, e, mais especificamente, a política de assistência social, tentando dar visibilidade para os afrontamentos presentes nas formas de gestão da vida pública. Daí a necessidade de se questionar não somente as formas e estruturas adquiridas pela política de assistência social, mas também as intensidades, os afetos e os encontros produzidos com ela. Interessava enxergar os pontos de ruptura, as brechas no que se prescreve e formata, tudo o que difere e dá passagem para possibilidades outras expressas no próprio cotidiano. Pautamo-nos, assim, no que nos dizem Deleuze & Guattari (1996, p. 90):

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós - mas sempre uma pressupondo a outra. **Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica.** Consideremos conjuntos do tipo percepção ou sentimento: sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impede todo um mundo de microperceptos inconscientes, de afectos inconscientes, de segmentações finas, que não captam ou não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo, que operam de outro modo. Uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa, etc. (Grifo nosso).

Afirmamos com Deleuze & Guattari (1996) a necessidade de se apreender da política de assistência social aquilo que lhe dá visibilidade como forma, como resultado, como prescrição, mas, ao mesmo tempo, também aquilo que lhe transforma cotidianamente afirmando seu caráter de processo, de possibilidade, de composição. Macro e micropolítica como indissociáveis, jamais atreladas ao que se julga grande ou pequeno (supostamente “macro” e “micro”), ao tamanho, à duração ou à abrangência de suas manifestações, mas sim às referências em jogo, ao endurecimento das formas ou às linhas de fuga, às estagnações e aos seus escapes. Essas manifestações coexistem na política e vão além: transmutam-se e atravessam-se, coproduzindo-se!

Pensar as políticas como políticas de produções molares e moleculares significa estar atento ao que se efetiva em termos de fazeres e saberes que ora tentam universalizar, serializar e totalizar a realidade, ora se fazem em meio à abertura para inventividade e inovações, a distorções e composições múltiplas. Assim, temos a macropolítica atuando no campo das molaridades, estabelecendo e valorizando padrões, modelos, dicotomias, formas muitas

vezes enrijecidas, delimitando modos de vida apresentados como verdades a serem consumidas e reproduzidas; e temos a micropolítica atuando no campo das molecularidades, abrindo-se para aquilo que destoa, que desestabiliza, que foge às prescrições e alerta para possibilidades não encerradas em formas acabadas, finalísticas.

Reiteramos não se tratar de uma dualidade, um binarismo e uma oposição comparativa e radical de duas formas que se excluem mutuamente, tampouco pensadas sob o viés da sobredeterminação (um determinando o outro), mas de um confronto, uma batalha permanente onde macro e micropolítica se atravessam. Um intenso jogo de forças, alternando por vezes a hegemonia de umas em relação a outras e permitindo a captura de determinadas formas de ação por outras. Fluxos e mutações pulsantes também criam referências, geram efeitos sujeitos a análises, ou seja, formações, ainda que provisórias, que falam do jogo de forças e das relações de poder que produzem a vida.

Pensamos então: como se dão as capturas? Como se dão as articulações e os diálogos entre os processos majoritários e minoritários? O que se passa no confronto entre essas forças, nos interstícios dessa luta, no confronto entre micro e macropolíticas? Tais perguntas surgem no esforço por não sucumbir aos totalitarismos que privilegiam determinadas formas de pensar e de viver em detrimento completo de outras, que incluem algumas possibilidades, mas excluem a vida como multiplicidade. Tótorá (2004) apresenta uma importante definição de multiplicidade, diferenciando-a de pluralismo ao remetê-la a relações de forças e terreno de luta onde interpretações diferentes da realidade se confrontam, não necessariamente se somando, ampliando ou esclarecendo. Há produção de diferença a partir dos embates e das diversas interpretações possíveis emergentes. Falar em pluralismo significa “considerar” o outro, reconhecer o outro que difere como mais uma possibilidade que se soma ao que se tem como padrão e referência, resultando num todo, num completo. O pensamento da multiplicidade nos leva a pensar a diferença como aquilo que me atravessa, desestabiliza e transforma, a pensar o outro como um convite à experimentação e à mudança, a pensar os muitos em um, o diverso em si mesmo¹⁰.

¹⁰ Tal ideia também é belamente trabalhada em Lavrador (2006).

O desafio passa a ser, então, muito menos descrever fatos, aparências, realidades formatadas e muito mais “fazer a história das lutas”, pensar uma possível política dos confrontos presente na política de assistência social, tal como presente na vida. Para tanto, é preciso olhar para a política de assistência social com a perspectiva de dar visibilidade àquilo que emerge como produções da micropolítica e também às produções da macropolítica.

1.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO UM TERRENO DE LUTAS

É importante, desde o princípio, ressaltar que a produção de uma política de assistência social, direcionada para atender à universalização dos direitos sociais e a demandas fundamentais da população, conecta-se a um processo histórico de emergência do social como objetivo e alvo das políticas, estas também construídas historicamente.

Paiva (2006) aponta duas vertentes de análise imprescindíveis para se compreender tal movimento: as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, tomando-se como referência o processo de acumulação do sistema capitalista com seus modos de produção de riquezas e seus modos de distribuição; e os movimentos políticos de luta das classes trabalhadoras pela conquista e garantia efetiva de direitos sociais.

Pensamos que “entre” essas duas vertentes muito bem localizadas por Paiva (2006), corroborado por estudos e produções de Behring (2002), Pereira (2002), Couto (2004), dentre outros, revela-se o diagrama¹¹ de forças produtor de realidade e produtor de sujeitos, com o qual a assistência social se vincula diretamente. Realidade marcada pela individualização dos modos de vida, pela ausência e negação de direitos sociais, pela vulnerabilização e pauperização de diversos setores da sociedade.

Por essa razão, a inserção da assistência social como política pública integrante da seguridade social, como direito e responsabilidade estatal, complementares à saúde e previdência social, [...] tem como desafio responder de maneira decisiva, **em escala de massas**, às necessidades sociais da população brasileira (PAIVA, 2006, p. 13).

¹¹ Utilizamos, aqui, o conceito de diagrama proposto por Foucault e discutido por Deleuze (1988), entendido como fluido e instável, mas capaz de produzir realidades e regimes de verdades não como previstos ou pré-existentes, mas como *continuum*.

Sposati *et al.* (2008) também nos ajudam a entender um pouco do percurso histórico da produção de políticas sociais, afirmando este campo como um campo de batalhas e lutas envolvendo interesses político-econômico-sociais diversos que colocam em questão a própria concepção de sociedade que se quer implementar no contemporâneo. Assim, a discussão sobre a assistência social deve levar em consideração o modelo político-econômico em evidência na mesma intensidade em que deve considerar o modo como se é pensado, concebido e afirmado o ser humano e suas manifestações.

É a atual conjuntura de luta, de posicionamento das demandas por outra quantidade e qualidade de serviços públicos que permite colocar o tema da assistência como objeto de estudo. Posição esta que deve ser muito bem assinalada para que o resgate da assistência não sugira novas formas de reiteração da subalternidade da população (SPOSATI *et al.*, 2008, p. 20).

Estes mesmos autores situam o final da década de 1970 como um marco na afirmação das lutas sociais, tanto em função de um processo de crise econômica que se inicia de forma intensa em nosso país, quanto pelo fortalecimento e retomada de movimentos reivindicatórios por direitos sociais, em especial aos vinculados à questão do trabalho. Alertam, porém, para o fato de que essa conjuntura não significou o pleno atendimento e a incorporação das demandas sociais por parte do Estado, uma vez que as políticas sociais desenvolvidas ainda carregavam heranças de um certo populismo e práticas autoritárias ainda recentes em nossa história. Temos, então, o desafio de analisar as práticas e políticas sociais em seu efetivo caráter de promoção de autonomia dos sujeitos e de contribuição para o atendimento às necessidades da população.

Tal análise está diretamente relacionada ao modo como o capitalismo se desenvolveu, de modo especial em nosso país. Por um lado, ele foi marcado por acelerado desenvolvimento econômico, que lhe dá a característica de moderno e promissor, e, por outro lado, vem afirmando-se como perverso, produtor e reproduzidor de desigualdades sociais e de relações de submissão e subalternação. Essa é, pois, uma marca fundamental do modo de funcionamento do sistema capitalista que faz conviver essas duas formas, estendendo os conflitos entre capital e trabalho para as relações cotidianas, para a produção de sujeitos e de realidades. O capitalismo não se detém apenas às regras de organização e orientação dos

modos de produção econômica, mas invade os corpos, medeia as relações entre os sujeitos, produz subjetividades e formas de existir.

Se os marxistas e os progressistas de todo tipo não compreenderam a questão da subjetividade, [...] isso em compensação não aconteceu com as forças sociais que administram o capitalismo hoje. Elas entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo e as energias. [...] mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 26).

Abdalla (2004), ao discutir sobre o processo de globalização, apresenta-nos dois sentidos distintos para esse processo: *socioevolutivo* e *econômico-impositivo*. Com relação ao primeiro, discorre sobre o modo como as mudanças na forma de organização social, incluindo aqui as inovações tecnológicas e científicas e as transformações geopolíticas, foram sendo produzidas gradativamente, mas em velocidades cada vez maiores, dando-nos a dimensão de um mundo onde a comunicação e a informação entre seres tornaram-se irrefutáveis e imprescindíveis. E isso incide diretamente nos modos de produção de subjetividade e nas características e dinâmicas das sociedades.

Com a análise do sentido econômico-impositivo, o autor indica o quanto esse processo de globalização não aconteceu de forma homogênea, tampouco se apresenta como um “benéfico” a toda a humanidade. A lógica reinante e globalizada passou a ser a lógica do mercado e da competitividade, envolvendo as relações entre capital e trabalho, a concentração de renda, a oposição entre público e privado, as delimitações e privações de espaços territoriais, a funcionalidade e o utilitarismo das relações entre seres (relações de trocas) e o subjugamento e a categorização de indivíduos.

A globalização não é uma simples reordenação da economia, senão que um rearranjo da dinâmica societária mundial, uma mudança comportamental imposta por um mecanismo sutil de controle da vida social (o biopoder foucaultiano), um deslocamento do eixo de poder na relação entre capital e Estado-nação e a imposição competente de uma única racionalidade fundamentadora da ação humana, a lógica do mercado (ABDALLA, 2004, p. 90).

Ao citar o biopoder foucaultiano, o autor nos remete àquilo que Foucault¹² elaborou a respeito do modo como a sociedade contemporânea, principalmente a partir do século XIX, conjuga práticas disciplinares e práticas reguladoras na produção de realidades, na produção social. Foucault apresenta uma análise da formação de uma sociedade marcada pela atuação de um poder disciplinador e normalizador não somente sobre o corpo e os comportamentos individualizados, mas, fundamentalmente, sobre a vida dos indivíduos, que passou a ser gerida, objetivada, regrada, tomada como população e como espécie. Trata-se de uma nova apresentação das práticas de poder, não apenas voltadas para o aprisionamento e disciplinamento dos corpos tomados individualmente, mas, agora, também, para a afirmação de modos de vida, para o estabelecimento de ordens e valores pretensamente organizativas do desejo. “É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de ‘população’” (FOUCAULT, 1999, p. 292).

Foucault (1999) aponta, com convicção, não se tratar de uma substituição da sociedade disciplinar reinante até meados do século XVIII, ocupada em disciplinar os corpos para que se tornassem mais adaptados, mais capazes e mais produtivos (dóceis e úteis, enfim), utilizando-se para tanto de técnicas de exame, de vigília, de punição e de controle. Longe disso, afirma o *biopoder* como uma marca das sociedades contemporâneas, combinando aquelas estratégias com o controle e a gestão da vida das populações, normalizando as condutas do corpo social. A principal transformação apontada por Foucault, percebida desde a transição do século XVIII para o século XIX, ocorre em relação ao exercício do poder soberano, antes destinado integralmente a “*fazer morrer ou deixar viver*” como uma expressão do direito sobre a vida a partir do direito de matar, que, agora, se vê caracterizado por um “*deixar morrer e fazer viver*” como expressão da necessidade por criar estratégias que façam viver (ainda que alguns possam morrer).

Sendo assim, podemos afirmar que a sociedade disciplinar esquadrinha, divide e controla o corpo do indivíduo enquanto a sociedade contemporânea complementa a primeira, buscando estratégias para regulamentar a população e estabelecer normas para a

¹² Ver FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 13. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1999. v.1.; FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo : Martins Fontes, 1999; e FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo : Martins Fontes, 2008.

convivência. Falamos, então, de um *biopoder* como gestão da vida, um poder que se incumbiu do corpo e da vida, ou da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população. Modos de gestão da vida que se afirmam, ora a partir de estratégias disciplinares que incidem sobre o corpo, ora a partir de estratégias de controle sobre a população, sobre as espécies.

Essa mudança no *status* do exercício do poder soberano pode ser vista no uso de novas estratégias e tecnologias – *biopolíticas* – dirigidas à multiplicidade dos indivíduos na medida em que se constituem como

[...] uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. [...] São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 1999, p. 289-290).

Foucault alerta para o fato de, não por acaso, nesse momento, as sociedades passarem a se preocupar mais detidamente com elaborações estatísticas, dados demográficos, índices e taxas, condições gerais de saúde e higiene das grandes cidades, dados epidemiológicos, enfim, tudo o que poderia remeter a pensar a espécie e a gestão da população em suas características gerais. Como desdobramento desse modo de operar das políticas, pautadas no *biopoder*, temos que determinadas apropriações são realizadas, fazendo com que campos de saber e processos diversos sejam tomados como alvo das políticas de Estado, emergindo como tema privilegiado nas agendas políticas e nas produções sociais, a citar, o social e o idoso.

Quanto ao social, cabe afirmá-lo como produção histórica, longe de qualquer naturalização. Produzido como discurso a partir do século XIX, como bem pontua Castel (2008), em função da necessidade de “preencher o espaço” entre a organização política e o sistema econômico e estabelecer os laços entre essas duas jurisdições, tornou-se alvo de políticas de Estado como forma de mediar os conflitos gerados pela sociedade capitalista: o social seria então o lugar ocupado por aqueles que não encontraram seu lugar na estrutura de sociedade calcada no trabalho. Castel (2008) salienta que, ainda que o social seja formulado no século XIX, já se apresentava como “lugar” e objeto de intervenção do Estado bem antes disso, na medida

em que determinadas populações eram tomadas como excluídas não somente do trabalho, como também da ordem familiar e, portanto, sujeitas a intervenção com vistas a sua melhor integração ao conjunto da sociedade: mendigos, loucos, crianças sem pais, velhos indigentes, pessoas com deficiência, etc. Com o discurso do social, portanto, estabelecia-se um processo de subjugamento e tutela, na medida em que era tomado como o “fora da ordem” e, conseqüentemente, sujeito a regulações e controle pela ameaça que representava à organização da sociedade.

Seja porque os laços de sociabilidade primária se tornam mais frouxos, seja porque a estrutura da sociedade se torna mais complexa (...), o atendimento aos carentes constitui objeto de práticas *especializadas*. Assim, o hospital, o orfanato, a distribuição organizada de esmolas são instituições “sociais” (CASTEL, 2008, p. 57).

O que significou para o Estado passar a assumir a responsabilidade por “assistir” aqueles que não tinham condições de controlar a sua vida por meios próprios, ou que fossem dados como incapazes para a vida laboral, ou mesmo atuando como um intermediário entre a organização da sociedade trabalhista e a organização das famílias.

A esse social associou-se a produção da miséria como lugar da intervenção, como objeto que justifica a intervenção da máquina estatal, a fim de ser controlada, gerida, regulada. Tornou-se alvo de discursos, dentre eles o da assistência social. Necessário se faz, portanto, questionar a institucionalização desse lugar, forjado com a intenção de reforçar e reproduzir um modo de funcionar a sociedade, muito mais do que subverter ou romper com uma determinada lógica hegemônica. Oliveira (2010), em recente produção, discute como essa miséria produzida se configura como miséria necessária.

Talvez a assistência social tenha se subtraído justamente a possibilidade de atuar na lógica de produção desses lugares. Pois, se observarmos bem, os direitos que foram constituídos com muitas lutas nos cenários políticos nacional e mundial não mudam e não têm por finalidade mudar a produção de misérias como formas de vida, eles garantem a possibilidade de lutar por acesso a condições mínimas de viver. Em condições mínimas vive-se atualizando a miséria produzida pela lógica capitalista (p. 55).

O autor acrescenta, ainda, o quanto a essa “miséria necessária” somam-se “profissionais do mínimo necessário para a sobrevivência da miséria”, fortalecendo a ideia de que

práticas reprodutoras da subjetividade capitalística¹³ acabam por emudecer as lutas, quando não negá-las, o que em nada contribui para a transformação da situação de miséria. Cabendo, ainda, lembrar que a produção da miséria não se refere única e exclusivamente à falta de recursos financeiros e materiais, mas “também a uma espécie de miséria subjetiva, modos de produção de subjetividade cada vez mais capturadores, cada vez mais cerceadores” (OLIVEIRA, 2010, p. 55).

No que se refere ao idoso, retomaremos o assunto mais adiante utilizando a contribuição foucaultiana acerca da biopolítica, que consideramos fundamental. Por ora, porém, faz-se importante ressaltar que também a produção deste campo das políticas sociais (políticas para idosos) se configura como forma visível das relações de poder presentes na constituição da sociedade contemporânea. No enfrentamento das questões que operam e fazem funcionar a lógica capitalista, interesses chocam-se, resistências se afirmam e, em tais conflitos, ações diversas são adotadas pela máquina estatal, mediados pelas intervenções das organizações da sociedade civil, em especial da classe trabalhadora, com diferentes e divergentes roupagens.

Com isso, reiteramos que a afirmação de políticas sociais em nosso país não foi jamais resultado de uma benesse dos agentes públicos, tampouco significaram, em todo tempo, ganhos reais e efetivos para a população. Expressam, na verdade, o efeito das lutas e a hegemonia temporal e situacional de determinadas forças, com objetivos e conteúdos claramente demarcados, o que nos alerta para, na análise de nossas produções cotidianas e dos modos de vida produzidos na contemporaneidade, tanto considerar as formas engendradas pelos mecanismos econômicos e políticos em suas complexidades, quanto colocar em questão as possibilidades de sujeito que estão sendo viabilizadas e potencializadas. Considerar, ainda, a produção e a afirmação de toda política como efeito e resultado de composições diversas, pois expressam intenções e vontades em jogo, orientando práticas e/ou discursos.

¹³ A expressão foi cunhada por Guattari e Rolnik (1986) para se referir não somente a um modo de existência vinculado à perspectiva e estrutura econômica, mas também a uma economia do desejo, um aprisionamento do sujeito e uma apropriação/privatização/controle da subjetividade, fazendo com que as relações entre os seres assumam uma lógica mercantilizada e privatizante do desejo.

Trazendo aqui uma contribuição de Passos e Benevides (2003), importa atentar para o fato de que *“a intenção com ‘ç’ não pode ser pensada sem a intensão com ‘s’”*. Os autores alertam para a inseparabilidade entre a dimensão da **intenção** de qualquer política e a dimensão de sua **intensão**. Assim, toda e qualquer vontade, propósito, desejo deve ser entendido como portando intensidades e investimentos, carregados de significados e impetuosidade. Com isso, somos convocados e levados a analisar o grau de tensões presentes na produção de qualquer política, na medida em que esta se expressa em intensidades vivenciadas nos encontros entre sujeitos e em vontades e intenções ideais.

Traçar cartas de intenção/intensidade é montar cartografias registrando as linhas sedentárias, nômades e de fuga presentes em um território. Cabe tensioná-las, aproveitar os pontos de quebra, as fendas por onde os devires podem se expressar, por onde eles marcam seu ponto de resistência ao que também na política se impõe como metro-padrão ou como intenção fechada (PASSOS; BENEVIDES, 2003).

Considerando especificamente a assistência social, Aldáza Spossati, por ocasião da abertura da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003 em comemoração aos 10 (dez) anos de implantação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências), apresentou reflexões a respeito do percurso da sociedade brasileira no que se refere às políticas de assistência social, destacando esse jogo de interesses e essa batalha de forças, o que mais tarde veio a se constituir em um documento bibliográfico (SPOSSATI, 2010), importante para a compreensão do modo como a assistência social foi sendo tomada como uma forma de política assumida pelo Estado brasileiro.

Temos que essa política foi instituída em período recente, qual seja a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, caracterizando um dos três pilares da seguridade social: assistência social, saúde e previdência social. Apenas em 1993, a assistência social ganhou uma legislação específica, afirmando-se como direito do cidadão e dever do Estado, com a promulgação da LOAS. A partir daí, outros instrumentos normativos foram surgindo, tendo como um dos principais a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 15 de outubro de 2004, por meio da Resolução nº 145 do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). É essa política que descreve, entre outros preceitos, as bases de organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A despeito da importância que esses marcos normativos tenham na organização de ações estatais, entendemos como fundamental colocar em questão aqui o modo como os conceitos e ideais postulados em tais normativas vêm sendo efetivamente assumidos pela máquina estatal e até que ponto de fato têm se afirmado e constituído como política pública. O fato de a assistência social estar passando por um processo de organização e estruturação nos últimos 20 anos, por mais que se proponha a partir de princípios e diretrizes claros e bem formatados, não garante que a forma como é apropriada pelo Estado, em suas diferentes instâncias, seja promotora de modos de vida éticos e afirmativos. Isso porque as prescrições dessa política podem perfeitamente viabilizar determinadas práticas e determinados modos de vida a serem privilegiados em detrimento de outras tantas possibilidades de existir que insurgem no processo de produção da realidade. Assim, a gestão das vidas muitas vezes acaba por se balizar em perspectivas higienistas/higiênicas ou em manutenção do tolerável, em oposição ao desafio de enxergar as formas que irrompem e afrontam uma dada realidade.

Nessa lógica, tornam-se presentes e naturalizados práticas de comiseração e de caridade (ao que comumente se chama de assistencialismo), desqualificação das ações (tomadas como de menor importância, ou de caráter informal, quase como uma habilidade pessoal), contratos de trabalho precarizados, escassez de recursos orçamentários, etc. Em oposição a essa forma da assistência social, Lancetti (1994) afirma que toda ação deve pautar-se pelo compromisso com a produção coletiva, com a análise de implicações e com a produção de autonomia dos sujeitos. Tal posição é corroborada por Pinho *et al.* (1996, p.105), que ainda acrescenta “Ou a assistência social combina com autonomia, libertação, protagonismo, ou é comiseração”.

Nesse sentido, pensamos nos idosos¹⁴ como sujeitos que cortam essa forma modelizada e higienizada de agir das políticas de assistência social, fazendo circular uma aposta ética que destoa da perspectiva moralizante das intervenções-padrão tão costumeiramente postas em jogo.

Idosos que, com seus modos de vida, não somente dialogam como perturbam e provocam intervenções no modo de funcionar das políticas de Estado, em especial da política de assistência social. Além disso, ouvir os idosos tornou-se oportuno pelo fato de terem participado dessa história de produção da política de assistência social, considerando esses últimos 20 anos em que esse campo de conhecimento e intervenções técnicas se constituiu e ganhou forma.

Sentimo-nos instigados, também (e isso principalmente), pelo modo como, nos últimos tempos, vem se instituindo um discurso a respeito do idoso, como o idoso vem emergindo na pauta das políticas de Estado, tomado como população a ser tratada, cuidada, gerida, enfim. Capturas do biopoder? É o que passamos a analisar, pensando na constituição da velhice como um novo perigo no contemporâneo. Perigo porque são destacados cada vez mais como um grupo segmentado e diferenciado da sociedade, população a ser gerida. Perigo porque se tornaram alvo, tornaram-se relevantes, passando a estar no foco de análise e de intervenções. Perigo porque assumem modos de vida destoantes de modelos e padrões estéticos, higiênicos e produtivistas. São um perigo e estão em perigo.

1.2 SOBRE VELHICE, BIOPODER E OUTRAS TORÇÕES

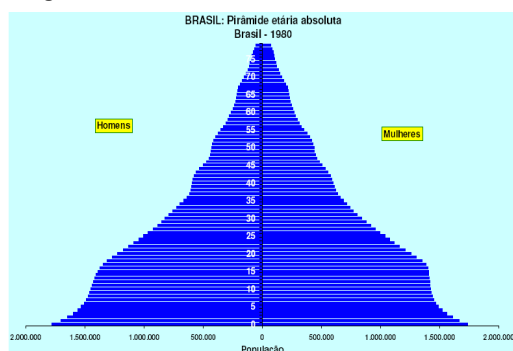
¹⁴ Diversos estudos apontam para a imprecisão do termo idoso. Veras (2003), por exemplo, indica não ser possível estabelecer conceitos universalmente aceitáveis e padronizáveis para o envelhecimento, estando sujeito a questões culturais e políticas. Beauvoir (1990) também afirma ser necessário pensar a velhice para além das questões biológicas, uma vez que enuncia transformações nas relações com o tempo, com os espaços, com os grupos e com a cultura. Neste trabalho, utilizamos o texto da Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso –, que, em seu artigo primeiro, define idoso por toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, como uma dentre tantas referências para uso do termo “idoso”, em função de sua aplicação corriqueira e atual em nossa sociedade. Pelo mesmo motivo, está sendo adotado o termo “idoso” como forma gramatical para referenciar igualmente homens e mulheres a partir de 60 anos, de modo algum pretendendo: negar o constatado predomínio numérico de mulheres idosas em relação aos homens idosos; desconsiderar as especificidades referentes à mulher idosa e ao homem idoso; ou ainda sobrepor ou valorar gêneros.

Ouvir a história dos idosos, seus discursos e produções em muito poderia trazer contribuições para a compreensão dos modos de fazer política de assistência social, bem como da forma como tal política atravessa seu cotidiano, uma vez que as pessoas mais velhas têm vivenciado diversos e diferentes momentos da história de nosso país, no que diz respeito a uma certa política que se pretende e se propõe a garantir direitos sociais e oferecer aos cidadãos condições dignas de vida e de participação social. Assim, entendemos que o encontro com os idosos e as histórias por eles narradas, bem como a análise dos modos como construíram e constroem a realidade, permitir-nos-ia dialogar com o modo de produção das vidas dos idosos e as interferências produzidas nas políticas, em especial a política de assistência social desenvolvida no município de Vitória.

Antes, porém, a título de ilustração e base para uma análise posterior, consideramos pertinente registrar aqui um pouco do que se tem produzido em termos de discurso sobre o envelhecimento e a longevidade. É comum encontrarmos a constatação do vertiginoso aumento da população idosa em nosso país e no mundo nos últimos anos, associado a uma preocupação com o presente e com o futuro das sociedades mediante tal fenômeno. Em nível nacional, por exemplo, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) colocam o Brasil como um país em processo de envelhecimento, considerando principalmente o aumento da expectativa de vida da população associado a uma acentuada queda nas taxas de fecundidade, dentre outros diversos fatores.

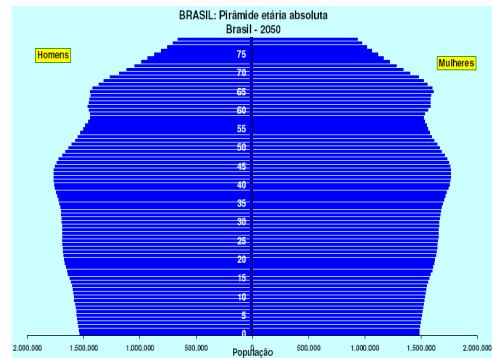
Como tradução desse fenômeno de crescimento do grupo de idosos em nosso país é comum ser apresentada a pirâmide etária da população brasileira (Figuras 1 e 2), demonstrando que, se, em 1980, tínhamos um predomínio de jovens e um percentual reduzido de idosos, as projeções para 2050 indicam uma “pirâmide” praticamente desconfigurada por possuir seu ápice em dimensões muito semelhantes à sua base. Ou seja, a perspectiva é de que, com o avançar dos anos, o percentual de população idosa aumentará ainda mais e de forma acelerada.

Figura 1 – Pirâmide Etária – Brasil 1980



Fonte: IBGE, 2000

Figura 2 – Pirâmide Etária – Brasil 2050



Fonte: IBGE, 2000.

Ainda segundo os dados do IBGE (2000), a população idosa brasileira hoje se aproxima dos 15 milhões de pessoas, mas as estimativas para os próximos 20 anos indicam que esse número poderá exceder os 30 milhões, o que representaria 13% da população total de nosso país (segundo a mesma fonte, esse índice gira atualmente próximo de 8,6%).

Os indicadores chamam a atenção não somente para o aumento do número de idosos, mas também para as transformações nas características dessa população. 55% das pessoas com mais de 60 anos no Brasil são mulheres, caracterizando o que o próprio IBGE identificou como a feminilização da velhice, corroborado com a maior parte dos estudos na área do envelhecimento, algo que ocorre em quase todos os países do mundo. Dentre os fatores apontados como influentes e explicativos para tal perfil estão a proteção hormonal do estrógeno, a relação diferenciada e menos danosa com o consumo de álcool, tabaco e outras drogas, atitudes diferenciadas e mais zelosas em relação à saúde/doença, da mesma forma em relação aos serviços de saúde, menor incidência e exposição a riscos tais como acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, homicídios e suicídios.

Esse recém-chegado discurso e essa nova preocupação com as questões ligadas ao envelhecimento têm se alastrado pelos mais variados campos do saber. Diversos estudos e pesquisas têm sido desenvolvidos com o objetivo de compreender os fatores do envelhecimento e aproximar-se da vivência dos sujeitos que envelhecem. Para citar um exemplo, lançamos mão de um levantamento das produções sobre o envelhecimento no Brasil realizado por Siqueira (2001), no qual se apontam quatro tendências nesses estudos, a saber: “biológico/comportamentalista”, “economicista”, “socioculturalista” e “transdisciplinar”.

Segundo a autora, estudos de perspectiva “biológico/comportamentalista” caracterizam-se por discutir o envelhecimento a partir de uma ênfase maior nos processos fisiológicos, na degeneração orgânica natural do corpo pela ação do tempo e nos dados de transição demográfica e epidemiológica. Na tendência “economicista”, a ênfase se transfere para a relação dos sujeitos com o trabalho e com a aposentadoria, avaliando os impactos econômicos do envelhecimento social. Já para a tendência “socioculturalista”, a velhice é tomada como construção social, partindo do princípio de que é a sociedade quem define os lugares e as atribuições de cada idade na divisão do trabalho social e na família. Por fim, Siqueira (2001) nomeia estudos de tendência “transdisciplinar” aqueles que optam por não depositar ênfase em segmentos isolados sejam eles quais forem, mas ocupam-se de analisar os processos singulares de vivência da velhice. Afirma a autora que,

Nessa perspectiva, a velhice é percebida como fenômeno natural e social que se desenrola sobre o ser humano, único, indivisível, que, na sua totalidade existencial, defronta-se com problemas e limitações de ordem biológica, econômica e sociocultural que singularizam seu processo de envelhecimento. Desse modo, somente uma descrição analítica dos diferentes aspectos da velhice não é considerada suficiente para explicá-la, visto que cada um desses aspectos interage com todos os outros e é por eles afetado (SIQUEIRA, 2001, p. 14).

Como componentes dessa tendência a autora aponta as obras de Beauvoir (1990) e de Bosi (1994), ambas compreendendo a experiência do envelhecer como singular e plural, na medida em que falam de encontros dos sujeitos com o mundo, com a vida, com a história, produzindo realidades múltiplas e diversas.

Alguns outros autores ainda priorizam trabalhar com as informações sobre o processo de envelhecimento populacional, considerando-as indicativos fundamentais e pontos de partida para a implementação de políticas públicas em nossa sociedade contemporânea. Berzins (2003), por exemplo, relatou quatro considerações básicas sobre a transição demográfica mundial, a partir de estudos realizados pela Divisão de População da ONU. São elas: 1) o envelhecimento populacional mundial ocorre sem precedentes na história; 2) o envelhecimento populacional é um fenômeno geral e afeta a todos; 3) o envelhecimento é importante e tem consequências em todos os setores da vida humana, e; 4) o envelhecimento populacional está se processando de forma gradual, contínuo e irreversível e transcorrerá acentuadamente no século XXI. Com isso, afirma que o

envelhecimento deva ser visto como uma conquista, muito mais do que como um problema ou uma dificuldade a ser superada pelas políticas públicas.

Problema será se as nações desenvolvidas ou em desenvolvimento não elaborarem e executarem políticas e programas para promoverem o envelhecimento digno e sustentável e que contemple as necessidades do grupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. As políticas e programas oficiais devem contemplar os direitos, as necessidades, as preferências e a capacidade dos idosos, reconhecendo a importância das experiências individuais dos sujeitos idosos (BERZINS, 2003, p. 20).

Todos os argumentos trazidos nestes últimos parágrafos ilustram bem o que nominamos como um discurso quase hegemônico a respeito do envelhecimento em nosso país. Dados demográficos e estatísticos são utilizados como referência e determinantes absolutos de análise, apontando para “um novo perfil populacional”, o que justificaria a necessidade de se estabelecer formas “inovadoras” de gerir a vida na sociedade. Obviamente precisamos lembrar aqui o que já sinalizamos anteriormente, ou seja, junto à intenção de gerir a população há intensões que falam de um determinado modo de compreender a produção da realidade e a luta de forças que nela se estabelece.

Não desconsideramos os desafios que esse envelhecimento populacional apresenta à sociedade contemporânea e, em especial, para as políticas sociais, do mesmo modo como reconhecemos os fatores que têm provocado esse aumento vertiginoso da população idosa, dentre os quais podemos citar com destaque: 1 – a expansão, ao longo dos anos, das políticas sociais no campo da saúde, da assistência social, da previdência, da habitação, do trabalho, dentre outras, ampliando o acesso a serviços a um maior contingente de pessoas, dentre as quais os idosos; 2 – o desenvolvimento de tecnologias e descobertas científicas no campo da biologia e da medicina, dentre outros, aprimorando conhecimentos e elaborando técnicas e estratégias aplicáveis ao domínio do corpo e à longevidade da vida; 3 – elaboração de legislações específicas de proteção a pessoas idosas, imbuindo responsabilidade ao poder público, às famílias e à sociedade em geral.

Não obstante isso, somos imediatamente convocados a afirmar que, para além dessa avaliação e constatação, cabe um olhar mais atento ao que se produz junto com essa

longevidade populacional, até porque pouco nos importa apenas constatar o envelhecimento da população. Apesar do que foi apresentado até aqui, não esgotar todo o discurso hegemônico sobre o envelhecimento populacional, tampouco sobre a velhice, não nos é possível deixar de afirmar algo que muito nos chama a atenção: o modo como essa população vem sendo potencialmente visada e como tem se tornado “alvo” das políticas de Estado, das pesquisas acadêmicas, das ações governamentais, etc. Que significado real assume dizer que a população idosa está aumentando? Que enunciados são produzidos a respeito do homem velho, do idoso? Que tipo de sujeito é esse que é produzido nesse enunciado? Como é que se estabelecem políticas de intervenção a partir do sujeito velho enunciado? *Capturas a céu aberto?* (DELEUZE, 1992).

Interessa-nos saber que modos de vida têm sido possíveis ou estão sendo permitidos, a que modelos e modulações estão sendo submetidos, que tipo de acessos são possibilitados a eles, até porque o prolongamento da existência nem sempre vem acompanhado de uma vida cuidada e considerada em sua multiplicidade, mas sim de uma vida que se deseja consoante a determinadas formas controladas e monitoradas e circunscritas a elas. Torna-se necessário discutir e analisar os efeitos dessa produção hegemônica de discursos em relação à velhice, os quais quase sempre vinculados a uma formatação da velhice como algo já pronto, como uma forma naturalizada e instituída, ao invés de pensar as práticas e atravessamentos que produzem e constituem a velhice.

Essa velhice é tomada, na maior parte do tempo, de forma tutelada, a partir de uma lógica do cuidado que retira do sujeito sua autonomia e liberdade e que impõe sobre ele regras prescritivas e padrões de vida formatados na lógica capitalista contemporânea. Considerarmos que a discussão a respeito do envelhecimento passa, na maior parte das vezes, por uma perspectiva moralizante e em busca de padrões e, mesmo quando se atribui a uma dada forma de abordagem a perspectiva transdisciplinar, a velhice ainda se vê presa a um determinado campo de análise como um dado, uma forma ideal, ainda que se transforme ao longo do tempo e dos espaços, mas sempre em busca de uma estabilização, ao invés de se pensar em um sujeito idoso que é processo, que é mudança e que põe em xeque todo o jogo de relações que produzem a vida. O risco, aqui, é

resvalarmos muito mais para um certo relativismo¹⁵ do que afirmar um exercício transdisciplinar.

Entendemos que esse processo de envelhecimento populacional não deve jamais ser tomado como etapa de uma certa evolução social tal como é tratado em alguns discursos à luz das pesquisas e tabulações estatísticas. Não obstante isso, precisa ser pensado como efeito das lutas travadas na produção da realidade e, ainda, como um denunciante dos modos de relação estabelecidos na coletividade.

O que nos parece claro é que a velhice convoca a sociedade a não somente pensar a velhice, como fundamentalmente a pensar no seu próprio processo de constituição. Coloca em discussão modos de vida, modos de produção de subjetividade, modos de gerir a vida, aspectos que as tecnologias de poder acabam por silenciar. As histórias que nos foram narradas e com as quais queremos dialogar neste trabalho falam-nos de tentativas de fuga aos padrões e aos aprisionamentos de qualquer ordem e natureza, como num esforço extremo e, por vezes, radical por afirmar liberdades, subvertendo, inclusive, aquilo que comumente se estabelece como digno e saudável. Por isso, pensar que não somente a velhice está em risco, como principalmente apresenta-se como perigo.

É curioso como há pouco tempo as pessoas de mais idade eram tomadas como alvo de controle, categorizadas como grupos desqualificados aos quais nada mais restava senão as práticas de asilamento e de confinamento. Esse era o lugar destinado aos velhos, desvalidos, indesejados por supostamente não mais poderem utilizar seus corpos úteis e dóceis em conformidade com a lógica do capital. Em contraposição, na sociedade contemporânea, os idosos passaram a ser “alvo privilegiado” das políticas de Estado, uma vez que sua participação na produção do social passa a ser vista não mais

¹⁵ Utilizando a noção de prática formulada por Veyne (1989), Heckert (2004, p. 69) sinaliza que “[...] os objetos, são tomados naturais quando os concebemos divorciados e antecedentes às práticas nas quais se constituíram. [...] não há objetos que se conservam através dos tempos. Também não se trataria de apresentar as diversas concepções existentes acerca destes mesmos objetos, pois assim nos conservamos em um plano relativista que, mesmo admitindo que as concepções diferem de acordo com o processo histórico em voga, mantém o objeto como um invariante sempre lá. Ou seja, o modo de abordar o objeto se altera, mas o objeto permanece o mesmo. Deste modo, os regimes de verdade não são radicalmente interrogados, pois conservam a busca de 'verdades' restando o 'lamento' de sua impossibilidade.” VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: _____. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 239-285.

predominantemente sob o viés da passividade e subserviência. Afirma-se, hoje, com muita convicção, a necessidade de gerir essa população, de se estabelecer intervenções, discursos e controles que demarquem uma política de gestão dessa população, entendida como em risco ou em perigo.

Nessa linha de pensar, produz-se ainda o discurso do entendimento do idoso como sujeito de direitos, instaurando-se, assim, um novo regime de verdade que inscreve na realidade algo que até então não existia. Parece-nos, porém, que as intervenções propostas na perspectiva do sujeito de direito ainda se veem presas a um modelo rígido e endurecido, formatado pelos limites do discurso jurídico ou pela igualdade jurídica. O sujeito de direito, assim, constitui-se como um sujeito encerrado em si mesmo, definido *a priori* conforme os ditames dos regulamentos e preceitos. A justiça ou os regulamentos jurídicos produzindo a realidade, ditando verdades e normatizando modos de vida!

Entendemos, porém, que o sujeito não preexiste aos enunciados discursivos e às relações de poder. Ele passa a existir como efeito de discursos, práticas e saberes, o que nos remete a questionar que modos de governar estão em jogo nessa produção do “ser idoso”, quais as interferências do modo capitalista de produzir a realidade, investindo sobre o corpo, sobre a saúde, sobre as condições de vida, enfim, gerenciando os riscos e a vida.

Aqui, trazemos as contribuições de Beauvoir (1990), ao afirmar que

[...] o sentido ou o não sentido de que se reveste a velhice no seio de uma sociedade coloca toda essa sociedade em questão, uma vez que, através dela, desvenda-se o sentido ou o não sentido de qualquer vida anterior. Para julgar a nossa coletividade, é necessário confrontar as soluções que ela escolheu com as que outras adotaram, através do tempo e do espaço. Essa comparação permitirá determinar o que a condição do velho comporta de inelutável, em que medida e a que preços poderiam ser amenizadas suas dificuldades e qual é, portanto, a parte de responsabilidade para com o idoso que se pode atribuir ao sistema no qual vivemos (p. 16).

Lembramos Beauvoir para destacar o que ela chamou de *inelutável* na condição de velho. Se entendermos o termo como aquilo contra o qual não se luta, aquilo que se constitui como invencível, podemos pensar a velhice também sob o olhar da potência, da força, da criação. A autora não deixa de pontuar sobre a responsabilidade de todo o corpo social para com a

produção da velhice, inclusive referindo-se às suas mazelas e misérias, mas afirma a velhice não apenas como resultado finalístico carregado de julgamentos de valor, mas como produção permanente.

A esse respeito, também nos fala Deleuze (2009):

O que é terrível na velhice? Não é brincadeira. É a dor e a miséria. Não é a velhice em si. O que é patético, o que torna a velhice algo triste são as pessoas pobres que não têm dinheiro para viver, nem um mínimo de saúde necessário e que sofrem. Isso é que é terrível. E não a velhice! A velhice não é um mal em si. Com dinheiro suficiente e um mínimo de saúde, é formidável. E por que é formidável? Primeiro, porque, na velhice, sabe-se que chegou lá. O que é muito! Não é um sentimento de triunfo, mas chegou lá. Chegou lá em um mundo cheio de guerras, de vírus malditos e tudo o mais. Mas conseguiu atravessar tudo isso, os vírus, as guerras e todas estas porcarias. Esta é a hora em que só há uma coisa: ser! O velho é alguém que é. Ponto final. Podem dizer que é um velho rabugento, etc. Mas ele é. Ele adquiriu o direito de ser.

Pensamos que talvez seja isso que provoca e que esteja tornando a velhice um perigo para a sociedade, para as políticas sociais, uma vez que quebram com as prescrições e exigem mudança de procedimentos e de intervenções, que subvertem lógicas pré-formatadas e pré-acabadas, que desencadeiam poderes e fazem ecoar dispositivos de análises e tecnologias de poder até então ausentes. Daí, serem os idosos um risco, um perigo e (por que não dizer?) uma ameaça. Ameaçam a lógica do controle, uma vez que se negam a aceitar as prescrições e os ditames de regimentos preestabelecidos; ameaçam a segurança da representação, na medida em que afirmam modos de vida díspares em relação ao que as políticas e propostas de intervenção idealizam; ameaçam as políticas de resultado, quando impõem um outro ritmo e uma outra dinâmica nas relações entre os sujeitos; ameaçam a certeza das organizações, com seus procedimentos higiênicos e bem encadeados, quando apresentam um outro tipo de relação com o corpo (seu e do outro), com os espaços, com o tempo, com a vida.

Somos levados, então a pensar em um fio da navalha fundamental: os velhos estão em risco ou são um risco? Ousamos afirmar que o fio da navalha expressa uma conectividade entre esses polos muito mais do que uma separação/oposição. Estão em risco **E** são um risco! Se estão em risco, nada mais é do que em função de uma produção histórica das situações que constituem esse risco. Pensar em intervir sobre os idosos, estabelecer políticas de controle

para administrar os riscos só faz camuflar aquilo que produziu os riscos. Não há proposição para interferência nos fatores produtores de risco, naquilo que produz os riscos. Mas não faltam proposições de interferência sobre quem sofre os riscos.

[...] parece mais fácil e mais realista intervir sobre os efeitos de um funcionamento social que controlar os processos que o acionam, porque a tomada de responsabilidade desses efeitos pode se efetuar sobre um modo técnico enquanto que o controle do processo exige um tratamento político (CASTEL, 1977, 30).

Não que precisemos exatamente “julgar a nossa coletividade”, como afirmou Beauvoir na citação anterior, mas necessário se faz problematizar, abrir a discussão a respeito dos nossos modos de funcionamento e do que se produz cotidianamente em termos de valores e de modos de relação na sociedade. O envelhecimento questiona a sociedade nas relações que se estabelecem com a cultura, com a família, com as instituições, com a produção do saber, com os espaços, com o tempo, desafiando a pensar de outra maneira nosso modo de estar no mundo, nossas referências (trabalho, lazer, sexualidade, afetividade, relação com o corpo, etc.), enfim, nossa constituição como seres sociais e coletivos. Da mesma forma, problematiza as políticas de gestão das cidades e as políticas de gestão do público. Esse é o perigo a que a velhice parece nos expor, pois fazer isso é abrir-se ao risco de mudar, ou melhor, de transmutar valores, conceitos, paradigmas, ao que nem sempre estamos dispostos.

Pensamos, assim, que o mais apropriado seria pensarmos na velhice sob o viés do sujeito ético! O sujeito que se faz produção constante, analisando as relações de poder, novos diagramas de forças para além daquelas que disciplinam, controlam, capturam e formatam. É um sujeito que afirma o processo permanente de produção de si, por meio de regras facultativas, mutáveis. Um sujeito que resiste!

Resistir é um experimento irreduzível a qualquer projeto de bem-estar, melhoria do homem ou da sociedade, pois tem sido isso justamente o que a história passada e presente vem largamente apregoando, seja na forma de experiências de seus protagonistas, seja através de seus profetas. Resistir é abrir-se ao ilimitado do devir. *Amor fati!* Seja esse o único destino, longe de qualquer tentação de projetos edificantes ou emancipatórios da humanidade (TÓTORA, 2006a, p. 249).

A informação, portanto, sobre o crescimento da população idosa e a proposição de políticas de gestão dessa população, ainda que sob o discurso da proteção aos riscos da exclusão

social, só tem valia na medida em que vem acompanhada de um pensar sobre os modos de produção da vida do ser idoso, não na perspectiva da apropriação e do controle, mas da análise dos acontecimentos e dos embates de forças produtoras do real. Nas palavras de Foucault (2007),

[...] façamos cair a máscara, descubramos as coisas tal como elas se passam, tomemos cada um de nós consciência disso que é realmente a sociedade na qual vivemos e do processo econômico no qual nós somos inconscientemente os agentes e as vítimas; tomemos consciência dos mecanismos de exploração e de dominação etc., [...] (p. 286-287).

No percurso de construção desta proposta de trabalho-pesquisa, novos desafios e inquietações foram ganhando forma. A despeito de encontrarmos, com certa frequência, nos discursos e nas práticas da política de Assistência Social, palavras/conceitos tais como cidadania, proteção, promoção, dignidade, autonomia, protagonismo, constituindo-se como chaves na estruturação dessa política, fomos nos dando conta de haver um certo contingente de população que teima em recusar esse lugar de “usuário” dessa política, negando-se a receber as intervenções e mesmo benefícios oferecidos por seus profissionais (equipes técnicas e gestores). Aqui, o caminho sofreu uma nova interferência, a partir de questionamentos tais como: o que se passa no encontro da política de assistência social com os sujeitos que recusam o lugar de usuários? Que territórios existenciais têm sido construídos e como têm sido construídos? De que modo têm produzido subjetividades? Quais seus atravessamentos?

Ainda: considerando a imprevisibilidade não inserida nos regulamentos da Política de Assistência Social, que conexões são realizadas entre as práticas da Política de Assistência Social e a vida cotidiana dos sujeitos que optam por dizer não à Política de Assistência Social proposta? Que limites? Que possibilidades? O que produz a Política de Assistência Social que não está nos regulamentos da Política de Assistência Social?

Eis um desafio para as políticas públicas. Naquilo que legisla para todos (“*para quem dela necessitar*” é a destinação da política de assistência social), carece de ser pensada na abertura para o que se passa fora das prescrições, fora da média, imprevisível. Falar de um sujeito usuário da assistência não pode remeter unicamente a um sujeito padrão, universal,

abstrato. Essa é a prática das políticas de Estado, aquelas que se ocupam das maiorias numéricas, serializadas, fechadas para o que difere. Uma política que se quer efetivamente pública deve estar disposta a rever os procedimentos, criar novas práticas, problematizando o fazer cotidiano e tecendo novos movimentos de vida.

Novas questões, então, apresentaram-se. Questões que falam do estranhamento a um discurso oficial muito bem articulado, apesar de novo e recém-chegado. Um estranhamento inquieto e impicante, longe de ser um estranhamento imparcial ou indiferente. Um estranhamento que convida a ouvir os discursos, os corpos, os ecos daqueles que “ainda não foram incluídos” dentre os assistidos pela Política, seja pela distância que esta ainda mantém, seja pela própria recusa do sujeito em relação à assistência que lhe é apresentada.

Falamos, aqui, de sujeitos que vivem, produzem o cotidiano e são atravessados pelas produções do coletivo, não necessariamente em conformidade com formas estabelecidas, normatizadas e sobre as quais se constroem expectativas tais como o prescrito nas definições da política de assistência social. Na verdade, perguntamo-nos sobre o modo como os sujeitos subvertem a própria lógica capitalística de produção de subjetividade e inventam outras formas de vida, outras formas de resistência e outras subjetividades. Pelbart (2001, p.3) nos ajuda a interrogar sobre tais produções, indicando que

[...] seria preciso perguntar-se de que maneira, no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade que é a cidade contemporânea, indivíduos e coletivos produzem subjetividades singulares, percepções outras, sensibilidades inusitadas, modalidades raras de se agregar, de criar sentido, de trocar experiências, de inventar dispositivos expressivos, de operar sua memória, de celebrar ou de resistir às injunções hegemônicas. Num capitalismo conexcionista, que funciona em rede, como se viabilizam outras redes que não as do capital, autônomas, que eventualmente cruzam, se descolam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes? E que possibilidades restam, nessa conjunção de plugagem global e exclusão maciça, de produzir territórios existenciais alternativos àqueles ofertados ou mediados pelo capital? De que recursos dispõe uma pessoa ou um coletivo para afirmar um modo próprio de ocupar o espaço doméstico, de cadenciar o tempo comunitário, de mobilizar a memória coletiva, de transitar pela esfera do invisível, de reinventar a corporeidade, de gerir a vizinhança e a solidariedade, de cuidar da infância ou da velhice, de lidar com o prazer ou a dor?

Assim, muito mais do que pensar “A” política de assistência social como prática e campo teórico, técnico e jurídico estabelecido, o estranhamento passou a se direcionar para os efeitos do jogo de forças que produzem essa mesma política desenvolvida no município de

Vitória, bem como para os desvios provocados pelas recusas dos sujeitos. O desafio passou, então, a ser por compreender essa política como uma forma de intervenção nos processos sociais e coprodutora de processos de subjetivação, afirmando e potencializando e, ao mesmo tempo, contestando e contrapondo-se às interferências dos sujeitos em seu modo de funcionar.

São, portanto, essas subversões que passaram a ganhar maior interesse. Compreender como os idosos criam e vivem estratégias para lidar com o cotidiano, recusando as formas tradicionais de apresentação/intervenção da política de assistência social implementada no município, ainda que atravessados continuamente por elas. Há que se pensar como as políticas voltadas aos idosos têm dialogado com as experiências desses sujeitos, o que entendemos somente ser possível na medida em que nos abrimos à pluralidade e à escuta como “[...] modo de compartilhamento de experiências” (HECKERT, 2007, p. 211).

Nesse processo, o desafio seria por exercitar uma escuta como experimentação, que dê passagem para um conhecimento fugaz em relação ao *status* de verdade acadêmico-tecnista, que se afirma como efeito de relações de poder e saber. Tal forma de escuta se desafia a recusar o lugar de especialista que ouve, avalia e classifica o conteúdo ouvido, relegando ao falante o lugar de mero relator de fatos e demandas. Ao contrário, propõe-se a criar incômodos e desassossegos, dar visibilidade para outros territórios em formação. Exercitar a escuta como experimentação, portanto, deve se constituir como um exercício permanente, aberto a

[...] **a desestabilização das nossas certezas, a provocar a formulação de novos problemas, e não apenas a solução para problemas já formulados** (grifos nossos)
[...]. A escuta-experimentação não visa a apreender uma realidade, uma verdade do sujeito, e sim abrir espaço para criação de modos de existência compatíveis com uma vida solidária e generosa, acompanhar os movimentos que criam paisagens por vezes suaves, por vezes endurecidas, por vezes mortificadoras (HECKERT, 2007, p. 210-211).

Obviamente, tal atitude e tal aposta colocam-nos frente a frente com nossas convicções acadêmicas, partindo do princípio de que o campo se encontra aberto, de que a realidade, muito mais do que um estado de coisas estáticas e predefinidas à espera de desvelamento,

se constitui por movimento e processo, por transformação que a pesquisa e o pesquisador deverão também experimentar como parte do método investigativo.

Assim, o caminhar se tornou pesquisa. E a pesquisa, por sua vez, tornou-se caminhar. Eis que, com suas histórias, os velhos de Vitória inquietam e convidam a (provocam) torções e dobras nas práticas não somente da assistência social, como do próprio fazer pesquisa/fazer ciência. De fato, não as histórias em si, narradas e partilhadas em letras e palavras, mas o que elas provocam, aquilo que elas causam de desassossego. Muito mais o que se evidencia de impasses e afrontamentos dos seus entre-encontros com a política de assistência social e com a pesquisa acadêmico-científica.

Nesse caminhar, encontramos com idosos e idosas diversos e também com alguns relatos técnicos sobre intervenções realizadas no âmbito da assistência social. Desses últimos, interessou-nos o modo como falavam de intervenções que foram “torcidas”, relatos que descreviam intervenções impactadas por sujeitos que ou se recusaram a aceitar as ações propostas ou interferiram nas prescrições e alteraram os resultados previstos. Em relação aos idosos e idosas, ocupamo-nos de dialogar com aqueles que se recusaram às intervenções técnicas da assistência social. Em comum, a potência da mudança, a transformação da intervenção, a recusa aos procedimentos técnicos padronizados e viciados, o grito silencioso ou o sussurro estridente, enfim, a resistência como afirmação da vida.

2 MISTURANDO-SE AO PÓ DA ESTRADA. INTERLOCUÇÕES NO PROCESSO DO CAMINHAR

Dialogando com as histórias contadas pelos idosos e pelos relatórios técnicos (“sobre” os idosos), pudemos trazer para a conversa alguns conceitos e referências que ajudassem na produção dos caminhos. O esforço foi sempre por tentar “sentir a estrada”, misturar-se ao pó que se levanta, na certeza de que a estrada se faz nova durante o processo desse caminhar e, sendo assim, companhias nessa aventura são sempre bem-vindas.

Propusemo-nos a buscar na cartografia as diretrizes e os princípios a serem utilizados como referência para a construção do método de investigação. Kastrup (2007) define a cartografia como

[...] um método [...] que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método *ad hoc*. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procure estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo (p.15).

Nesse caminhar-pesquisa, a cartografia surge como uma proposta de inversão radical da lógica tradicional de se definir a meta, os objetivos, os resultados a serem alcançados e os dados a serem coletados, antes mesmo da partida, do início do caminhar. Aqui, o caminho é quem dirá sobre a meta, sobre os objetivos, sobre os alcances da pesquisa. Privilegia-se a análise dos encontros e do que aí se produz, problematizando-se as forças, os atravessamentos, as intensidades, os afetos, as angústias e as implicações presentes na produção do campo de investigação.

O pesquisar, portanto, é tomado não como um “descobrir” o que estava “coberto”, mas como um produzir na experimentação, um fazer permanente, criação de novos mundos. Não se pensa em coleta de dados, já prontos e dados *a priori*, meramente à espera de serem levantados e coletados, mas sim em produção permanente de dados a partir do encontro com o campo, a partir da feitura da realidade. Esses dados estão sujeitos a análises e inflexões.

A prática cartográfica é um método político que não apenas acompanha, mas produz no campo social. Assim, **o método em si opera, a prática produz e o modo dessa prática gera efeitos e caminhos possíveis**. A proposta desta metodologia é, mais do que capturar, fabricar o instante do encontro dos movimentos do pesquisador com os movimentos do território de pesquisa (KIRST *et al.*, 2003). É isso que se registra, e não os objetos em si, pois eles são secundários ao encontro (grifo nosso) (BOCCO, 2006, p.52).

Obviamente, tal perspectiva não prescinde de fazer escolhas e assumir posições. Muito ao contrário, do cartógrafo, isso é exigido o tempo inteiro, avaliando suas implicações, seus valores e crenças também postas em jogo, suas verdades e sua permanente produção no mundo. Saberes e realidades criadas são problematizadas intensa e constantemente, o que requer necessariamente responsabilidade e preocupação ético-política.

Isso exige estar disponível e disposto para deixar-se afetar, porque a única forma de transformar a realidade é nos transformando ao mesmo tempo, nossos preconceitos, nossos medos, nossa rigidez em formas identitárias fechadas (BOCCO, 2006, p. 53).

Bocco (2006), referenciando-se nos trabalhos de Eduardo Passos e de Regina Benevides¹⁶, lembra, ainda, que o método cartográfico baseia-se fundamentalmente em três diferentes eixos de direção, com os respectivos efeitos. Tal elaboração, em nosso entender, auxilia em muito na compreensão da perspectiva de método de investigação que adotamos também aqui nesta pesquisa.

O primeiro eixo, definido como sendo da **Analítica Institucional**, remete ao enfrentamento da realidade em questão, problematizando-a e decompondo-a de modo a permitir a consideração de novos planos de produção de realidade e de processos de subjetivação, o que se configura como efeitos dessa ação. O segundo eixo, a **Análise Crítica**, remete ao questionamento de tudo o que se configura como dado, modelizado, destinado a um fim e um equilíbrio, no sentido de produzir rupturas, abrir brechas, provocar torções e mudanças de olhares. Como efeito desse eixo, a investigação abre-se ao pensamento da multiplicidade¹⁷, à criação permanente da vida. O terceiro eixo refere-se à **Análise Cartográfica** propriamente dita, que passa a enxergar e considerar os efeitos dos processos em ação, bem como as

¹⁶ A autora trabalha com questões levantadas por Eduardo Passos e Regina Benevides por ocasião de aulas ministradas durante sua formação no curso de Mestrado na Universidade Federal Fluminense. São, portanto, questões debatidas diretamente com os pesquisadores, compondo anotações de aula.

¹⁷ Ver nota 4.

molecularidades “que desestabilizam a dimensão totalitária do que já é dado” (BOCCO, 2006, p. 52). Nesse eixo, novas referências emergem, permitindo a afirmação de linhas e processos díspares em relação ao anteriormente posto.

É esse olhar cartográfico que nos impulsiona a “fazer a história das lutas e não a descrição de fatos em nome de uma objetividade científica” (TÓTORA, 2004, p. 235). Acompanhar os processos e colocá-los em análise, percebendo seus modos de constituição, seus atravessamentos e seus efeitos muito mais do que preocupar-se com a apresentação de resultados representacionais que “desvendem verdades” e solucionem problemas. O que se propõe é afirmar outras perguntas, inventar problemas que estejam atentos a muitas verdades e à produção de realidades sempre abertas a intervenções e interferências, constituindo o que compreendemos ser uma pesquisa-intervenção.

Os trabalhos de pesquisas que realizamos têm se situado no plano da pesquisa-intervenção, entendendo por isso que toda pesquisa é necessariamente intervenção. Ou seja, o processo de pesquisa produz realidades, institui práticas, interfere produzindo movimentos. Portanto, nos sentimos instigados a analisar os movimentos que percorrem e disparam os processos de pesquisa, tomando tais movimentos como objeto de nossas reflexões e análises (HECKERT; PASSOS, 2009, p. 379).

Apoiamo-nos no convite feito por Lavrador (2006) para que consigamos dar passagem para o novo e criar formas diversas de realidade e de modos de vida.

Abrir frestas no caos e traçar planos de composição para dar visibilidade às sensações intensivas, para permitirmo-nos senti-las. Tornar a força insensível sensível. Corpos abertos às sensações singulares. Essa potência estética de sentir faz parte da criação do existente, faz parte da própria vida (p. 40).

Então, partimos para ouvir os idosos, buscando ouvir as histórias que não sabemos, ao invés de ouvir as histórias que confirmam o sabido. Exercitar a atenção aberta, a atenção cartográfica, que permite que os dados sejam construídos no processo e não coletados como representação do que quer que seja (KASTRUP, 2007). Por acreditar no inusitado, na emergência de possíveis e na produção humana permanente e infindável, apostamos que os idosos também compõem e alimentam a vida como uma obra de arte, tal como apontou Foucault (1983, p. 15).

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.

O que nos propusemos foi um aproximar-se da vida e das histórias de idosos, entendendo-os como sujeitos construtores da história. Neste caso, idosos que, por um motivo ou outro, recusaram e ainda recusam um determinado modo de operar a política de assistência social, mas que, nem por isso, deixam de afirmar sua condição de autonomia e liberdade, tampouco deixam de estabelecer com o mundo e com as coisas interações produtoras de vida.

Naquilo que contam suas histórias, revivem, ressignificam suas experiências com a vida e falam das interfaces com a política de assistência social e de seus atravessamentos. Tal como no trabalho de Bosi (2007), o que menos importa é a “veracidade” dos relatos. Antes o que nos interessa são as produções de subjetividade que eles manifestam e trazem à cena. Ao mesmo tempo, dar passagem para os gritos mudos em ação, que rompem com uma dada forma de pensar a produção de realidade e de formatar intervenções.

As questões aqui postas incidem sobre a política de assistência social, mas não apenas para constatar o que ela permite ou não, o que faz ou não, o que acontece ou não, tampouco romantizar precárias condições de vida. Mas analisar o que se passa nos encontros das prescrições da política com o cotidiano dos sujeitos, ou, nas palavras de Passos e Benevides (2003), questionar:

O que é “desautorizado” na política? O que deve morrer para ser outro? Ou como fazer a política nas bordas? Praticar a política nas bordas não seria uma experimentação de recolher forças minoritárias? O que é, a cada momento, minoritário na construção política? O minoritário está na fenda, nas entre-linhas (*sic*), nas intensidades. Como desfazer os núcleos duros para permitir o estar-com, o tornar-se-outro na política?

Ouvindo as várias histórias de velhos, foi possível perceber as batalhas e o jogo de forças que atravessam *uma vida*, que cada vez mais se potencializavam colocando questões em relação aos interesses, aos modos de existir, às formas de gestão da vida e formas de lidar com o saber. Nossa intenção/intensão foi tentar entrelaçar linguagens, dialogar com as

diferenças¹⁸, ouvir os sons destoantes e dissonantes, tocar as paredes “ausentes”, a fim de dar passagem e compreender quais são os seus movimentos e os seus clamores, quais os ecos e os “[...] roncões surdos das batalhas [...]” (FOUCAULT, 1983, p. 269) travadas no cotidiano.

2.1 SEM QUERER PARAR... UM CORAÇÃO QUE ROLA PELO MUNDO... ALIADOS NO CAMINHAR

Produzir o campo de pesquisa, porém, em momento algum foi um processo simples. A todo instante, fomos atravessados por perguntas e afirmações, idas e vindas, pausas e velocidades que compuseram o caminho. Em meio a isso, contamos com algumas referências que, muito mais do que roteiros, funcionaram como guias¹⁹ a auxiliar na produção da estrada desta pesquisa. Da mesma forma como apareceram ao longo do caminhar, elas também atravessaram este processo de escrita.

De início, questões absolutamente objetivas, componentes obrigatórios de quase todo ritual científico de pesquisa se apresentaram: quem seriam esses idosos? Como escolhê-los e como acessá-los? E quantos seriam? Quantas histórias seriam ouvidas e registradas? Ainda que pudéssemos ter respostas também objetivas, sabíamos que esse encontro com o campo poderia fazer com que tais questões ganhassem outras dimensões, pois não havia qualquer certeza de que os idosos “aceitariam” participar da pesquisa, tampouco sabíamos “quais histórias” seriam contadas.

Inicialmente, traçamos como estratégia buscar junto aos programas/projetos vinculados à SEMAS (da qual também faço parte como gestor), idosos que, por algum motivo, tenham se

¹⁸ Diferença, aqui, é abordada não como diferença individual, o “diferente de”, o que difere de mim. Mas diferença conforme tratada nas trilhas de Deleuze e Guattari, ou seja, o plano das forças que efetua estranhamento e decomposição de modos instituídos.

¹⁹ O uso do termo guia, aqui, é proposital como opositor a direção. O guia sinaliza e acompanha o processo, mas nunca dirige a ação. Passos e Benevides (2008) auxiliam nessa imagem, fazendo alusão ao guia e ao cego, sendo este quem diz para onde vai (e não o guia). Ao guia cabe fazer “realizar a direção já em curso às cegas, *tateante como é sempre nossa ação antes de podermos juntos, em comunidade, conhecê-la*” (p. 2).

negado a aceitar intervenções técnicas²⁰ propostas. De início, não estabelecemos um quantitativo a ser alcançado, considerando que o critério para a escolha da amostra não seria meramente estatístico, mas muito mais vinculado à intensidade da experiência com a produção dos dados no encontro com o campo de pesquisa. Esperávamos que os profissionais contactados pudessem indicar um certo número de idosos que seria tomado como referência primeira, sendo os idosos acionados na medida em que o caminho fosse trilhado, a depender da consistência dos dados produzidos²¹. Para essa decisão, apoiámo-nos, também, nos trabalhos de Carvalho (1994), que nos alerta para a produção sempre coletiva da realidade. Assim, ainda que conversássemos com um único idoso, um sujeito não pode ser pensado como um indivíduo isolado e separado do mundo, pois um é sempre a expressão de uma coletividade, e o que passa por um sujeito fala de diversos grupos dos quais ele faz parte. Um são muitos.

Os programas/projetos pensados seriam os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os Centros de Convivência da Terceira Idade, os Grupos de Convivência da Terceira Idade e o Núcleo Contra a Violência ao Idoso (NUCAVI). A intenção era, a partir das informações obtidas nesses espaços, localizar e contactar idosos a fim de ouvir suas histórias.

Importa, aqui, fazer um breve destaque para localizar esses programas/projetos dentro da política de assistência social de Vitória. Considerando que Vitória se encontra em processo intenso de implementação de sua Política Municipal de Assistência Social, seguindo os pressupostos traçados pela LOAS, pela PNAS e pelo SUAS e que a responsabilidade por essa tarefa cabe à SEMAS, identificamos que esta, hoje, desenvolve diversas ações com a intenção de implantar programas de assistência a crianças e adolescentes, a jovens, a idosos, a pessoas com deficiência, a grupos familiares, a populações que vivem em situação de rua, a migrantes, a populações atingidas por desastres e sinistros (enchentes, desabamentos, etc.) e a demandas por segurança

²⁰ Por intervenções técnicas estamos considerando qualquer ação desenvolvida pelas equipes técnicas dos programas/projetos da assistência social, basicamente formadas por assistentes sociais e/ou psicólogos(as).

²¹ A destacar a fundamental contribuição oferecida pela banca de qualificação nessa discussão. Tanto a Doutora Maria Cristina Campelo Lavrador, quanto a Doutora Silvana Tótora pontuaram a relevância de se permitir que o campo “apresente” a necessidade de mais ou menos sujeitos entrevistados, de mais ou menos encontros com cada sujeito, ao que o pesquisador deveria se abrir num lançar-se à experimentação.

alimentar e nutricional. Cada conjunto de ações, a depender do público para o qual está direcionado, concentra-se sob a responsabilidade de uma determinada gerência com um determinado corpo de profissionais (gerente, coordenadores e equipes técnicas). A estes profissionais cabe o trabalho de execução das políticas setoriais de assistência social, incluindo o seu planejamento e a gestão das ações que compõem tal política. No que se refere aos serviços oferecidos pela assistência social de Vitória, encontramos diversas iniciativas por estruturar a política local de acordo com os níveis de complexidade²² estabelecidos na PNAS. Dentre elas encontramos os programas citados, assim classificados:

- CRAS para famílias – em número de 12 (doze) na cidade de Vitória, fazem parte da **Proteção Social Básica**, assim como os 4 (quatro) Centros de Convivência para a Terceira Idade e os 32 (trinta e dois) Grupos de Convivência para a Terceira Idade. Todos estes programas são direcionados a oferecerem atividades de lazer, integração, entretenimento, formação, geração de renda, dentre outros;
- NUCAVI – responsável pelo atendimento a idosos vítimas de violência, faz parte da **Proteção Social Especial de Média Complexidade**.

²² A Política de Assistência Social busca articular um conjunto de serviços, projetos, programas e benefícios, constituindo um sistema organizado: o SUAS. As modalidades de atendimento ao público usuário dos serviços se diferenciam de acordo com a complexidade das demandas identificadas, podendo estar inseridos basicamente em dois níveis de proteção, conforme texto da PNAS (BRASIL, 2004): **1) Proteção Social Básica**: destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Busca prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **2) Proteção Social Especial**: destinada, por exemplo, às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento. A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de maior risco, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Pode ser ainda subdividida em **Proteção Social Especial de Média Complexidade** (voltada para famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos) e **Proteção Social Especial de Alta Complexidade** (serviços que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário).

Montamos roteiros de questões e temáticas e planejamos abordagens. Pensávamos que suas histórias pudessem falar do encontro com as políticas públicas, da construção da política de assistência social e dos atravessamentos na produção do cotidiano. Pensávamos que as histórias a serem contadas nos forneceriam elementos importantes para perceber o modo como a política de assistência social foi afirmando e constituindo sua prática em meio à produção da realidade. Visualizávamos, com ansiedade, as costuras que as histórias dos idosos não incluídos oficialmente na política de assistência social (por não aceitarem as intervenções) poderiam fazer com as histórias oficiais dessa mesma política, com as prescrições técnicas, com as legislações definidas em incontáveis documentos, muito provavelmente criando nós, evidenciando rupturas, dobras, “folgas”, que seriam essas fontes de importantes análises.

Salientamos que, embora tenha sido esse o caminho seguido, durante o exame de qualificação, algumas reflexões trazidas pela Doutora Maria Cristina Campelo Lavrador a respeito dos sujeitos escolhidos para a pesquisa provocaram importantes interferências na definição dos caminhos a percorrer. Por que apenas os sujeitos que recusam? Afinal, aceitar as intervenções não significa necessariamente sucumbir passivamente aos seus preceitos e às suas prescrições. Da mesma forma que a recusa não pode ser tomada inequivocamente como ato criativo produtor de inovações. Ouvir também os idosos que tenham aceitado as intervenções poderia fazer surgirem análises importantes sobre os modos de gerir a vida caracterizados pelos contornos e dribles sobre os engessamentos presentes na política social, dialogando com eles, tomando-os como aliados. Isso para não sermos pegos pelo maniqueísmo de atribuir o caráter de “revolucionários” aos que recusam e de “conformistas” aos que aceitam as intervenções, instaurando, assim, novas prescrições.

Sem dúvidas, tal provocação reverberou forte em nossa produção e continuou ecoando pelo tempo. No entanto, munidos desse importante sinal de alerta como uma lanterna que se carrega no embornal durante a viagem, optamos por permanecer com o foco nos idosos que se recusam às intervenções, considerando a força dessa atitude, a potência que tal posicionamento carrega com seu caráter provocador de desordem. Ainda que o “NÃO” possa não possuir qualquer pretensão de criar mudanças ou afirmar diferenças, ele produz uma zona de enfrentamento importante para as análises buscadas neste trabalho, abre uma

fenda, um interstício, um lugar de não saber, pelo simples fato de se opor ao que é tido como óbvio (o saber/poder e a legitimidade da intervenção técnica). E isso nos mobilizou!

Um primeiro percalço, porém, surgiu. Após alguns contatos com as equipes técnicas citadas, não foram indicados sujeitos potenciais para a pesquisa. Apesar de as conversas sempre apontarem para “casos possíveis”, evidenciando existirem de fato idosos que se recusam a aceitar as intervenções propostas, não obtivemos retornos objetivos com as informações sobre os idosos com as características desejadas. Tal situação gerou desconforto, uma vez que tenha dado margem a dúvidas diversas tais como: haveria desconfiança sobre a pesquisa e o pesquisador, uma vez que o “objeto” a ser estudado seria exatamente aqueles idosos em relação a quem não se conseguiu intervir? Poderia haver um certo receio dos profissionais de que, ao terem suas intervenções analisadas, eventuais “fragilidades” poderiam ser expostas? O fato de o pesquisador também ser um gestor da assistência social poderia ter se transformado em uma barreira, um fator de inibição, considerando uma certa lógica de “averiguação”, “validação de procedimentos”, a que uma pesquisa pode ser atrelada? Quanto ao próprio pesquisador, em sua dupla condição pesquisador-gestor, tais dúvidas não estariam também servindo como “freio” para si, contendo-o em relação a uma busca mais incisiva em um campo que também fala de suas práticas e produções?

Tais questionamentos falavam muito para e sobre as políticas de pesquisa, pois parece-nos claro que a produção de conhecimento remete sempre à análise das relações de força em jogo na produção da realidade, que envolve uma multiplicidade de instituições, dentre elas o próprio ato de pesquisar e também a gestão de políticas sociais. No mínimo, pensamos, aqui, no quanto nossa condição de pesquisador-gestor ou gestor-pesquisador também estava questionada, não a título de culpabilizar ou vilanizar quem quer que seja, mas para movimentar toda a rede de relações que envolvem nossas práticas e produções, o que evidencia o fato de que planejar e executar políticas públicas se reveste de valores e supostas verdades produzidas. Assim, a atuação em políticas públicas, sejam elas quais forem, também carece de ser compreendida por seu caráter de produção de subjetividade capitalística, modelizadora e produtora de exclusão, bem como de afirmação de processos de singularização, capazes de questionar as instituições historicamente estabelecidas,

afirmar outros modos de vida, atuando diretamente no campo da produção do desejo (RODRIGUES, 1998).

De igual maneira, as práticas de pesquisa também falam de um determinado modo de intervir e produzir realidade, falam, portanto, de produção de mundo, de produção de sujeito. Como nos afirmam Heckert e Passos (2009), toda pesquisa é e deve ser pensada como uma intervenção, uma vez que institui práticas e produz movimentos, disparando processos de análise. Conhecer implica necessariamente transformar, ambas as ações pensadas como processos indissociáveis e não como polos que se opõem ou que se relacionam de forma funcional ou causal.

Não se trata, portanto, de demonizar alguns lugares ou funções em detrimento de outros, como se o problema estivesse na demarcação da oposição entre gestores x técnicos x assistidos, ou, ainda, de pesquisador x sujeito pesquisado. Falamos do rompimento com a lógica das dicotomizações e polarizações, afirmando a luta de forças em todo lugar, envolvendo a todos e todas as formas. Não obstante isso, uma forma possível de ser engendrada como efeito das lutas é a instituição do lugar de saber sobre o outro, distanciando a cada tempo o “pensar” do “fazer”, o “gerir” do “executar”, como se a realidade pudesse ser estratificada e como se esses modos de operar não falassem todos eles de práticas produtoras de subjetividade.

Nesse lugar de suposto saber, institucionalizam-se prescrições e verdades que produzem uma realidade determinada e tendem a constituir-se como modelo, minando com a multiplicidade das manifestações da vida.

Na pretensão de dirigir a vida, controlando o seu processo, com o intuito de melhorá-la (entendendo-se governá-la), multiplicam-se as prescrições a serem seguidas como modelos gerais. As singularidades são freadas e as diferenças niveladas e reproduzidas em escalas numéricas e em índices estatísticos (TÓTORA, 2006, p. 37).

Tais efeitos corroboram a afirmação de hierarquias de saberes e, conseqüentemente, especialismos em relação à realidade. Produzem-se lugares do saber, lugares da verdade, sob o rótulo de “porta-vozes da mudança”, como se a mudança não se desse a cada momento nas relações cotidianas, tomadas como inferiores, não produtivas, desprovidas de

saber, “alienadas” enfim. Sendo assim, cria-se a imagem do “intelectual” como o conhecedor da realidade e do seu modo de funcionamento e, por isso, legitimado/autorizado a falar e intervir **sobre** ela, para depois manifestar o seu parecer avaliativo.

É ligado a tal pensamento que Foucault (1979) propõe a análise das relações de poder, compreendendo-o como uma prática social, um exercício, uma disputa, construída historicamente. E, nessa luta, o intelectual não pode se circunscrever a “*criticar conteúdos ideológicos*”, “*mudar a consciência das pessoas*”, “*libertar a verdade de todo sistema de poder*”, mas, antes, compreender-se como agente das mudanças e também resultado delas, colocar em análise a produção coletiva e o diagrama de forças em conflito, envolvendo corpos, discursos, práticas, sujeitos.

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1979, p. 71).

Remeto-me, aqui, à ideia também trazida pela Doutora Maria Cristina Campelo Lavrador, por ocasião da banca de Defesa de Qualificação desta pesquisa, de colocar em ação uma atenção aberta às multiplicidades, tecendo os entre-encontros “*sem sucumbir aos maniqueísmos, às armadilhas totalizantes*”, como um “bêbado equilibrista” que, em sua corda bamba, experimenta instabilidades, flexões e curvaturas que o fazem conhecer cada vez mais sobre si e sobre o mundo.

Outros aspectos passaram a se fazer presentes e interferir no processo da pesquisa. A partir de minhas próprias intervenções como Gerente de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência da SEMAS, identificamos alguns idosos como sujeitos para o trabalho de campo. Seguindo todas as orientações que norteiam a ética em pesquisa científica, obtivemos as devidas autorizações dos responsáveis pela política municipal de assistência social para acessar serviços, relatórios e documentos e lançamo-nos em busca dos idosos e de suas histórias.

No que se refere ao contato com os idosos, também foram tomados todos os cuidados éticos referentes à explicitação dos objetivos da pesquisa, à garantia do sigilo quanto à identificação

dos sujeitos entrevistados, bem como ao respeito à sua autonomia e liberdade em participar da pesquisa pelo tempo que achassem necessário, à disponibilização dos dados produzidos durante o pesquisar, à inexistência de quaisquer riscos para a saúde dos participantes, dentre outros. Ainda assim, passaram a habitar o cotidiano desta pesquisa questionamentos sobre o modo de abordagem aos idosos, sobre a aplicação efetiva do rigor dos procedimentos e das exigências científicas, sobre a forma de obter o consentimento dos sujeitos para publicização das histórias narradas e o modo como registrar tal consentimento, para citar alguns aspectos. Isso porque os próprios idosos nos provocavam, por vezes também com recusas aos procedimentos e às nossas intervenções como pesquisadores. Falaremos disso mais adiante!

Em relação aos relatórios, foram obtidos todos junto ao NUCAVI, programa da SEMAS voltado para o atendimento e acompanhamento de situações denunciadas de violência contra pessoas idosas na cidade de Vitória. Como já relatamos, o NUCAVI é um programa vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade por atuar junto a idosos com vínculos familiares e comunitários desgastados e comprometidos, mas ainda não inteiramente rompidos, caracterizando situações de violação de direitos (no caso, sob diversas manifestações da violência) ainda possíveis de serem restituídos no próprio núcleo de convívio de origem (família e comunidade). Foi solicitado aos técnicos do programa que nos indicassem e nos dessem acesso a relatórios de casos tidos como de difícil intervenção em função de recusas dos próprios idosos. Casos que tivessem sido marcados por mudanças nas intervenções a partir da interação com os sujeitos idosos e pela produção de resultados inusitados divergentes do que se esperava de início, em função de possíveis intervenções que os idosos tivessem produzido sobre a própria atuação da equipe técnica. Apesar da demora em obter respostas, foram-nos apresentados alguns poucos e sucintos relatórios com os quais também dialogamos neste trabalho.

3 O CHEIRO FORTE DA POEIRA LEVANTADA... LEVANDO A GENTE SEMPRE MAIS À FRENTE! DIÁLOGOS COM O CAMPO!

Eis que nos vimos no meio da estrada, misturando-nos ao pó que se levanta, fazendo-nos outros do mesmo modo como o campo se transformava a cada instante. Como diz a canção: “Nada mais urgente que o pó da estrada!”.

E que angústia boa essa de estar no meio da estrada! Saber que, ainda que haja início e fim, eles importam muito menos do que o processo e a dinâmica do caminhar! Angústia porque essa produção contínua implica também desconstrução de valores e conceitos, por vezes tão sedimentados e, por isso, tão caros a nós mesmos. Daí a dificuldade de serem desfeitos, transformados, quando não deixados pelo caminho. Mas, ao mesmo tempo, as mudanças nos permitem experimentar novas sensações, novas formas de se viver e de enxergar o mundo, novos rumos para a estrada que construímos. Verdades são destituídas de seus tronos absolutos e dão lugar a outros regimes de verdade menos rígidos e mais abertos.

A diferença está em não deixar que a poeira que se levanta – esse pó do chão vivo que ora cega, ora cura, ora sussurra, ora muda – se transforme em barro endurecido que cobre o corpo e limita os movimentos. Fazer com que a poeira que gruda na pele e na roupa possa também se desprender com os chacoalhos do próprio estradar, permitindo que, nesta via de terra batida, paisagens, cheiros, cores e sons se alternem na dança do viver!

Durante todo o tempo de pesquisa e de permanência no campo, fomos levados pelos idosos a inventar o método investigativo e as estratégias de aproximação. Como supúnhamos, no início, o fato de não aceitarem as aproximações dos técnicos representantes da política de assistência social já nos daria uma ideia do quanto também não seria simples a aceitação de nossa aproximação como pesquisadores. A cada visita, a cada encontro proposto, a cada tentativa de aproximação, enfim, éramos desafiados a lidar com o processo de desconfiança, afinal, estava em jogo a dúvida sobre o que nos diferenciava, o que levávamos e o que buscávamos que se diferenciasse dos técnicos que corriqueiramente visitavam os idosos. E de quem era a dúvida maior? Dos idosos ou do pesquisador?

Tal como já apontado, o campo foi nos fazendo pesquisador e pesquisados, compondo os caminhos da pesquisa, feitura indissociável, impensável separadamente, ainda que isso provocasse desconforto e incômodo. Como diria Passos (2010), incômodo que produz crise, mas uma crise que nos desafia a pensá-la não pelo âmbito de qualquer negatividade e sim como positividade crítica.

Sujeito e objeto, doravante distintos, não podem mais ser pensados como separados. Então toda uma concepção tradicional de neutralidade, de objetividade e necessária distância entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido, cai por terra. Obviamente isso é estrondoso! [...] A partir daí o desafio de transformar o negativo da crise em positividade crítica (PASSOS, 2010).

Mediante tal postura, percebemo-nos dialogando com histórias de idosos, menos sob o viés da totalização, da formatação de modelos, e mais problematizando entre-encontros de “*uma vida*” por meio de histórias narradas²³. Transitando e deixando-se afetar por territórios existenciais múltiplos, compostos por casas, quintais, paredes, memórias, cheiros, subjetividades, etc., buscamos enxergar essa interface entre idosos e suas histórias e a política de assistência social, tentando não nos prender em maniqueísmos e binarismos modelares do que pudesse ser adotado como certo ou errado, como real ou ideal, como bom ou ruim. Antes, pensar o que esse interstício permite ver de lutas pela vida, falando dos idosos **E** da política de assistência social como componentes da realidade produzida, tentando fugir às idealizações de um ou de outro.

Pensamos no modo como conectar histórias dos idosos, multiplicidade e política de assistência social, afirmando-nos como parte desse processo, não somente por minha condição particular de gestor da política municipal de assistência social, mas por ter clara a produção coletiva do social que perpassa e envolve a todos. Com isso, pudemos ver, ao longo do trabalho, que as histórias contadas não somente falavam da aceitação ou não das intervenções da assistência social, tomada como ponto factual e ocasional, mas colocavam em jogo, também, as relações de forças que compõem, além desta pesquisa, também o modo de pensar e fazer políticas de pesquisa, o modo de pensar e fazer políticas públicas, o modo de pensar e fazer o próprio caminhar da vida, tudo como parte de nosso estar no mundo como sujeitos éticos e políticos.

²³ Elaboração sugerida pela Doutora Maria Cristina Campelo Lavrador, por ocasião do exame de Qualificação.

Ao buscarmos os idosos que não aceitam as intervenções técnicas da política de assistência social, fomos nos deparando com situações diversas, comumente tidas pelas políticas de Estado como limites e irregulares tais como: idosos distantes do convívio com a comunidade, em muitas situações mantendo com esta uma relação de animosidade, casas/moradias mantidas em situação precária de conservação e em condições inadequadas de habitabilidade, segundo padrões de referência normalmente adotados e inscritos em normas e legislações vigentes²⁴, idosos morando sozinhos, vivendo processo de adoecimento e dependência de cuidados básicos de saúde, idosos em situação de abandono e negligência familiar (caracterizados como modalidades de violência contra a pessoa idosa), etc.

Tais situações tanto se apresentaram nos relatórios técnicos analisados, nos relatos e conversas informais com alguns profissionais, quanto emergiram nas primeiras observações realizadas no encontro com o campo, a partir das visitas realizadas às casas dos idosos e funcionaram, inicialmente, como dispositivos de análises, já colocando em questão modos de vida, nossos e dos idosos. Falamos, aqui, de um primeiro movimento de choque entre o que carregamos de certezas, verdades e valores, com aquilo que se mostra diverso, estranho, destoante, e o modo como somos tentados a capturar, normatizar, atribuir valores a estes últimos em função dos primeiros.

Nas diversas interlocuções com o campo, o que mais nos marcou foi o modo como os idosos afirmam potência e vontade de viver, ainda que nosso olhar costumeiramente carregado de prescrições e verdades insista em voltar-se muito mais para as marcas de agruras e sofrimentos. Em meio àquilo que julgamos como condições insalubres de higiene, habitações precárias e mal conservadas, histórias de violência e abandono (não as negamos sob hipótese alguma!), saberes produzidos como estratégias para a reinvenção da vida e histórias de luta, de afirmação da dignidade, de gritos silenciosos por liberdade ficam, muitas vezes, invisibilizados, emudecidos, inodoros...

²⁴ Ao fazer menção a condições adequadas de conservação e habitabilidade, nos referimos a padrões específicos de construção, manutenção e higiene, via de regra vinculados a uma determinada estética higienista presentes nas normativas e legislações pertinentes.

Ouvir essas histórias tentando despir-se das certezas não é, porém, um exercício simples. Ao contrário, constitui-se em um exercício exigente e extenuante, pois provoca desassossego, desestabiliza espaços e territórios, exige o abrir-se para o estranho e o que destoa, desnaturaliza supostas obviedades e remete-nos a pensar cada vez mais em novos problemas, ao invés de buscar soluções e respostas confortantes. Ao mesmo tempo, afirma novos campos de criação e de experimentação, permite que a diferença seja tomada como afirmação de possíveis. Por diversos momentos, nos vimos acompanhando esse processo de abertura que o campo possibilita. Em outros, porém, não nos demos conta, de imediato, do quão rígidos e endurecidos, por vezes, nos tornamos, nas posturas, nos procedimentos, nas análises que fazemos, enfim, em nossa produção de vida. Não foram poucos os momentos em que um determinado modelo de ciência atravessou nosso caminho e também levantou poeira, direcionando as ações do caminhar, provocando instabilidades e mudanças nas produções da pesquisa e nas afetações com o campo.

Falamos do quanto somos, por vezes, tomados de forma mais imperativa pelo vetor homem da moral em detrimento do vetor homem da ética, como tematizado por Rolnik (1995). Compreendendo que esses dois vetores nos habitam numa coexistência longe de ser pacífica, somos convocados continuamente a conceber como se dá a luta, os embates, entre eles, atentando para os gritos do homem da ética que nos alertam para a diferença, para a alteridade e para a emergência e passagem dos devires. Afirmamos não se tratar de dicotomia, polarização ou oposição entre ética e moral, mas de entrelaçamento, mistura, aproximação e distanciamento num jogo permanente de forças que colocam em movimento valores, crenças, atitudes, visões de mundo, relações entre seres e produções de vida. Ética e moral se expressam em nós a partir de nossa interação com o mundo, mas sem constituírem-se em um dualismo de campos polarizados. São, ao contrário, dimensões de nossa experiência que coexistem. A dimensão moral em nós expressa nossa vinculação com o visível, com as regras e preceitos, com o instituído, inegavelmente fundamentais em nossa relação com a sociedade. A dimensão ética em nós nos convoca a pensar, escutar e sentir o inusitado, o intempestivo, o instituinte como criação de novas possibilidades, evitando que a dimensão moral se transforme em prescrição absoluta. Tal como afirma Machado (1999):

Ética e moral não fariam de opostos, de contradições ou de polaridades e nem de idênticos, homogêneos ou similares. Ao contrário, trata-se de vetores que

expressariam em nossas vidas uma dimensão visível – do já dado, do que se cristalizou – e uma dimensão invisível das virtualidades, dos fluxos intempestivos que rompem o instituído (p. 151).

Sendo assim, não se trata de negar ou privilegiar uma dimensão em detrimento da outra, mas cuidar para que uma delas não sufoque ou mesmo silencie a outra (seja em que ordem elas estiverem), tornando fluido o diálogo e a composição entre ambas. É este um grande desafio também para as práticas de pesquisa. Permitir que as perguntas não sejam já em si respostas, mas que suscitem novas perguntas que acompanhem o movimento da vida, problematizando o próprio pensamento e as regras instituídas (não necessariamente as negando).

Estariamos diante da afirmação do pensamento enquanto uma multiplicidade dispersa. As perguntas não param de se desdobrar em infinitos pontos e as respostas transformam-se incessantemente em novas perguntas, não constituindo-se nem mesmo como respostas mas como movimento próprio às formas de pensar problematizante. Momento que faz toda afirmação ser provisória e move o pensamento a trabalhar sempre no limite da ignorância. Um jogo dos problemas e das perguntas que apresenta ao pensamento o desafio de estabelecer uma outra relação com as regras, retirando-as do plano transcendente e construindo seus sentidos imanentes (MACHADO, 1999, p. 152).

O exercício a que fomos convocados foi por ouvir os gritos dos sujeitos idosos, para além daquilo que nossa escuta e nosso olhar prescritivos conseguem alcançar. Dialogar com as histórias contadas por esses idosos “sujeitos a intervenção”, bem como com os relatórios produzidos pelas equipes técnicas, a fim de perceber que políticas estão sendo postas em jogo, que passagens estão sendo permitidas, que sujeitos estão sendo produzidos. Ouvir o que preenche as frestas das paredes, o que recobre o chão batido, o mundo de significados que povoa aqueles territórios existenciais.

Enfatizamos, categoricamente, não se tratar, aqui, de romantizar ou apologizar estilos de vida ou ainda idealizar relações cotidianas, pois estaríamos, assim, contrapondo-nos a tudo dito até o momento, considerando o cuidado necessário com o estabelecimento de verdades, categorizações e ideais e a transformação destes em referências e modelos absolutizados. Estilos não são para serem universalizados. Ao contrário, estilos atravessam e incomodam brutalmente toda e qualquer tentativa de universalização,

atuam no afrontamento das formas instituídas, colocando em questão nosso modo de produzir a realidade, modo de reificar verdades²⁵.

Tampouco pretendemos ignorar a realidade de pobreza e miséria, de subjugamento e de tutela, produzida pela sociedade capitalista, em especial a partir da distribuição desigual de renda, da precariedade nas relações trabalhistas, da ausência histórica de políticas públicas eficazes no campo da habitação, da saúde, da assistência social, etc., da mercantilização e privatização das relações entre seres, formatando subjetividades marcadas pelo autoritarismo, pela submissão, pela classificação, marcas que, ao longo dos tempos, expressam a afirmação de determinados grupos constituídos como maiorias hegemônicas em nossa sociedade: homem, branco, rico, alfabetizado, jovem, heterossexual, morador de centros urbanos, etc.

Cabe, aqui, lembrar Beauvoir (1990), quando alerta para a necessidade de se pensar que sociedade é esta que produz seus velhos e retira-os da humanidade, na medida em que cria idealizações para essa vivência da velhice, sem problematizar sua condição de produção histórica, coletiva e social:

Exigir que os homens permaneçam homens em sua idade mais avançada implicaria uma transformação radical. Impossível obter esse resultado através de algumas reformas limitadas que deixariam o sistema intacto: é a exploração dos trabalhadores, é a atomização da sociedade, é a miséria de uma cultura reservada a um mandarinato que conduzem a essas velhices desumanizadas. Elas mostram que é preciso retomar tudo, desde o início. É por isso que a questão passa tão cuidadosamente em silêncio; é por isso que urge quebrar esse silêncio (p. 14).

Ao contrário, esse entendimento nos é claro na medida em que procuramos estar atentos exatamente ao modo como essa produção capitalista afeta a vida cotidiana dos sujeitos, porém buscando destacar os impasses e dar visibilidade àquilo que surge de luta e de afrontamento.

Como já dissemos, importou para nós muito mais a intensidade dos relatos e das histórias narradas, os sentidos atribuídos às recusas, o desassossego produzido no encontro com

²⁵ Fazemos menção a uma grande colaboração dada pela Doutora Silvana Tótora durante o exame de Qualificação, lembrando as análises trazidas por Nietzsche ao afirmar a produção de estilos como produção de si, sem remeter à perspectiva de universalização de modelos.

o campo, nada disso quantificável numérica e estatisticamente, ou, ainda que o fosse, pouca ou nenhuma importância teria neste trabalho. Partimos do princípio de que o que passa por um sujeito aponta para a produção de pensares em todos nós. Torna-se, assim, dispositivo de análise das práticas que colocamos em movimento.

Via de regra, os idosos e os relatórios técnicos acessados por esta pesquisa trouxeram muitas semelhanças, para além do mero fato de se referirem a recusas às intervenções da política de assistência social. Os relatórios, ao se referirem aos idosos que não aceitaram as intervenções propostas por técnicos da política de assistência social e às situações por eles vividas, descrevem as preocupações com a qualidade de vida, com as condições de moradia, com a integridade física e com a saúde mental dos idosos e, por isso, com a situação de extremo risco a que os idosos estariam expostos. Quanto aos idosos que nos receberam, também esses foram sujeitos sobre quem se mantém o discurso de estarem sob extremo risco, a despeito de não o reconhecerem e não aceitarem as intervenções propostas.

Nossos diálogos com as histórias contadas e as análises a partir daí produzidas permitem-nos enxergar tais recusas não apenas como uma negação em relação a mudanças propostas, ou como resistências negativas/contrárias a intervenções técnicas, mas, antes, como resistência ativa, como processo de afirmação de modos de existir que falam de uma produção histórica e coletiva, atravessada por tantas intensidades, tantos significados, tantos possíveis em tempos e espaços diversos, entrecortados por produções de subjetividade que marcam e compõem histórias. O que cada recusa traz consigo em termos de produção histórica? Que saberes são elaborados pelos idosos para lidar com o seu cotidiano? Como esses saberes se chocam com nossos saberes instituídos e especializados? Esse é o afrontamento! E é esse interstício com seus impasses que essa pesquisa ousou enfrentar.

3.1 AS PRODUÇÕES DO CAMPO. PENSAMENTOS ENQUANTO SE CAMINHA...

Por cerca de doze meses, mantivemo-nos no campo estabelecendo as conversas com idosos. No mesmo período, lançamo-nos em busca dos relatórios técnicos produzidos no campo da assistência social, conforme já relatamos.

No que se refere às histórias narradas, destacaremos, neste trabalho, não as narrativas dos idosos, mas as narrativas tecidas pelo pesquisador a partir do encontro com as histórias dos idosos, analisando a ressonância do que disseram e as interferências que essas experiências efetuavam em nosso modo de entender política de assistência, pesquisa, velhice... Isto porque as narrativas dos idosos não foram autorizadas a serem contadas, sendo esta uma das grandes interferências nesta pesquisa, uma vez que apresentaram a recusa à intervenção desta pesquisa em suas vidas na mesma dimensão em que recusaram a intervenção das políticas de assistência social. Falaremos disso mais adiante.

Por ora, importa demarcar que os textuais aqui reproduzidos referem-se aos relatórios aos quais tivemos autorização para acesso, em número total de **cinco**. Com relação aos idosos visitados, traremos as narrativas do pesquisador como efeito do encontro com **dois** idosos, sendo um homem e uma mulher.

Traremos, a partir daqui, algumas análises da produção do campo como pensamentos do caminhar, reiterando o quanto essa produção se deu num movimento permanente de idas e vindas, de celeridades e vagarosidades, de continuidades, quebras e desvios. Por esse mesmo motivo, optamos por fazer dialogar também as intensidades produzidas na leitura dos relatórios técnicos com aquelas produzidas a partir das visitas aos idosos, procurando não estabelecer distinção de valor hierárquico entre elas. As análises serão apresentadas também como um caminhar.

Dentre os motivos alegados pelos idosos para as recusas, “ouvimos”, nas conversas e nas fichas:

- não concordar com as análises de riscos feitas pelas equipes técnicas;
- gostar da residência onde mora;
- ter apego à residência, pelas histórias ali vividas;
- considerar que não se adapta a outro lugar e a outras pessoas, tampouco querer isso;

- preservar a vida privada e familiar;
- não querer/não aceitar interferência de outros em sua vida.

“V. demonstra-se negligente em seu comportamento e condições de higiene, não se cuidando e não cuidando do lugar onde vive. [...] Percebe-se que possui certa resistência em aceitar e permitir que sejam adotadas as medidas para melhoria das condições de higiene da casa” (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 1).

*“E. fez questão de enfatizar que seus direitos não estavam sendo violados. [...] aceita as agressões verbais por achar comum numa relação entre mãe e filha. **Entende como seu papel de mãe aguentar tais agressões. [...] solicitou que os técnicos não intervissem mais em sua vida**”* (grifo nosso) (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 3).

*“L. relatou que gosta de ser visitada, que os vizinhos sempre a visitam e ajudam. Disse passar a maior parte do tempo sozinha, escutando rádio, e que **não irá sair da residência, pois seu marido havia dito para ela sair somente morta da casa**”* (grifo nosso) (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 4).

*“A equipe reafirmou com J. que aquele local não era propício para eles ficarem, devido à insalubridade do lugar. J. concordou e disse não gostar de onde mora por não ter um bom relacionamento com a vizinhança e pensa em sair dali, porém **ainda não encontrou o local ideal. [...]** Os idosos estão correndo riscos de morte [...], porém não aceitam ajuda”* (grifo nosso) (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 5).

Tais motivações exemplificadas acima nos permitem já inferir a respeito de um processo de afirmação da vida, afirmação de uma história que não se inicia e tampouco se encerra numa intervenção técnica. Menos ainda se restringe a espaços físicos e geográficos delimitados, ou a tempos localizados e demarcados. Falam os idosos de outras concepções, de outros saberes, de histórias carregadas de sentidos, atravessadas por multiplicidades. Saberes produzidos ao longo do tempo, a partir das relações estabelecidas com o cotidiano, envolvendo pessoas, espaços, memórias, formas de pensar e estar no mundo, concepções diversas.

Daí, imaginar não ser possível falar em uma única forma de conceber a “higiene”, a “vida saudável”, a “violência”, a “solidão”, para citar apenas alguns temas. O que trazem esses idosos fala de um modo próprio de elaborar a vida, de histórias que ganharam sentido ao longo do tempo e que precisam ser ouvidas, sentidas, experienciadas a fim de se compreender o que está em jogo nessas vidas, sem afirmação apriorística de valores.

O que trazem esses idosos também remete a lembranças que não são meramente um recontar histórias, ou um reviver fatos ocorridos em um determinado passado. Não são, portanto, repetições, mas sim uma nova leitura do passado atualizada no presente e, por isso, ganham também a dimensão da produção presente da vida.

Ao lembrar o passado ele [o velho] não está descansando, por um instante, das lidas cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma de sua vida (BOSI, 1994, p. 60).

Há, nesses discursos, portanto, afirmação de determinadas concepções de homem, de mulher, de família, de vida social, de violência, que, antes de serem julgadas, precisam ser ouvidas, compartilhadas, experienciadas e entendidas como processo de constituição dos sujeitos que querem firmar posições baseadas em seus desejos e suas forças, para além dos supostos impedimentos muitas vezes imputados pelo modo de vida contemporâneo. Poderíamos aproximar tal processo ao que Foucault (2004) chamou de exercícios de liberdade e de cuidado de si, permitindo-nos, assim, enxergar a velhice e o envelhecimento como uma forma ética de estar no mundo.

A velhice não é apenas uma fase cronológica da vida: é a forma ética que se caracteriza ao mesmo tempo pela independência relativamente a tudo que não depende de nós, e pela plenitude de uma relação consigo em que a soberania não se exerce como um combate, mas como gozo (FOUCAULT, *apud* TÓTORA, 2008, p. 34).

Deleuze (2009) ponderou, ainda, se não seria a velhice um privilégio, exatamente por ser o momento em que o “ser deixado de lado” pode ser vivido como um ver-se livre daquilo que incomoda, que não suporta mais, que interfere arbitrariamente na produção do desejo. Um tempo em que se pode recusar o que não se quer.

A grande maravilha é que as pessoas deixam a gente de lado, a sociedade deixa a gente de lado. Ser deixado de lado pela sociedade é uma alegria tamanha! (...) Os velhos que eu ouço se lamentando são aqueles que não queriam ser velhos, que não suportam a aposentadoria. (...) É uma maravilha ser deixado de lado. Basta sacudir-se um pouco para que tudo caia. Caem todos os parasitas que você carregou a vida inteira. E o que resta à sua volta? Só as pessoas que ama e que o suportam e o amam também. O resto deixou você de lado.

As recusas funcionam então como resistências à apropriação de suas histórias, à apropriação da vida. Por maiores que sejam as mazelas a que esses idosos estejam submetidos, há uma insurgência portadora de devir, capaz de cortar a realidade e fazer barreira a um fluxo contínuo de pensamento e ação, de modo que outras direções sejam produzidas e percebidas. “É preciso um dilaceramento que interrompa o fio da história e suas longas cadeias de razões, para que um possa, ‘realmente’, preferir o risco da morte à certeza de ter de obedecer” (FOUCAULT, 2004a, p. 77). Mais que isso, um movimento que se volta para as intervenções não como resposta, reação ou defesa, mas como força primeira que entra no embate para a formação do cotidiano. Força que, de tal intensidade, mobiliza e convoca tantos outros a “intervir”.

“Portanto, devido a toda a situação e resistência dos idosos em reverter e buscar soluções para o problema, caracterizamos o caso como autonegligência, necessitando de ações conjuntas do poder público e da sociedade” (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 5).

“Em reunião com o Ministério Público, [...] relatamos a situação dos idosos em questão, solicitando a intervenção urgente da Promotoria, através do acionamento da Delegacia (sic), Unidade de Saúde (sic), Vigilância Sanitária e Secretaria de Habitação” (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 5).

Também nos encontros com os idosos, histórias surgiram e colocaram questões que provocaram interferências na produção do real. Histórias que nos guiam pelas descobertas de possibilidades tantas de expansão da vida para muito além das prescrições legislativas e técnicas. Histórias singulares de pessoas “assistidas/desassistidas” pela política de assistência social, trabalhadores e pessoas diversas com seus dramas cotidianos. É preciso considerar que a produção desta pesquisa se deu como processo que atravessou o tempo. Nesse período, vivenciamos esperas, chamados não atendidos, silêncios, recusas em nos receber, olhares desconfiados e até algumas abordagens curiosas de vizinhos... Vivenciamos também conversas ao portão, encontros no meio do caminho, atendimentos mal humorados, e, por isso, rápidos, outros sem tanta pressa...

Quando as conversas aconteciam, os assuntos giravam em torno de temáticas diversas: falávamos sobre o tempo, política brasileira, política internacional, hábitos alimentares, a relação que possuem com a comunidade, cuidados com a saúde, processos migratórios,

descrédito com relação às ações de prefeituras e Estado, memórias, crenças e valores, trabalho, decisões e projetos futuros, enfim... sobre a VIDA!

Quando as conversas não eram possíveis, seja por não atenderem meus chamados na frente da casa, seja por atenderem, mas não estarem dispostos a conversar, outras experiências, igualmente intensas, tomavam lugar: pensamentos entrelaçados com os cheiros, as paisagens, os sons presentes no lugar, contatos e observações em relação à comunidade e à vizinhança, dúvidas quanto à aceitação da participação na pesquisa!

“Estive novamente em [visita] nesse sábado. A intenção era encontrar com [o idoso] para falar especificamente da pesquisa, combinar sobre as entrevistas e outros papos. Sem negar uma certa apreensão marcada pelas dúvidas sobre aceitação, receptividade e troca, fui no caminho imaginando os diálogos e traçando estratégias, ainda que tivesse claro o quanto o campo nos surpreende com o inusitado e o intempestivo. A casa mostrava-se, como de costume, fechada (portão, portas e janelas) e anunciando seu silêncio. Os arredores, porém, divergiam disso. Em frente à casa, um bar estava aberto e tocando música em volume mediano, com algumas mesas do lado de fora, mas apenas uma delas ocupada por um grupo de mulheres que conversavam animadamente. Obviamente minha presença ali (um estranho na região) chamou a atenção e percebi que também eu era foco de observação. Na casa vizinha da esquerda um som extremamente alto de máquina que parecia um compressor. Fiquei imaginando o quanto esse cenário incomodasse [o idoso]... A rua estava um pouco movimentada. Transitavam pessoas e carros, inclusive um carro de som vendendo frutas e verduras. Por cerca de 20 minutos intercalei chamados pelo [idoso], sem qualquer resposta, porém. Não seria de se estranhar se estivesse em casa e não ouvisse meus chamados diante de tanto barulho em torno da casa. Olhando por sobre a cerca de entrada da casa, via sinais de que poderia ter estado do lado de fora há pouco tempo: parte do terreno estava varrida e havia sinais de terra molhada próximo a uma torneira, dando a impressão de que tinha sido aberta recentemente. Para não ir embora e ficar com o mesmo sentimento de frustração de outros encontros, resolvi esperar um pouco e, enquanto esperava, dei uma volta pela vizinhança, para sentir um pouco mais daquele território, daquela comunidade” (Diário de Campo nº 3).

Há que se destacar um ponto fundamental nesse processo de construção da relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Mesmo considerando o longo período em que as visitas aconteceram (um ano) e a quantidade de visitas realizadas, jamais os idosos visitados (nenhum dos dois) permitiram meu acesso às dependências da casa, ambos me recebendo no portão que delimitava o terreno. Cada vez mais, porém, ficava claro que essa postura dos idosos tinha relação com suas histórias, com os significados que a casa, o terreno, a comunidade adquiriram ao longo de suas existências. No entanto, ainda que apenas no portão, o fato de me receberem, por si só, já era pensado como um grande sinalizador do

vínculo positivo que se estava estabelecendo com os idosos, uma vez que essa não era a atitude tomada pelos idosos em relação a outras pessoas, sendo essas da comunidade ou representantes de serviços públicos que tentavam acessá-los.

“Destaco um outro detalhe que me chamou a atenção: enquanto conversávamos no portão, muitas pessoas passavam pela rua, indo e vindo em seus afazeres cotidianos. Todos que passavam olhavam com interesse para aquela cena da [idosa] conversando no portão com um homem desconhecido. Imagino o quanto essa cena provoca interpretações as mais diversas nas pessoas, uma vez que a idosa não costuma receber e nem conversar com ninguém da vizinhança e da comunidade. Antes de a [idosa] me atender, enquanto eu ainda chamava no portão, um vizinho me chamou a atenção dizendo que eu ‘podia desistir’, pois eles não atendem ninguém. Em outro momento, já durante minha conversa com a idosa, uma vizinha passou e cumprimentou: ‘Olá [nome da idosa]!’. A idosa ficou uns instantes desconcertada e disse comigo que sequer sabia quem era, pois eu era o único a quem ela atendia. Perguntei se ela não conversava com o pessoal da comunidade, e ela responde que não” (Diário de campo nº 4).

Tantas outras cenas eram vistas nessas visitas, que, em nosso entender, fazem muito mais do que apenas revelar isolamentos e misérias. No mínimo, levantam questões que atravessam nossas intervenções: do que falam esses distanciamentos? Que histórias compõem essas vidas? E o que falam do próprio processo do viver?

Acima de tudo, falam que a vida precisa ser afirmada como potência, que há dignidade em resistir, que a realidade não se encerra em fôrmas pré-estabelecidas! É de se lamentar, porém, que tal intensidade de força, que tal resistência poucas vezes seja vista de fato a partir de sua potência disruptiva e quase sempre seja tomada como rebeldia despropositada, ranzinzice, “coisas de velhos”, o que, em si, já carrega toda sorte de estigmas e preconceituações a respeito da velhice: incapazes, inválidos, inocentes, “voltam a ser crianças”...

É curioso até pensar que atribuir à velhice o *status* de “voltar a ser criança” aponta para uma dupla desqualificação: em relação à velhice e em relação à infância. Isso porque o dito popular se remete a um estado de dependência e de subserviência, muito distante de uma condição de dignidade e afirmação de liberdade. Tanto a criança quanto o velho são, então, tomados como incapazes, e isso não se refere unicamente a incapacidades práticas e funcionais como possa parecer numa primeira análise superficial, como administrar um medicamento, alimentar-se, realizar a higiene pessoal, trocar uma fralda, etc. Dessas habilidades, passa-se a um olhar que alcança o indivíduo como um todo, pensado

integralmente como incapaz ou, no mínimo, inábil. E, em sendo assim, desnecessário se torna perguntar por suas vontades, por suas opiniões, por seus planos, suas percepções do mundo. Mais ainda ouvir as respostas e o que elas trazem de criação e potência, o que provocam em nós e nos desestabiliza.

O velho não volta a ser criança. Ainda que seu cotidiano seja marcado por situações semelhantes ao que ocorre com crianças (em especial de menor idade), a experiência vivida nessas situações marca o sujeito de forma extremamente diferente. O que significa para o idoso ter alguém para lhe trocar as fraldas? O que significa não poder banhar-se sozinho e com independência? Qual é a experiência de ser tutelado todo o tempo? Como lidar com aquilo que até pouco tempo lhe era campo de domínio e agora não mais?

Não quer o idoso ter voltado para si a repetição do olhar “surdo”, do olhar da tutela, do olhar piegas, normalmente direcionado para a criança (que também rejeita esse olhar!). A não ser que lhe direcione o mesmo olhar que vê a criança como “criação permanente”, como “abertura para o mundo”, como “artista aprendiz”,

[...] que não mais se pensam como embriões originários do ser humano cognitivo e psíquico nem como fontes da sociedade e da cultura. Mas que se anunciam como *cartógrafas*, *impessoais* e *artistas*. *Cartógrafas*, porque exploram os meios (das aulas, escolas, parques), fazem trajetos dinâmicos pelas vizinhanças (das ruas, campos, animais), traçam mapas virtuais (dos currículos, projetos político-pedagógicos), em extensão e intensão, que remetem uns aos outros, e que elas superpõem aos mapas reais, cujos percursos, então, são transformados. [...] *Impessoais*, falam e escrevem por indefinidos, já que estes consistem na forma de expressão que precede as manifestações da subjetividade infantil, e que faz das crianças singularidades pré-individuais e consciências pré-reflexivas sem Eus. Elas adoram o indefinido *uma-criança*, que é como se anunciam como sensíveis, o que as leva à conclusão de que também são *artistas*, já que fazem as mesmas coisas que a *Arte* (CORAZZA, 2008, p. 18).

Mas isso nos parece caro demais...

“Fui surpreendido neste dia pelo fato de não ter sido atendido... Como de costume, chamei, desta vez, porém, sem qualquer resposta. Insisti nos “chamamentos” por cerca de uma hora e a cada minuto elaborava hipóteses para a ausência de respostas, algumas delas muito me angustiando, outras tentando me acalmar.[...] Enquanto chamava e pensava, pensava e chamava, vi que em frente à casa ao lado duas senhoras conversavam sentadas em um banquinho. Percebi que às vezes olhavam para mim. Em um momento em que nossos

olhares se cruzaram, uma delas falou: 'Nem adianta, moço! Ele não atende ninguém!', afirmação reforçada pela outra com um movimento de cabeça. Decidi me aproximar para perguntar se elas saberiam dizer se ele estava em casa. Disseram não saber, mas que achavam que ele estava em casa sim, pois "ele nunca sai! [...]". Perguntaram-me o que eu era dele, ao que respondi ser um conhecido da família sem dar maiores detalhes. [...]Agradei as informações e voltei para a frente da casa. O que me impressiona é o quanto a comunidade parece estar acostumada e já naturalizou a vida dos idosos do modo como eles os veem: estranhos, isolados, estigmatizados" (Diário de campo nº 9).

Homens e mulheres sem fama, ou melhor, com fama de excluídos, de despossuídos, de repletos de carências, pois isso é o que um saber e um olhar desatentos em busca de verdades insistem em ver. Tal como na "Fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios..." (BAPTISTA, 2001), o desafio que se coloca é por dar passagem para as produções de sentido e significado em jogo na fabricação da realidade, para além das mazelas e das supostas carências. Deixar passar, fazer ecoar "outras histórias" até então relegadas à condição de refugio e invisibilidade.

A luz que iluminava o laudo na procura de verdades ignorava os efeitos que produzia no percurso. Imaginava ser neutra e imparcial. Desconhecia a produção de opacidade nos restos jogados fora no transcorrer da pesquisa. Minúsculos detalhes da vida ordinária eram desprezados, virando inexpressivos refugos. Objetos físicos, dados empíricos tempos cronometrados resumiam os limites daquilo que o foco alcançava. Objetos da memória moldados pelo fazer incessante, tempos vividos e revividos advindos das intensidades das agruras e prazeres do dia a dia fugiam da visibilidade daquela iluminação. Porém combates do cotidiano contidos nos refugos jogados fora enfrentavam a arrogância dessa luz, escapando das ciladas que os faziam falar e emudecer. A invisibilidade tomava a forma de enfrentamento, à semelhança dos poderes ávidos em resistir e contra-atacar o inexorável (BAPTISTA, 2001, p. 206-207).

Esse mesmo olhar que vê no idoso apenas ausências e limitações é o mesmo que entra nas casas e vê somente, ou vê com maior destaque, o que falta e aquilo que a miséria visibiliza. Nos relatórios técnicos, vê-se claramente essa preocupação com o ambiente físico e com a higienização dos espaços, entendendo ser este um aspecto fundamental a ser objetado por qualquer intervenção técnica. Não que não seja relevante. No entanto não se veem problematizações a respeito da produção daquele lugar e dos afetos que o atravessam. Em alguns momentos, de tão detalhada a descrição dos espaços, dá-nos a impressão de ser possível reconstruir a imagem da casa, como se essa casa encerrasse em si toda a história dos seus habitantes, oferecendo material e terreno suficiente para todo e qualquer tipo de intervenção.

“A idosa reside num barraco de 4 cômodos, ambiente muito sujo, com roupas espalhadas pelo chão, geladeira sem condições de uso, sem porta e desligada, contendo apenas algumas sacolas com alimentos estragados. Em toda casa tinha espalhados pedaços de móveis velhos e bastante empoeirados. O colchão onde seu filho dorme estava espalhado no chão juntamente com um travesseiro e uma coberta e um rádio ao lado. As madeiras da casa, tanto da parede quanto do piso, se encontram muito podres e quebradas, com grandes frestas, e o telhado está cheio de buracos, deixando a idosa exposta ao tempo. [...] No quarto da idosa havia uma cama com colchão velho e fino, uma fruteira velha contendo algumas caixas de remédio, sacolas vazias e um pacote de pó de café. No cantinho da parede tinha uma bolsa de viagem velha onde a idosa guarda suas roupas. Na cozinha tinha um fogão velho com algumas panelas, uma estava com uma pequena sobra de mistura de comida e outra com camarão frito com casca [...]. Na pia da cozinha havia uma garrafa de café vazia e algumas vasilhas lavadas. No canto da cozinha, no chão, um saco plástico preto guardando panelas sujas. Na casa não tem filtro e não tem geladeira” (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 2).

Entendemos que essa casa apresentada, vista sob um determinado olhar, a partir de determinadas referências, indubitavelmente, esconde outras casas ali também presentes, produzidas assim ao longo do tempo, entrecortadas por histórias diversas. Podemos inferir a respeito da ocorrência de muitos processos de desrespeito à dignidade humana, de privações de direitos, de privatização da vida, de desapropriação de suas histórias, enfim. Quereriam os idosos falar a respeito disso? E quem os quer ouvir? Haveria outras histórias a serem ouvidas que contassem algo para além da dureza da miséria, dos entulhos e escombros, da falta e da subalternidade?

Como num conhecido poema musicado de Vinícius de Moraes²⁶, somos desafiados a enxergar o que pode haver de “muito esmero” em uma casa “sem teto, sem chão e sem parede”, a ouvir o que os idosos querem falar, muito mais do que aquilo que buscamos como confirmação de nossas certezas. O olhar julgador é tentado a ver apenas o que destrói, apenas o que falta. Escapam a esse olhar, porém, as resistências e os embates cotidianos que tornam visíveis outros possíveis. Não há assim, **A** casa. Há casas, **uma** casa, efeitos dos embates, casas que se compõem com os olhares sobre elas. Quanto de produção de sentidos e significados está em jogo? Muito, pois a casa nunca é a mesma. A casa é muito mais do que as paredes rachadas, os pequenos e poucos cômodos, os móveis entulhados... A casa é produção de vida. Cada parte, pedaço, rachadura, odor que emana da casa é história. História não acessada pelas políticas de Estado, uma vez

²⁶ “Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada. Ninguém podia entrar nela não, porque na casa não tinha chão. Ninguém podia dormir na rede, porque na casa não tinha parede. Ninguém podia fazer pipi, porque penico não tinha ali. Mas era feita com muito esmero, na rua dos bobos, número zero” (A casa. Composição de Vinícius de Moraes. Disco A arca de Noé, 1980).

que remete ao que supostamente não deu certo, não é desejado, não faz parte das prescrições/previsões.

História, porém, que está lá! Pulsa, grita, porém é deixada para trás, sumida em nome do que fala a história oficial – aquilo que falta.

A casa falava, falava, falava e sumia no laudo do posto de saúde. Falava para todos de sua carência, exibindo as armadilhas da predestinação. O laudo revestia o espaço e os objetos do beco no Buraco Quente de inexoráveis silêncios e visibilidades. [...] A casa da falta falava, sumia e virava habitação de destinos irreversíveis. Fraqueza e carência sustentavam as paredes, neutralizando crônicas invisíveis resistindo a evaporarem como fumaça. Por meio dessas crônicas, outra casa se fazia conhecer. Não era um lar estruturado, mas o espaço de intermitentes embates do dia a dia (BAPTISTA, 2001, p. 205).

Essa foi uma questão que se levantou fortemente nesse pretense ouvir de histórias, que se queria atento, cauteloso e ético, e que, no entanto, por vezes também nós pesquisadores deixávamos escapar. Mesmo tentando fugir às prescrições e às predeterminações, cuidando para dar passagem ao novo e ao que destoa, nossa atenção também escorregava em determinados momentos em direção a determinadas histórias que falavam daquilo que delineava nossa busca. Em meio a tantas histórias contadas, em meio às diversas histórias produzidas pelos idosos, nossos ouvidos e olhares, viciados pela conduta moralizante e positivista de nosso modo capitalístico de existir, tentavam selecionar aquelas que se apresentavam como respostas às questões que trazíamos *a priori*, como esclarecimentos de uma realidade não compreendida, histórias com nexos em meio a outras histórias *anexas*, quando não *a-nexas*.

Ávidos por ouvir determinadas histórias ou determinadas modulações da história, quase deixávamos escapar histórias outras que anunciavam diferentes modos de estar no mundo não necessariamente “em resposta” às prescrições da política de assistência social. Quase que nos deixamos tomar pelo “pesquisador de jaleco”²⁷ em nós que, por mais repleto de boas intenções que esteja, acaba por assumir as prescrições como meta a ser seguida e

²⁷ A expressão pesquisador de jaleco aqui utilizada remete às práticas que se afirmam como distantes e indiferentes ao campo, ou mesmo marcadas pelo olhar higiênico/higienista que meramente julga, avalia e atribui valores ao objeto analisado, quase sempre valores de desqualificação. A imagem é de um jaleco tão límpido e cristalino que qualquer sinal de mistura com o campo deve ser imediatamente identificado e alvo de intervenções separatistas. O cuidado apontado, então, é por “despir-se dos jalecos”, abrindo-se à mistura e à composição heterogênea permanente. A este respeito ver: LOUZADA, A. P. F. Crônicas de um trabalho docente: a invenção como imanente à vida. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFES. 2009.

alcançada, relegando o processo do caminhar a um plano secundário (um plano *anexo*). Em busca de pretensas verdades, classificávamos algumas histórias como acessórias, secundárias, de menor importância ou de importância meramente complementar e dispensável, *anexas*, enfim. Adornos do que deveria ser o principal ainda a ser descoberto. Em outros momentos, as histórias eram tidas como sem sentido, desconectadas, sem ligação, loucas, sem nexo, *a-nexas*.

Queríamos ouvir algumas histórias, mas os idosos com os quais conversamos queriam nos contar outras. Em seus discursos, não queriam falar da “política de assistência social”, tampouco falar de “política pública”. Queriam falar de outras histórias e do modo como produzem o cotidiano, como enfrentam dificuldades, como superam barreiras e como alimentam projetos para a vida. Queriam falar do tempo e da ocupação dos espaços, porém sem necessariamente marcá-los com fatalismos ou vitimizações. Afirmavam as marcas das lutas pela vida.

E esses clamores precisávamos ouvir, lutando para que o caráter policialesco de nossas ações não nos tomasse conta, pois, como afirmam Guattari e Rolnik (1986, p. 29-30),

[...] não há profissão alguma que seja essencialmente policialesca, a não ser a própria profissão de polícia, e até isso é discutível. **Do ponto de vista micropolítico qualquer práxis pode ser ou não policialesca; nenhum corpo científico, nenhum corpo de referência tecnológica garante uma justa orientação.** [...] A garantia de uma micropolítica processual só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis (grifo nosso).

Assim, nosso primeiro movimento de ouvir talvez estivesse interferindo nesses encontros produzindo muito mais o emudecimento do que a fala dos idosos. Isso em função de termos nos apegado a uma determinada fôrma-pesquisador, ansiosos por efetuar conclusões e encontrar resultados a partir dos procedimentos técnicos de pesquisa mais adequados e corretos. Em função ainda de estarmos colados a uma noção de história marcada pela lembrança do passado, ao invés de uma memória-experiência. Com isso, algumas histórias se silenciavam.

Sobre algumas histórias, os idosos não queriam falar, não queriam lembrar... Muito provavelmente porque quisessem que a memória lhes remetesse apenas ao que lhes conferisse o lugar de artista da vida e não de sujeito sujeitado. Além disso, narrar as histórias adquiria o sentido de revivê-las, ressignificá-las, arrancando delas a marca de passado “passado” e tornando-as vivas, ligadas diretamente ao presente e ao que ainda há de vir.

Autores como Benjamin (1996) e Blanchot (1984), ao se debruçarem sobre os estudos em narrativa e história, já apontavam o quanto o que é narrado não se presta a ser verdadeiro, tampouco a ser um relato fiel dos fatos, mas se afirma como intensidade repleta de significações, costurando tempos, fatos, sentimentos e gerando acontecimentos. Tal como bem lido por Heckert (2004),

Essa fissura no tempo nos lança na imprevisibilidade da criação, que não é da ordem do presente e nem do passado, mas que se interpõe entre um e outro, metamorfoseando-os. A narrativa é esvaziada de sua força quando nela é procurada a verdade de um acontecimento ocorrido. [...] E essa distinção entre relato e narrativa, encontrada em Blanchot, nos parece importante. Narrativa e relato não se confundem, uma vez que o relato diz respeito ao já dado, àquilo que já se configurou em formas, à reprodução do fato ocorrido. A narrativa, ao contrário, narra o acontecimento e este não está preso ao tempo e à verdade. A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o acontecer (p. 64-65).

As histórias narradas permitiram a eclosão de acontecimentos! Exatamente aquelas tidas como *anexas/a-nexas*. Colocaram em funcionamento intensidades atravessadas pelo sabor dos encontros com a vida, ainda que pudessem, em alguma medida, “relatar” experiências desagradáveis. Mas não eram essas experiências que importavam e sim o exercício da narrativa e a vivência das memórias e intensidades²⁸. É isso também que entendemos quando Marilena Chauí, na apresentação da obra de Bosi (2007), afirma que “lembrar não é re-viver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição” (p. 20).

²⁸ É interessante, aqui, remeter ao trabalho de Rodrigues (2002) sobre os caminhos construídos pelo institucionalismo no Brasil, em especial ao capítulo IV, em que se discute sobre os trabalhos da memória. Dissertando a respeito dos estudos de Alistair Thomson, Rodrigues aponta os três movimentos fundamentais da memória: 1º – *compomos* reminiscências para dar sentido a nossa vida passada e presente; 2º – as reminiscências são variáveis, pondo-as na dependência de alterações sofridas por nossas vivências ao longo da história; 3º – a memória é um *agenciamento de enunciação*, necessitando, portanto, ser compreendida em sua relação complexa e transformável com as circunstâncias de sua efetuação.

Contar histórias, lembrar fatos da vida parecia assumir uma potente dimensão de liberdade, de autoria da vida. Uma dimensão de experiência, memória-experiência, memória-resistência, alinhando sentidos presentes, passados e futuros, em relação aos quais em nenhum momento podemos nos furtar de analisar nossa implicação como pesquisadores. Isso porque o que nos foi contado também está relacionado com o processo da pesquisa, com o instante do encontro, com as produções das quais também participou o pesquisador. Também o pesquisador compõe memória como um jogo enunciativo.

[...] o que o outro lhe diz jamais tem sentido geral, essencial ou originário; é sempre circunstanciado – algo dito a *alguém*, de certa maneira, em *determinadas condições*. Neste sentido, o pesquisador torna-se parte do que deve ser analisado, já que *tudo*, a cada instante, encontra-se *monumentalizado* e passível de *ser modificado*, jamais se reduzindo à dedução, ao postulado, à ilustração, ao dado, etc... (RODRIGUES, 2002, p. 355).

Ao dar-mo-nos conta desse processo, entendemos a necessidade de afirmar a narrativa e a memória como ferramentas que dão visibilidade às lutas travadas no cotidiano. Não mais uma memória meramente cronológica, estruturada ou sistematizada, mas memórias que permitem ver o que há de resistência e de criação na produção da vida, memórias que cortam e produzem desvios e fagulhas (HECKERT, 2004).

Em nossas incursões no campo, nas visitas, pudemos ouvir, seja de vizinhos, seja de profissionais, discursos a respeito de uma suposta loucura dos idosos que escolhemos visitar, justificados, via de regra, pelos comportamentos “fora do padrão de normalidade” e pelo isolamento social: “*convivem com sujeira, lixo e entulho*”, “*criam ratos e outras pragas*”, “*aceitam calados, acobertam e negam a violência que recebem*”, “*não recebem ninguém*”, “*não tomam banho*”, “*enterraram mortos no quintal*”, “*comem comida estragada*”, “*vivem isolados*”, “*são agressivos*”, “*estão desorientados*”, etc. No entanto, exatamente pelo distanciamento mantido pelos idosos, percebemos que boa parte dessas afirmativas são inferências tomadas unicamente a partir dos conceitos, valores e verdades que estabelecemos previamente, norteando análise e intervenções. Em alguns casos, tais afirmativas são produzidas e reproduzidas sem que os idosos jamais tenham sido ouvidos, ou mesmo que tivessem a oportunidade de contar suas histórias.

Secundários e Loucos é o modo como muitos desses idosos são vistos e considerados pelo grupo social, pela comunidade, pela sociedade, pela máquina estatal e por muitas produções científicas.

“Ao chegarmos ao local, nos deparamos com máquinas e funcionários da CESAN trabalhando. Havia um cano que retirava de dentro da casa uma água escura e com mau cheiro e jogava na rua. Perguntamos se era ali que moravam os idosos e eles responderam que sim, porém nos informaram que eles não saíam de dentro de casa, que ficavam escondidos iguais a ‘bicho’” (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 5).

Importa, então, perguntar sobre o caráter daquilo que se propõe como política de intervenção, tanto para os que a sofrem quanto para os que a executam? Que tipo de dispositivos se cria? E que efeitos trazem esses dispositivos? É fácil perceber, nas estratégias corriqueiramente adotadas, intensas preocupações com resultados práticos, imediatos e quase sempre pautados unicamente em convicções técnicas profissionais, tomando a realidade como um terreno sobre o qual se intervém. Por vezes, o argumento de que a intervenção norteia-se pelas prescrições técnicas e legais que supostamente esclarecem e explicam os fenômenos sociais acaba por impor uma ditadura do trabalho prescrito e uma afirmação do saber-poder legitimado pela academia ou pelas instituições de Estado em detrimento daquilo que surge de intempestivo, que emerge dos porões do esquecimento e da negação, que tenta desviar a lógica hermeticamente fechada dos procedimentos técnicos. É esse hermetismo que não somente vê uma realidade pronta e estática sobre a qual se intervém, aqui se incluindo não somente espaços geográficos e outros materiais, mas também o “outro” sujeito tido como objeto de intervenção, como também busca enquadrar a realidade às explicações preexistentes das teorias, num movimento necessariamente unidirecional, qual seja, da teoria para a realidade²⁹.

Tal modo dicotômico de agir e de gerir a vida, tal modo de intervir das políticas (de Estado e/ou de Governo) não admite falhas, ou melhor, não suporta as fissuras presentes nas intervenções pretensamente homogêneas e coesas. Ou, se e quando são percebidas,

²⁹ Foucault (1979b) já nos alertava para o fato de que a teoria não pode ser vista como uma instância dissociada da prática, seja atribuindo àquela uma existência anterior e causal em relação a esta, seja a primeira originada a partir da segunda, como num esforço de sistematização. Ambas as vertentes necessariamente nos remeteriam a um processo de totalização das relações teoria-prática. O que propõe o autor é pensar a ideia de que toda teoria é em si uma prática, é uma luta de forças de caráter local e regional, jamais ansiando por totalização e generalização.

rapidamente são postas no lugar da carência ou da falta. Assim, não são brechas, são ausências. As intervenções enrijecidas são capazes de ver tais brechas das prescrições, mas as consideram como ausências, como o que falta ao sujeito, como as falhas da realidade produzida, fazendo com que se reforce o papel das intervenções por cobri-las, preenchê-las, eliminá-las.

Ousamos pensar nas brechas como possíveis, como aberturas que permitem acessar e elaborar compreensões divergentes daquilo que se prescreveu. Se há falhas e interrupções na homogeneidade e no purismo das intervenções, se há descontinuidades na compreensão dos fenômenos que surgem durante a produção da realidade, há, aí, intensidades que querem se mostrar e se fazer sentir, há abundância de valores e outros significados que transversalizam as análises. Então, é preciso ouvir o que também produz ressonância, vida e significados, vibrando o tempo todo e ocupando os espaços.

O pior não é permanecer estratificado — organizado, significado, sujeitado — mas precipitar os estratos numa queda suicida ou demente, que os faz recair sobre nós, mais pesados do que nunca. Eis então o que seria necessário fazer: instalar-se sobre um estrato, experimentar as oportunidades que ele nos oferece, buscar aí um lugar favorável, eventuais movimentos de desterritorialização, linhas de fuga possíveis, vivenciá-las, assegurar aqui e ali conjunções de fluxos, experimentar segmento por segmento dos contínuos de intensidades, ter sempre um pequeno pedaço de uma nova terra. [...] Estamos numa formação social; ver primeiramente como ela é estratificada para nós, em nós, no lugar onde estamos; ir dos estratos ao agenciamento mais profundo em que estamos envolvidos; fazer com que o agenciamento oscile delicadamente, fazê-lo passar do lado do plano de consistência. [...] Você terá construído sua pequena máquina privada, pronta, segundo as circunstâncias, para ramificar-se em outras máquinas coletivas (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 22).

Voltamos à questão de não se tratar de invalidar conceitos ou meramente substituir verdades. O que fica para nós, em questão, é o modo como determinados valores, ao se tornarem modelos absolutos, ocupam-se de desqualificar outros saberes, de tentar retirar dos sujeitos que diferem toda possibilidade de potência e toda sua marca de produção social. Naturalizamos, perversamente, aquilo que deveria ser devorado como experiência e, com isso, aprisionamos sujeitos no lugar da vítima, da fraqueza, da fragilidade, da incapacidade, da desqualificação.

Por assim serem vistos, têm suas histórias tomadas e apropriadas como se nada mais importasse, ou nada mais lhes restasse. Então, vejamos os estratos nos quais são postos os

idosos: ou sublimes e angelicais; ou loucos, rabugentos, que pouco ou nada mais sabem da vida. Talvez seja a isso que Beauvoir (1990) se referiu quando indicou estar a velhice fora da humanidade: quando não são idealizados como guardiões da plena sabedoria, experiência e conhecimento, são tomados por um outro extremo, como portadores das mazelas humanas. “*Por sua virtude ou por sua abjeção*”, são retirados da condição de dignidade humana e “guardados” no lugar da abnegação.

Em nome, portanto, de um suposto saber/poder legitimado toma-se a vida do outro como objeto, impondo mudanças em conformidade com um determinado julgamento moral e, ainda, ancoradas na ideia do “cuidar”.

“A Srª. V. demonstra-se negligente em seu comportamento e condições de higiene, não se cuidando e não cuidando do lugar onde vive. Familiares informaram que ela não está cuidando de sua própria higienização” (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 1).

Mas de qual cuidado está se falando? Ou qual cuidado é tomado como prioritário? O cuidado pela via da tutela, das práticas paternalistas, da retirada da autonomia do outro e das ações coercitivas e autoritárias? Estas só fazem negar ao sujeito sua condição de liberdade, matando-o abruptamente. Assim,

Qual cuidado é priorizado pela política de Assistência Social? Uma ética do cuidado de si e/ou um cuidado higiênico/higienista prescritivo e moralizante? Como e o que desvia das prescrições, que se pretendem universais, de uma política de Estado? (LAVRADOR, apontamentos da Defesa de Qualificação, 2009).

Aqui, uma inflexão necessária. Entendemos que as histórias estão imersas na produção social e coletiva da realidade, mesma produção que também marca as políticas públicas e, por consequência, a política de assistência social. Não se trata de histórias isoladas e individualizadas, privatizando seus sujeitos em modelos oscilantes entre a condição de herói e a condição de vítima, mas em histórias que emergem como vincos do tecido social, singularizadas em sujeitos vivos e conectados com o mundo, afetando e sendo afetado pela vida. Histórias que foram sendo produzidas na interface com as políticas de gestão da vida ora formatadas em políticas de Estado, ora engendradas nos encontros com outros sujeitos

(a comunidade, a vizinhança, a família, etc.), ora moduladas pelas variações e configurações dos tempos e dos espaços.

A recusa de uma determinada forma de atuar das políticas públicas, dentre elas a política de assistência social, não significa, portanto, recusa à coletividade e à perspectiva do público. Estas estão presentes sempre, na medida em que se concebe a realidade como multiplicidade, relação de forças e história de lutas.

As forças estão sempre em relação, agindo ou resistindo. Os corpos, sejam (*sic*) político, social ou biológico, são o resultado de forças que os atravessam. Como a expansão é própria das forças, exprimindo sua vontade de potência, a relação entre elas é de combate (TÓTORA, 2004, p. 236).

Ao contrário, a recusa de uma intervenção pode falar da recusa de um determinado modo de operar, pode afirmar um outro modo de viver também possível e sujeito a análises de seu caráter produtor de realidade e subjetividade.

*“A equipe teve que insistir com a idosa para que fôssemos atendidos. Ela ressaltou que não entendia o motivo pelo qual as pessoas denunciavam [a acompanhante] [...]. Disse ainda que esteve casada por mais de dez anos, mas não teve filhos. [...] A idosa recebia remuneração razoável e começou a cuidar da [acompanhante] como se fosse sua filha. Ressaltou que [a acompanhante] a trata como se fosse sua mãe. [...] A equipe tentou deixar a idosa à vontade no início. Assim, percebemos, por meio de algumas falas da idosa – **‘minha mãe me disse que não iria dar certo criar filhos dos outros, mas quero mostrar para os meus familiares que eu dou conta disso’** –, a presença de possíveis conflitos entre as duas” (grifo nosso) (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 3).*

Nos encontros com os idosos que recusaram as intervenções da política de assistência social, pôde-se ver muito mais do que escombros, subalternização de vidas, loucura e miséria mortificante. Há, acima de tudo, histórias vivas, significadas e desejantes! O que nos faz lembrar a importância da escuta para além da falta e do destoante, para além da desestrutura. As histórias narradas falam, assim, da gestão da vida e do público, algo que atravessa a produção das políticas públicas, inclusive a de assistência social, e também é atravessado por elas. Falam do modo como sobrevivem e também como vivem e inventam o cotidiano, dando-lhe significados diversos, conectados com a produção social, mas não dela reféns.

Daí, entender a experiência do viver dos idosos como composições com as práticas de políticas então engendradas, resistências em favor da afirmação da vida, mostrando que conexões não significam encadeamento de fatos, resultantes óbvias e reações lógicas. Tais modos de vida nos fazem pensar numa política de acontecimentos que rompe com formações predefinidas ou ligadas a modelos como um prolongamento ou uma consequência de sua existência.

Pensar a política por acontecimentos implica se livrar das formas fixas de identidade subjetivas, sejam partidos, indivíduos e raças, sejam oposições e dualismos. Pensar e agir por acontecimento força a um devir-outro, estar no “meio” trocar o É pelo E, fazer do múltiplo um substantivo. “Uma multiplicidade, diz Deleuze, está somente no E”. O E não é a simples soma de elementos, mas dá às relações uma outra direção, que se instala em uma linha de fuga: fuga das identidades, lançar-se ao aberto, conexão por composição em um plano de imanência (TÓTORA, 2004, p. 242).

Entendemos ser exatamente pelo fechamento e/ou cegueira em relação à multiplicidade do existir e, conseqüentemente, pela fixação em formas identitárias rígidas que, por diversas vezes, a esses idosos foi destinada a marca de loucos e de sujeitos de menor valor, **sobre quem** a política pública deveria intervir. Os discursos produzidos em relação a esses idosos, aqueles que se recusam a intervenções, ouvidos em conversas com vizinhos, outros membros das comunidades e mesmo profissionais de serviços públicos locais, e também lidos em relatórios e fichas técnicas produzidos, falam das dificuldades em estabelecer contatos, em manter relações de proximidade e em compreender modos de vida tão díspares, referenciando-se em modelos aceitáveis e desejáveis socialmente. Então, como uma espécie de mediador dessa dificuldade, aquilo que justificaria qualquer ação mais incisiva **sobre** os idosos atribui-se a eles a identificação/rótulo da loucura. Um duplo dilema: por um lado, a constatação de que aquilo que destoa, difere, subverte padrões, causa-nos uma estranheza de tal ordem insuportável que nos afasta e isola mais do que nos aproxima; por outro lado, damos-nos conta de nosso não-saber a respeito da loucura, sobre esta imputando estigma de exclusão e indignidade, objeto de intervenção.

Velhos, loucos, sem conhecimento, excluídos. Exclusão, aliás, tomada como objeto de intervenção da política de assistência social, que se quer promotora de inclusão social. Um binômio (exclusão/inclusão) já muito bem discutido por autores como Castel (2008), Sawaia (2008), Forrester (1997), Lavrador (2004), dentre outros, que se atualiza em práticas e

intervenções profissionais. Seguindo, por exemplo, uma linha de análise proposta por Lavrador (2004), a partir das referências dos demais autores, é possível detectar, nos relatórios e fichas técnicas, um olhar/saber sobre os idosos que afirma a exclusão como desfiliação, como passagem para a eliminação e como álibi para a gestão da vida e dos corpos, evidenciando, assim, uma inclusão excludente.

Desfiliação manifesta na fragilização dos vínculos que os idosos mantêm com a comunidade ao seu redor e também com as ações das políticas públicas que lhes são oferecidas. A própria recusa desses idosos em aceitar a aproximação e a interferência em suas vidas contribui para seu isolamento social. Castel (1977) alerta, porém, para a armadilha em que se transforma pensar essa desfiliação como uma modalidade de exclusão estática e fechada em si mesma, ou, ainda, atribuída ao indivíduo isolado de seu lugar histórico. Em resposta a isso, faz-se necessário pensar a exclusão como um *continuum*, como um processo cujos efeitos devem ser pensados à luz de sua constituição histórica. No caso dos idosos, pensar que esse isolamento foi produzido historicamente em conexão com as relações estabelecidas nos espaços e tempos.

Na maior parte dos casos, o “excluído” é de fato um *desfiliado* cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis. [...] Sem dúvida há hoje os *in* e os *out*, mas eles não estão em universos separados. Não se pode falar de uma sociedade de situações fora do social. O que está em questão é reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out* (p. 23).

A exclusão também flerta com um caráter de passagem para a eliminação, na medida em que demarca uma certa “população de risco”, indesejada e, por que não dizer, perigosa. Uma ameaça para as condutas-padrões, para os ditos bons costumes, para a saúde pública. Não apenas tomando como referência a questão do trabalho, como bem coloca Forrester (1997). A lógica da não produção capitalista, o fato de estarem incluídos entre os sobrantes e, por isso, supérfluos, está sim em jogo, mas não somente ela. Está em jogo também a lógica de um determinado modo de viver, um determinado modo de se relacionar com o mundo, com os espaços, com o tempo, com o corpo, com a vida, enfim, quase sempre destoante do modelo que já definimos como capitalístico. Incomoda, portanto! Fere os olhos, os ouvidos, os sentidos todos e os valores, o que leva a querer intervir, controlar, transformar, já que não é admitido eliminar (“*fazer viver e deixar morrer*” em substituição ao “*deixar viver ou fazer*”

morrer”, tal como já analisado anteriormente a partir das produções de Michel Foucault!) Novamente, aqui, a exclusão é privatizada e atribuída ao indivíduo sem que se coloque em questão seu modo de produção, aquilo que lhe dá o caráter real de incluída.

“Os vizinhos relataram que os idosos vivem em isolamento, não têm convivência social, [...] não sabem de nenhum outro convívio social e que espantam qualquer forma de aproximação, que não permitem nem mesmo as crianças pegarem bola que porventura caia no quintal...” (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 5).

Tantas vidas encurraladas, manietadas, torturadas, que se desfazem, tangentes a uma sociedade que se retrai. Entre esses despossuídos e seus contemporâneos, ergue-se uma espécie de vidraça cada vez menos transparente. E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de *excluídos*. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, *incluídos* até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, **mas tão incômodos**: uns chatos! Jamais completamente, não, jamais suficientemente expulsos! Incluídos, demasiado incluídos, e em descrédito (grifo nosso) (FORRESTER, 1997, p. 15).

E, por incomodarem, tornam-se um perigo, população a ser controlada, alvo das políticas, alvo do *biopoder*. A sociedade que quer se proteger define o que são situações de risco e instaura o fio da navalha como já pontuado: são um risco e estão em risco. Adotam modos de vida que, ao se tocarem com outros diferentes modos de vida, produzem distorções, limites, insuportabilidades, sobre as quais se coloca a demanda por “intervir”.

A partir das leituras foucaultianas e, principalmente, tendo como referência a questão do *biopoder*, Deleuze (1992) propôs a ideia de uma sociedade contemporânea como uma Sociedade do Controle, remetendo às formas de controle da subjetividade tão em voga na sociedade capitalista contemporânea, em substituição ao controle disciplinar que marcou os séculos XVII e XVIII, por meio das instituições totais de confinamento e sequestro. Tal como Foucault, Deleuze fala de um controle sutil e sem um agente controlador localizado. Um controle feito por todos nós, de forma continuada e ininterrupta, atingindo diretamente o modo de pensar, de se relacionar e de viver dos sujeitos, tidos como indivíduos responsáveis pelos seus próprios destinos, mas atrelados e vigiados pelo conjunto daqueles que com eles dividem os espaços sociais. Assim, não mais apenas o confinamento com controle e dominação explícitos, mas, acima de tudo, uma desterritorialização de espaços fixos seguida de uma reterritorialização de modelos que enclausuram o sujeito em torno de regimes de

verdade, em padrões totalizantes de certo e errado, de belo e feio, de bom e mau, de supérfluo e indispensável.

De caráter complementar às práticas disciplinares, pontuais e mais bem localizadas, das quais temos como principais instâncias executoras instituições de confinamento tais como presídios, manicômios, internatos, fábricas, hospitais, etc., o que se afirma na sociedade de controle são as práticas de controle dos corpos, dos comportamentos, da subjetividade, da vida, de forma difusa, contínua e ilimitada. Não estão localizadas aqui ou acolá, mas se espalham por todos os cantos e espaços, um “controle ao ar livre” (DELEUZE, 1992). Trata-se, portanto, de gestão da vida a partir não mais de moldes fixos e rígidos, mas de modulações voláteis, efêmeras e sutis, que se modificam a todo instante e com velocidade incrível.

Com isso, aceleram-se as exigências por adaptação e conformação, mas nunca da mesma forma, pois “os tempos mudam e temos nós também que mudar... para nos adaptar!”. Assim, na sociedade de controle, não há mais a necessidade de panópticos centralizados a nos vigiar, pois a vigília já está em nós e em cada um. Nossos passos são naturalmente monitorados: “o que estamos fazendo agora”, o que pensamos, quais nossos planos, para onde vamos, por que estamos ausentes (*off-line*), por que estamos “fora de área”, ... Tudo de forma muito justificada e bem adaptada, pois, para isso, nos servem os *twitters*, *orkuts*, celulares, MSN's, *paggers*, GPS, etc. E o que mais virá?

Obviamente, não se duvida, aqui, dos benefícios da tecnologia para a dita vida moderna, por exemplo, com alternativas para aproximação entre as pessoas. Totalizar malefícios seria outra armadilha capitalística, na mesma dimensão que totalizar benefícios. A questão que levantamos refere-se às possibilidades de análise da relação de forças que se coloca em jogo. A que serve o controle? Que subjetividades ele movimenta e produz? Que modo de vida ele dá passagem, favorece e potencializa? Na sociedade de controle, importa mais o corpo cerceado pela ordem social que o corpo enclausurado e confinado e, assim, cria-se um paradoxo proposital: subjetivações serializadas e homogeneizadoras em meio à volatilidade das formas e a uma desterritorialização contínua. Produzem-se subjetividades solitárias cujos efeitos mais evidentes são a paralisia e a individualização (NEVES, 1997).

Nessa lógica, não cabem escapes e rupturas, pois todos devem estar integrados. Aqueles que resistem a esse funcionamento de controle, que subvertem essa ordem exatamente por trilharem pelas brechas do poder acabam por ganhar visibilidade e projeção, tornam-se perigo, tornam-se “sujeitos de intervenção”. Como consequência, tomar posse e controlar tais vidas passa a ser o alvo privilegiado do *biopoder*, a fim de produzir um determinado modo de vida cotidiano, mais adequado, mais higiênico, mais saudável.

Em seu bonito texto *A vida dos homens infames*, Foucault (2004b) atribui exatamente ao encontro com o poder o que retira essas vidas insignificantes da obscuridade e do anonimato. É quando tocam o poder e interferem nas forças que o compõem, alteram sua lógica de funcionamento, acionam outras possibilidades e outras formas de existir e, de um modo ou de outro, atuam nos interstícios do poder, que ganham visibilidade.

Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele (p. 208).

Estamos seguros de que cada encontro com os idosos se afirmava como um encontro de forças atravessado pelas mais diversas instituições, dentre as quais, pesquisa, academia, política pública, gestor público, velhice, comunidade, exclusão social. É exatamente essa relação de forças que se constitui como **poder**, o qual não deve ser pensado como uma instituição localizada em um “representante” (um déspota, um monarca, um todo-poderoso), mas como exercício da vida cotidiana, como diria Foucault, como uma rede fina que nos envolve a todos e que articula instituições diversas. É esse encontro com o poder que permite a essas vidas infames, insignificantes, secundárias, anexas, emergirem e saírem de seu isolamento, problematizando o modo de operar da sociedade contemporânea e das políticas públicas. Com suas resistências à captura e à padronização, atuam no **afrentamento** com os poderes constituídos e, por isso, são convocadas a se modificarem, são classificadas, sofrem intervenções e tornam-se relevantes.

“Na sua fala, [a idosa] demonstrava grande mágoa com a humanidade, falando que este é o maior perigo: ‘**a raça humana que é perigosa!**’” (grifo nosso) (parte de parecer psicossocial – Relatório Técnico nº 3).

Afrontamento! É no interstício, nas zonas de contato, no encontro com essas histórias e não nas histórias em si que se dão as produções de realidade, que surgem os escapes das prescrições. Aquilo que Deleuze e Guattari (1996) chamaram de *linhas de fuga*. Estas não são alheias ao diagrama de forças que compõe realidades, mas atuam em meio a tais forças, desterritorializando, estremecendo verdades, abrindo caminhos para outros possíveis. Uma imagem deleuziana: o estouro de um cano! Não o que vem antes ou o que vem depois. O estouro em si! Aquilo que provoca mudança, que movimenta sem ser algo externo. É parte do processo. É a alteração das próprias forças em jogo, porém dispostas em uma outra lógica, estabelecendo outras relações, denunciando algumas formas e anunciando diversidade.

Quanto às linhas de fuga, estas não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazê-lo fugir, como se estoura um cano, e não há sistema social que não fuja/escape por todas as extremidades, mesmo se seus segmentos não param de se endurecer para vedar as linhas de fuga. Nada de imaginário nem de simbólico em uma linha de fuga. Não há nada mais ativo do que uma linha de fuga, no animal e no homem (p. 72).

Mais à frente, Deleuze e Guattari definem as linhas de fuga como “*perigosas para a sociedade*”, o que nos faz voltar à análise das produções de nossos idosos. Curiosamente, no mesmo texto, chamam a atenção para o fato de que,

Do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares. Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação: aquilo que se atribui a uma “evolução dos costumes”, os jovens, as mulheres, os loucos, etc. [...] Acontece então de pessoas muito limitadas ou **muito velhas** captarem o acontecimento melhor do que os mais avançados homens políticos, ou que assim se acreditam do ponto de vista da organização (grifo nosso) (p. 86-87).

Ora, pensamos aqui que a velhice possa então favorecer essa abertura ao inusitado, em algumas vezes expressa nas recusas às modelizações efetuadas, na afirmação de modos de ser que escapam ao que se define como vida digna, saudável, cuidada. Por seu direito e exercício de ser, deixam fluir as intensidades que desestabilizam, produzem diversidade,

assumem formas “*menores*” para, assim, “*pôr em fuga*” formas “*maiores*”³⁰. A essas produções intersticiais ousamos chamar devires, ou melhor, apoiando-se nas produções deleuzianas, *devires minoritários* (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 44), aqueles que escapam às prescrições, afirmando-se como potência e criação, irruptivos de outras ordens fugazes a modelos preestabelecidos e pré-formatados. Devires minoritários disparam multiplicidades, evocam as forças em embate e em contínua relação, produzindo realidades diversas. Não se trata, portanto, de fugir ou de negar “A” realidade, mas criar um deslocamento de “UMA” dada realidade instituída em direção a fluxos mutáveis que permitam o vislumbre de outras possibilidades, outros devires, pois “(...) uma minoria nunca se deixa sedentarizar e também não constitui um conjunto fechado sobre si; e porque não se deixa fixar, seu movimento está sempre em conexão com outros devires-minorias” (TÓTORA, 2004, p. 242).

Quando atentos a essa perspectiva, outras histórias puderam surgir. Os “velhos loucos” passaram a se mostrar resistentes e afirmativos, principalmente ao provocar, nesta pesquisa, diversos instantes de crise e desvios, afirmando o quanto a produção da realidade e de conhecimento se faz em meio a lutas e batalhas.

3.2 POLÍTICAS DE PESQUISA: ARTES DE PRESCREVER, ARTES DE SILENCIAR

Aqui, se faz necessário falar daquilo que se constituiu como um importante processo de crise e desvio, que incidiu decisivamente nos rumos desta pesquisa. Havíamos adotado como procedimento em relação aos idosos a serem entrevistados as visitas em suas casas, mesmo cientes de que essa abordagem em momento algum seria simples, considerando que tentávamos estabelecer relação com os idosos que, via de regra, até então não se dispunham a receber pessoas em suas casas. Ousávamos tentar produzir

³⁰ Aqui, utilizamos de empréstimo uma referência importante de Deleuze e Guattari (1995b), ao discutir a atuação de uma língua menor como operadora de devir desterritorializando uma língua maior. Não se trata de oposição entre maior e menor como quantidades, mas como modos de atuação e intensidades, estando o maior remetido ao modelo, ao padrão, a formas hegemônicas em relação às quais tudo se avalia. Menor é aquilo que destoa do padrão, que cria contraste, que cria desvio. Um exemplo claro trabalhado pelo autor é que, em uma sociedade onde o padrão reconhecido e valorizado seja o homem-branco-heterossexual-adulto, qualquer manifestação mulher, negro, homossexual, criança, velho, etc. sempre será minoria, ainda que seja numericamente superior.

uma outra forma de relação que nem mesmo nós sabíamos qual e como, mas que pretendia ser cuidadosa, atenta e acompanhante dos afetos surgidos nesse encontro.

Ao escolhermos os idosos para nossas visitas, como já dito, identificados a partir de minhas próprias intervenções como profissional da Secretaria de Assistência Social, traçamos com estratégia propor encontros semanais ou mesmo quinzenais, nos quais conversaríamos sobre histórias e memórias. Esse processo das visitas ocorreu por cerca de doze meses, nem sempre sendo possível essa periodicidade inicialmente prevista, seja por incompatibilidade com as agendas e compromissos de trabalho, seja pela própria dinâmica e intensidade dos encontros, bem como pela disponibilidade dos idosos, o que provocava a produção de outros ritmos e movimentos.

Ocorre que os idosos, a despeito de nos receberem e de se disporem a compartilhar suas histórias, recusaram-se a aceitar que suas histórias se tornassem públicas, que fossem gravadas ou reescritas, fosse qual fosse a forma. Não se recusaram a participar da pesquisa, ou à presença do investigador. Tinham ciência do que se tratava aquele encontro, dos objetivos da pesquisa e da perspectiva ética com a qual o entrevistador estava comprometido, receberam o pesquisador por diversas vezes, narraram histórias, compartilharam momentos, memórias, lembranças. Mas não aceitaram a publicização de suas vidas.

Queriam falar, mas sem qualquer pretensão de que seus discursos e suas vidas se tornassem públicos, conhecidos, “famosos”. Aliás, não somente não havia pretensão como essa foi uma restrição: o dito não poderia ganhar publicidade sob qualquer forma, ainda que anônima, com a identidade preservada.

Mesmo que explicássemos o caráter sigiloso e ético da pesquisa, mesmo que justificássemos a importância dos relatos para a produção de conhecimento, ressaltando a relevância da pesquisa, mesmo que nos comprometêssemos a publicar apenas aquilo que fosse revisto por eles e nos fosse autorizado, houve recusa. **Negativa sob o argumento de que aquela vida não deveria ser exposta e nem servir de modelo para o que quer que fosse.** Não houve recusa em contar a vida sob a forma de histórias, apenas em publicizá-la, em torná-la visível ainda que anônima. Queriam contar as histórias, mas não queriam que

elas fossem recontadas e retransmitidas, como num esforço de resistência a qualquer tipo de apropriação.

Vidas sem rastros, sem vestígios, infames.

Mediante tais recusas, ficamos atônitos! A impossibilidade de gravar, filmar ou mesmo anotar as produções do campo, marcando o registro das falas, das expressões, das histórias, enfim, fez com que repensássemos o modo de fazer a pesquisa, além de nos ter remetido a pensar a própria intensidade da produção dos encontros.

Assumindo uma perspectiva cartográfica de pesquisa, entendemos que seria necessário inventar, deixar-se guiar e permitir a emergência de um conhecimento como composição, tentando fugir da sedução pela adoção de procedimentos marcados pela rigidez controlada, sem, no entanto, sucumbir também à tentação do outro extremo, qual seja de um relaxamento passivo (KASTRUP, 2007).

A tensão se fez presente, convocando-nos a analisar nossa implicação nesse processo de produção. Obviamente, causou-nos desconforto, desestabilização, incertezas, com os quais tivemos que dialogar. Desbravando caminhos, tentamos discutir e construir com os idosos alternativas, saímos em busca de outros aliados que pudessem ter trilhado também por caminhos semelhantes, experienciamos silêncios e paralisias, bem como euforias e outros movimentos. Pensávamos no quanto os idosos interferiam em nós, em nosso viver, em nossas práticas. Mais ainda em como falar desses atravessamentos, sem falar dos idosos, das histórias que nos narraram e que problematizavam tudo que deles se dizia, mas acima de tudo sem trair os idosos.

Retomamos, em outro momento, a conversa com ambos os idosos, pensando em uma estratégia diferente: falaria eu das minhas histórias! Partilharia a respeito de meu percurso até o encontro com eles e sobre o que me afetava, sobre o que me fazia voltar ali mais e mais vezes, entendendo que esse fato não se restringia meramente a um procedimento frio e cientificista de pesquisa. E mais... Falaria de quais histórias eu gostaria de falar em meu trabalho, quais histórias eu queria pedir a permissão para contar, certamente as muitas

histórias que me narraram marcadas pela produção cotidiana da vida, não necessariamente atravessadas por sofrimentos e tristezas.

Com o idoso não houve mudança, pois permaneceu inflexível em sua postura de recusa. Inicialmente, como alternativa à assinatura (escrita) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), chegamos a pensar e propor a filmagem, ou, ainda, o registro apenas da voz em gravador portátil, o que foi igualmente recusado. Foi então que criamos a proposta de confecção de um **termo de NÃO consentimento** que fosse discutido e construído com os próprios idosos e que funcionasse como um dispositivo para análises das práticas de pesquisa e dos efeitos que temos produzido ao seguir as prescrições do que tem se constituído e nomeado como ética em pesquisa. Um TNCLE³¹ que permitisse ao sujeito, no caso os idosos, manifestar, de forma concreta e pública, sua não submissão às prescritivas de uma determinada forma de se fazer pesquisa e sua discordância com relação a determinadas práticas de intervenção profissional. Este foi aceito pelo senhor idoso, que o assinou. Por um instante, ficamos eufóricos com essa produção que consideramos inovadora, potente! Proporíamos também à idosa o mesmo instrumento.

Com a idosa, porém, a experiência de troca se deu de forma diferente: na medida em que eu narrava minhas histórias, novas produções surgiam em meio aos relatos e às memórias (minhas e dela), até que a idosa concordou em ter algumas de suas histórias publicizadas. Obviamente, esse fato também nos encheu de alegria, pois considerávamos que estávamos superando uma grande barreira que até o momento dificultava a produção da pesquisa, tomando como referência os parâmetros éticos tradicionais de uma pesquisa acadêmica. Somente nos restaria, agora, elaborar o termo e “aplicá-lo” à pesquisa.

Foi então que nos demos conta do quanto a proposição de assinatura de tais termos (o tradicional TCLE e o inovador TNCLE) se constituiu como uma interferência negativa nos caminhos da pesquisa e na relação até então estabelecida entre pesquisador e pesquisado, porque percebemos que, para os idosos, não importava o que se colocava no papel e sim o que se produziu nas narrativas, nas memórias e nos encontros. O consentimento já estava dado na medida em que permitia o acesso do investigador a suas narrativas, suas memórias,

³¹ Sigla sugerida para um possível Termo de NÃO Consentimento Livre e Esclarecido.

à sua vida. Nenhum papel assinado poderia ter maior valor do que isso. Sentimos que, a partir da assinatura pelo idoso do TNCLE proposto, houve um certo distanciamento, fazendo com que histórias deixassem de ser narradas. Por seu lado, a idosa não mais se dispôs a nos receber. Com isso, após um longo processo de análise de implicação, entendemos que os vínculos e as relações produzidas no campo não poderiam ser barrados por um documento escrito ou por qualquer outra formalidade que tivesse unicamente como propósito respeitar um determinado código de posturas e procedimentos pretensamente científicos.

É inevitável perguntar: de que consentimento os termos falam? São proteções para os sujeitos investigados ou para o pesquisador? Se são álibis para a pesquisa, qual ética afirmam? Consentimento livre e esclarecido sob que referências? Em que medida um termo assinado interfere no processo de confiança estabelecido na produção da pesquisa?

Retornamos ao campo com o TNCLE em mãos e o devolvemos ao idoso, reafirmando com ele que nosso compromisso iria muito além de um papel assinado, que aquela não era a medida de nossa ética. Não tínhamos qualquer certeza de que a “volta” no procedimento faria com que as histórias silenciadas retornassem. Na verdade, não era essa exatamente nossa intenção/intensão, mas antes estabelecer e afirmar com o idoso qual era nossa aposta ética, marcar com o idoso que, para nós, assumia valor fundamental muito mais a intensidade dos afetos, a emergência das recusas, a passagem de uma outra estética para a vida, algo que esteve sempre presente em nossos encontros. O idoso pegou o termo, dobrou-o e o guardou no bolso, movimentos acompanhados de um profundo silêncio.

Que postura ética é possível, então, diante de tal posicionamento? A não aceitação de publicidade pelos sujeitos inviabiliza a pesquisa? Seria possível fazer pesquisa sem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado? Mas e quanto à riqueza dos dados produzidos nos encontros com o campo, torna-se esta perdida, inútil? Ou seria possível, de alguma forma, aproveitá-la, falar da intervenção produzida nos idosos, no pesquisador, na política de assistência social e na academia, sem utilizar as falas, os discursos dos idosos?

Optamos por manter o diálogo com os idosos, não **apesar** das recusas, mas justamente **em função** das recusas quanto à publicização dos conteúdos das conversas. As histórias

narradas, emergindo como acontecimentos, agindo como *devires minoritários*, têm a força do saber que corta e produz realidades. Com isso, pensamos muito se haveria a possibilidade de falar do encontro com a história dos idosos e de seus afrontamentos sem explicitar a fala dos idosos, cientes do quanto isso rebateria em toda a necessária discussão a respeito dos procedimentos éticos em pesquisa. Se não podemos contar os detalhes das conversas, se não podemos narrar os fatos e as lembranças dos idosos, contamos como nós as vivenciamos, como produziram em nós desvios, quebras, mudanças de rotas, torções, afetações, espalhados pelas páginas deste trabalho.

Não que tenhamos ou queiramos afirmar a fórmula secreta do acesso aos recusantes, como uma grande descoberta ou como um modo especial de conduzir intervenções no campo das políticas sociais, em especial das políticas de assistência social, tentando constatar, diagnosticar, explicar a realidade, mas por estarmos dispostos a compartilhar dessa batalha pela vida, a afirmar as lutas ao invés de negá-las, contrapô-las ou capturá-las.

Ao longo do tempo de produção desta pesquisa, várias foram as tentativas de contato com os idosos. Em algumas ocasiões, não fomos recebidos, em outras, fomos recebidos de forma cordial e amistosa, oportunidade em que foram geradas conversas de longa duração, e, em outros momentos, as visitas foram curtas e rápidas. Lembranças foram partilhadas, cidades reconstruídas, planos feitos e desfeitos, descobertas e experiências foram possíveis. Nesses diferentes encontros com o campo, pudemos dialogar com as recusas dos idosos e, assim, desconstruir um pouco das verdades que tanto se afirmavam sobre os idosos: não se tratava meramente de alienação fortuita, ou de resignação pela idade, ou, ainda, de loucura incapacitante. Os idosos vivem e querem viver. Produzem um modo de vida que grita em nome de uma produção histórica que exige consideração em sua coletividade e respeito pelas lutas árduas por afirmação da dignidade. Histórias que arguem intensamente os modos de fazer política pública e os modos de fazer pesquisa, *devires minoritários* que inventam e afirmam formas outras de viver, em choque com o instituído e com as prescrições da vida.

O caminhar desta pesquisa nos mostrou que esses velhos não se submetem por completo àquilo que é colocado para suas vidas porque querem vivê-las eles mesmos. E buscam

escapes todas as vezes que se tenta capturá-los. Os idosos, com suas recusas e suas histórias, nos arguem de forma imperativa: Que políticas de pesquisa estão em jogo? Que políticas públicas de assistência social aos idosos se quer implementar? Pretende-se apenas falar sobre/pelo/do outro? Não. Esse modo de fazer eles não consentiram. A essa perspectiva, disseram não. Para essa perspectiva, silenciaram-se como forma de resistência.

E eles resistem! Resistem não como oposição, como força contrária, como negatividade, mas como afirmação de outros territórios existenciais, como mais uma força em composição apontando em uma direção diversa daquela suposta e imaginada *a priori*, como abertura para outras possibilidades não postas e não vistas. Na e pela resistência, abrem caminhos, criam espaços para novos olhares, recriam a realidade, estabelecem novas relações, mas sem a expectativa de “deixar vestígios”. Resistência à apropriação das vidas, à intervenção que quer capturar, prescrever, controlar.

Por trás de todas as aceitações e coerções, mais além das ameaças, violências e persuasões, há a possibilidade desse momento em que nada mais podem e no qual na presença dos patibulos e das metralhadoras, os homens se insurgem (FOUCAULT, 2004a, p. 77).

Daí, pensar que procedimentos de pesquisa precisam estar conectados aos princípios que norteiam a pesquisa e que devem nortear também o estar e o produzir a vida. Com a pesquisa, produz-se conhecimento com o outro, atravessado pelo outro, no entremomento do encontro com o outro e não meramente sobre o outro, do outro, a respeito do outro, este posto como objeto passivo do fazer pesquisa. Aqueles velhos, em suas singularidades, colocaram em xeque também a própria experiência da pesquisa e o diálogo com a ética, fazendo-nos pensar que a produção de saber não encerra jamais as questões éticas e que, em certas circunstâncias, inclusive, padrões e procedimentos demasiadamente rígidos, em nome de um suposto necessário rigor científico, chegam a caminhar em direção oposta à da ética. E, se isso ocorre, somos convocados a decidir por qual caminho andar.

Com isso, esta pesquisa constituiu-se também como um árduo exercício ético. Tomar a velhice sob a perspectiva ética significou também pensar a ética em pesquisa. E tal pensamento nos remeteu ao que tantos outros pesquisadores³² já vêm discutindo a respeito

³² Um bom mostruário da disseminação dessas discussões pode ser encontrado no livro *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*, organizado por Guerriero *et al.* (2008). A despeito de

dos engessamentos que a rigorosidade dos procedimentos, ou mesmo a busca desenfreada por padronização de técnicas, regulamentos, metodologias, tem provocado nos meios acadêmicos e científicos, bem como nas produções do campo.

Trindade e Szymanski (2008), por exemplo, trazem o resultado de consulta realizada a diversos pesquisadores sobre os dilemas enfrentados ao confrontarem as produções do campo com as exigências dos Comitês de Ética em Pesquisa. Verifica-se ser expressivo o número de participantes da consulta que alegam dificuldades nesse diálogo, o que reforça a necessidade de que nossos procedimentos sejam cada vez mais problematizados e revistos, de modo a não se instituírem como fôrmas que limitam a intervenção, mas sim como dispositivos abertos às imprevisibilidades do campo e ao que emerge como insólito no cotidiano. Já Schmidt e Toniette (2008) apontam para o fato de que as produções do campo, envolvendo a relação entre pesquisador e pesquisado, bem como as instituições que os circundam e atravessam, são engendradas no processo da investigação, a partir dos diálogos, das negociações e, acrescentamos, das lutas travadas nos instantes do encontro.

Cabe, ainda, afirmar que anonimato e sigilo no processo da pesquisa não garantem, *per si*, proteção dos entrevistados, posto que, como afirma Concone (2008, p. 119), há diversos modos possíveis de identificação dos entrevistados. Ao mesmo tempo, a assinatura do TCLE não é procedimento trivial para alguns grupos sociais. Para grupos sociais em que a escrita não é recurso corriqueiro, ou em grupos 'não letrados', e que ainda mantém modos de vida assentados na noção de que 'a palavra vale mais do que a assinatura', a obrigatoriedade dessa assinatura vem revestida de muita desconfiança. Um papel assinado em 'branco' já foi objeto de desapropriação de terras, de usos manipulatórios de toda ordem. Por mais que o pesquisador possa explicitar as finalidades da pesquisa realizada, desconfianças pairam no ar. Em muitos casos, a ética das profissões pode estar em conflito com os direitos sociais instituídos, bem como as normas éticas não garantem, de forma absoluta, a proteção de situações de risco para os participantes.

A questão do anonimato, numa pesquisa qualitativa, como já tivemos condição de apontar, é relativa: de fato podemos garantir o anonimato de participantes quando na leitura dos resultados o grupo envolvido é capaz de reconhecer os autores de

os artigos se remeterem especificamente a pesquisas realizadas no campo da saúde, levantam questões de extremo interesse e relevância a respeito dos embates entre ética e produção de conhecimento, seja qual for o campo de pesquisa.

depoimentos? Como proceder quando a pesquisa envolve drogas e violência? Fazer assinar um TCLE não seria um risco considerável para o participante? Enfim, há questões de ordem ética envolvendo sigilo, privacidade, anonimato dos participantes que são específicas das pesquisas qualitativas; o mesmo se pode dizer para os riscos e benefícios (CONCONE, 2008, p. 120).

Na feitura de uma pesquisa, relações de poder/saber estão em jogo e se atualizam entre pesquisador e sujeitos participantes desse processo. Modos únicos de pensar ética e indivíduo se efetuam como se pudéssemos dissociar os modos de fazer pesquisa, seus métodos, dos protocolos utilizados no decorrer de sua feitura. O que se consente pesquisar e publicizar não pode ser tratado sem incluir o modo como tal consentimento foi efetuado, sem analisar as relações de poder que efetuam hierarquizações entre quem sabe e quem não sabe. Quais intimidações, humilhações e desconfianças o rito do TCLE pode provocar?

Do nosso ponto de vista, a pesquisa no campo das ciências humanas precisa debater as noções de ética, indivíduo, autonomia e liberdade com que temos tratado em nossas pesquisas e que se materializa no TCLE. Como apontam Langdon, Maluf e Tornquist (2008, p. 138), a noção de indivíduo que permeia o “[...] formato de termo de consentimento é bastante subordinada a uma visão ocidental moderna do sujeito de direito e da biomedicina [...]”. Podemos dizer também que a noção de ética, do modo como vem sendo tratada nos protocolos de consentimento, se aproxima muito mais do homem da moral do que do homem da ética (Rolnik, 1995). O que podemos perceber é a redução da ética a um âmbito instrumental, normativo e metodológico, localizando sua ação prioritariamente a um dos momentos da pesquisa e não a todo o processo do pesquisar. No que se refere às noções de liberdade e autonomia, estas parecem ser compreendidas muito mais como um atributo individual, que cada um pode lançar mão, sem que tenhamos condição de efetuá-la como exercício coletivo.

De quais controles estamos falando no campo da realização de pesquisas nas ciências humanas? Não estaríamos lidando com uma homogeneização e uniformização de procedimentos e protocolos que não abarcam a variabilidade dos modos de vida e das questões com que os humanos têm lidado no contemporâneo?

Há desafios cruciais a serem discutidos quando tratamos da ética em pesquisa. Estes dizem respeito não apenas à operacionalização metodológica do TCLE, mas abarcam o que se quer pesquisar e para que, o lugar que os sujeitos pesquisados são colocados no processo de pesquisa, a posse de informações como instrumento de controle dos grupos sociais, o sigilo como proteção do pesquisador e os direitos autorais dos registros do que foi narrado no decorrer da pesquisa. Por fim, o uso das pesquisas na construção de políticas de estado e programas governamentais que, segundo Langdon *et al.* (2008, p. 143), podem redundar em prejuízos aos grupos pesquisados, e “[...] o exemplo mais conhecido é o uso do livro de Chagnon sobre os ianomâmis pelo governo militar brasileiro para justificar a fragmentação da terra ianomâmi [...]”.

O que se efetuou foi uma afirmação muito mais do que uma negativa. Uma afirmação da vida não como propriedade que se concede ou não a outro. Em nosso entender, o desafio maior passa a ser por permitir a passagem das vozes silenciadas, emudecidas, invisibilizadas pelo tempo, pelas intervenções, pelas prescrições das políticas de Estado e das pesquisas. O que pulsa nessas vidas infames não fala apenas de sofrimento e negação, mas também de afirmação, enfrentamento, potência, conquistas. A nós, cabe abrimo-nos para a multiplicidade dos acontecimentos, das forças em luta, estas, por muitas vezes, fadadas à invisibilidade do refugio.

Perceber que, como dizia Baptista (2001, p. 207), “[...] contidas neste nada desfocado, muitas coisas aconteciam naquela casa”, e em tantas outras casas, em tantas histórias construídas e narradas por idosos que insistem em traçar diagramas de forças que afirmam a vida como *uma vida*.

E, de um diagrama a outro, novos mapas são traçados. Por isso não existe diagrama que não comporte, ao lado dos pontos que conecta, pontos relativamente livres ou desligados, pontos de criatividade, de mutação, de resistência; e é deles, talvez, que será preciso partir para se compreender o conjunto. É a partir das lutas de cada época, do estilo das lutas, que se pode compreender a sucessão de diagramas ou seu re-encadeamento por sobre as descontinuidades (DELEUZE, 1988, p.53).

Vidas assim convocam-nos a pensar e fazer políticas (de pesquisa e de assistência social) não mais pelo viés do aprisionamento a códigos e padrões majoritários, mas pela

permissão da eclosão e expressão dos *devires minoritários*, um política minoritária que desestabilize espaços, que produza outros novos, sempre móveis e mutáveis.

4 COMO UM VELHO VAGABUNDO, SEM QUERER PARAR, CONTINUAMOS A ANDAR...

Muitos caminhos atravessaram esta pesquisa. E nosso desejo é que essa multiplicidade de interferências continue acontecendo, ora com bifurcações, ora com junções, ora com encruzilhadas, ora com esquinas, ora com o que mais for possível...

Discutir o envelhecimento e as histórias dos velhos, articulando com as produções da política de assistência social e das políticas de pesquisa, apostando numa perspectiva aberta às multiplicidades, atenta às produções intempestivas, fugaz em relação a procedimentos encerrados, mostrou-se um desafio instigante e de grandes proporções. Vários motivos levam a tal afirmação, dentre os quais, podemos citar o fato de ter encontrado poucas produções acadêmicas parceiras dessa proposta, a necessidade de se colocar em questão conceitos e argumentos já tão consolidados na área da assistência social, as diversas possibilidades e desdobramentos das histórias narradas pelos sujeitos e a implicação deste pesquisador no processo de pesquisar.

Todas essas questões se inter cruzam, construindo uma rede densa com tantas outras questões que atravessam o caminhar da pesquisa. Este é, porém, o convite para ouvir os diálogos estabelecidos com a vida, as conversas atentas com o que se produz no dia a dia, trocando sentimentos, vivências e afetações. Convite este aceito de prontidão, entendendo o desafio também como um lançar-se na condição de aprendiz, aquele que experimenta e se abre para a criação.

No que se refere aos sujeitos que resistem, àqueles que recusaram intervenções, nossa proposta, com este trabalho, não foi jamais estabelecer novas prescrições para “entendê-los”, ou criar “formas de acessá-los”, como numa tentativa de “dar respostas aos problemas da política de assistência social”! Também nós recusamos a participação em novas capturas, em novas prescrições que indiquem a forma de se conseguir que aqueles que recusam deixem de fazê-lo.

Este trabalho não se importa em dar respostas ou soluções! Quer também ser uma interferência, ao colocar em discussão os modos de funcionar e de viver, as práticas de pesquisa, as políticas de intervenção, a produção de realidade. Alegremo-nos, assim, com a

continuidade das recusas e resistências dos idosos com os quais conversamos, em relação a nós, inclusive, a esta pesquisa, certos de que não significam bloqueios, mas desvios, atravessamentos que nos fazem pensar o caminho, sem deixar de produzi-lo, sem deixar de trilhá-lo. Mesmo quando recusam, continuamos a pesquisar!

As políticas são assim constituídas: por molaridades e molecularidades, por macro e micropolíticas, por capturas e fugas, linhas de fuga! Forças em embate permanente. Entre elas: interstício e afrontamento, emergência de devir! E é esse devir que provoca ruptura, que denuncia uma outra ordem, que evidencia as fendas e brechas nos pretensos enquadramentos das políticas, de pesquisa e de assistência social, que engendra formas outras possíveis, as quais carecem ser sentidas, discutidas, analisadas. Seus efeitos são visados pela captura formatadora, quando deveriam ser tomados como formas provisórias e anunciadoras de novos tempos, novos espaços, novas composições.

Falamos de uma nova relação de poder, um outro diagrama que não é um diagrama em que você captura em formas disciplinares ou de controle e produz um determinado sujeito padrão, ainda que seja sob o rótulo de sujeito de direitos. Falamos de uma política feita por acontecimentos, em que o sujeito se produz e se diferencia continuamente, um sujeito ético entrecortado por *devires minoritários*. O desafio é deixar de tomar a velhice, os velhos como risco/em risco, sujeito passivo à intervenção. A provocação que os idosos trazem é vê-los como sujeito possível, sujeito afirmativo, sujeito que produz realidade, que denuncia regimes de escravidão e anuncia transformações.

Em sendo assim, que inflexões trazem para o fazer dos gestores de políticas de assistência social? O que desassossega? Como falar na produção da vida que não se encerra nos limites de uma casa, da falta, da tristeza, da miséria? Ela atravessa as frestas das paredes, exala pelos cheiros do tempo, escorre pelo chão esburacado, ecoa pelas pedras soltas no terreiro. Isso parece não interessar às intervenções positivistas e carregadas do saber prescrito, o suposto saber!

Mas não seria mesmo este o objetivo das políticas, intervir onde há falta, suprir carências e necessidades? Talvez, sob um certo aspecto... Mas, ainda assim, quem as define? Sob

que parâmetros e preceitos? Provocados por exercícios éticos? Por prescrições morais? De quais necessidades? Seriam, então, as políticas somente para o que falta? Nós mesmos, durante muito tempo, caímos nas armadilhas de “escolher” falar das histórias de sofrimentos e esquecer outras tantas histórias vividas, sentidas, lembradas.

Como já dissemos por diversas vezes, e acreditamos que as marcas na estrada tenham demonstrado, trilhar esse caminho não foi, em momento algum, fácil. Desde a perspectiva de enxergar a recusa como afirmativa, como imperativa de ordens outras possíveis, que destronam nossas certezas e organizações tão coesamente prescritas, até a desestabilização provocada pelo exercício de inventar formas de caminhar quando menos parece haver saídas e rotas disponíveis. Além disso, as análises aqui colocadas, que inicialmente intentavam falar das políticas de assistência social, convocam a pensar em nossa implicação na produção da realidade também como pesquisadores e como produtores de saber, sujeitos protagonistas da vida. Em outras palavras, os idosos afirmaram “dobras” que tecem modos de vida e que nos fizeram pensar também nas dobras que tecem as políticas de assistência social, nas “dobras” que tecem as práticas de pesquisa, nas “dobras” que tecem um existência ética.

Pensamos que temos direito a uma política que crie possibilidades e que dê passagem também, e principalmente, para aquilo que é potência nos sujeitos! Temos sim direito à política que vê vida para além do sofrimento, ainda que o sofrimento esteja presente e grite... Sabemos que grita! Mas que, talvez, só grite porque a vida que ainda abunda, mas que sussurra, quase silenciosamente, não é vista/ouvida/sentida!

O fato de as histórias narradas não terem aparecido neste trabalho também constitui-se em uma forma de contribuir para não permitir a captura dos modos de vida, a não vulnerabilização das vidas. Esse foi o sentido da recusa, da negativa dos idosos. A negativa produziu torções nesta pesquisa, torções que mudaram o rumo e denunciaram invisíveis. Histórias que foram expropriadas, que lutaram contra a apropriação, que se tornaram potentes por isso. Essas histórias que não entraram não teriam que entrar jamais!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, M. Filosofia e globalização. In: _____ & BARROS, M. E. B. de (Org.). **Mundo e sujeito: aspectos subjetivos da globalização**. São Paulo: Paulus, 2004. p. 69-92.

ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAPTISTA, L. A. dos S. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: MACIEL, I. M. (Org.). **Psicologia e educação: novos caminhos para a formação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. p. 195-209.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1990.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo : Brasiliense, 1996.

BERZINS, M. A. V. da S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 75, p. 19-34, 2003.

BLANCHOT, M. **O livro por vir**. Lisboa: Relógio d'água, 1984.

BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 dez. 1993.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 3 out. 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.servicosocial.ufsc.br/ferramentas/ferramentas/upload/arquivos/d/pnas_final.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2009.

CARVALHO, S. V. **A morte das ruas – estudo das relações entre o público e o privado nos condomínios exclusivos**. 1994. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1994.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BOGUS, L. *et al.* (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1977. p. 15-48.

_____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

CONCONE, M. H. V. B. A pesquisa e a ética. In: GUERRIERO, I. C. Z. *et al.* (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo : Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 109-127.

CORAZZA, S. M. O que Deleuze quer da educação. In: **Revista Educação – Especial Deleuze pensa a educação**, São Paulo, Editora Segmento, ano III, p. 16-27, 2008.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. São Paulo : Ed. 34, 1992.

_____. A imanência: uma vida... In: VASCONCELLOS, J. & FRAGOSO, E. Â. da R. (Orgs.). **Gilles Deleuze: imagens de um filósofo da imanência**. Londrina: UEL, 1997. p. 15-19.

_____. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnasse, Paris. [No Brasil, divulgado pela TV Escola, Ministério da Educação. Tradução e Legendas: Raccord (com modificações)]. Disponível em: <www.oestrangeiro.net>. Acesso em: 23 fev. 2009.

_____ & GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a. v. 1.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b. v. 2.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 3.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo : Unesp, 1997.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979a. p. 15-37.

_____. Os intelectuais e o poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979b. p. 69-78.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

_____. É inútil revoltar-se? In: _____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense, 2004a. p. 77-81. v. 5.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense, 2004b. p. 203-222. v. 4.

FOUCAULT, M. Do governo dos vivos. In: **VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais**, São Paulo, PUC-SP, n. 12, out. 2007.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. 3.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1986.

HECKERT, A.L.C. **Narrativas de resistência: educação e políticas**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (Org.). **Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. Rio de Janeiro: CESTE/IMS/ABRASCO, 2007. p. 199-212.

_____. & PASSOS, E. Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. In: BARROS, M. E. B.; CARVALHO, S; FERIGATO, S. (Orgs.). **Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade**. São Paulo : HUCITEC, 2009. P. 376-393.

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis por domicílios no Brasil**: 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 fev. 2009.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre/RS, v.19, n.1, jan./abr., 2007. p. 15-22.

LANCETTI, A. A casa de inverno. Notas para desinstitucionalização da assistência social. In: **Revista saúde & loucura. Grupos e coletivos**. São Paulo : Hucitec, n. 4, p. 71-84, 1994.

LANGDON, E. J.; MALUF, S. & TORNQUIST, C. S. Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. In: GUERRIERO, I. C. Z. *et al.* (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo : Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 128-147.

LAVRADOR, M. C. C. Processos de exclusão e inclusão social. In: ABDALLA, M. & BARROS, M. E. B. de (Org.). **Mundo e sujeito: aspectos subjetivos da globalização**. São Paulo: Paulus, 2004. p. 115-127.

_____. **Loucura e vida na contemporaneidade**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

_____. **Aula ministrada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/UFES**. Vitória, 2009. (não publicado).

MACHADO, L. D. Ética. In: BARROS, M. E. B. de (Org.). **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999. p. 145-161.

NEVES, C. A. B. Sociedade de controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação. In: **Revista saúde e loucura – Subjetividades. Questões contemporâneas**. São Paulo : HUCITEC, p.84-91, 1997.

_____. Gilles Deleuze e política: interferências nos modos de se estar nos verbos da vida (prelo). In: NASCIMENTO, M. L.; TEDESCO, S. (Org.). **Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre : Sulinas, 2009. p. 192-213.

OLIVEIRA, C. M. C. de. **Atenção básica na assistência social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

PAIVA, B. A. de. O SUAS e os direitos socioassistenciais. A universalização da seguridade social em debate. In: **Revista serviço social e sociedade n. 87 – SUAS e SUS**. São Paulo : Cortez, n. 87, 2006.

PASSOS, E. **Curso sobre cartografia ministrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo**. Vitória, 2010. (não publicado).

PASSOS, E. & BENEVIDES, R. **Aula ministrada no Instituto Sedes Sapientiae**. São Paulo, 2003. (não publicado).

_____. **Método na experiência clínico-política: reversão e desmontagem**. [Apostila]. Transcrição de apostila realizada pelo Grupo de Estudos Vivenciados - Delicadas Coreografias em julho de 2008. Disponível em: <http://sites.google.com/site/blogdafla>. Acesso em: 07 out. 2009.

PELBART, P. P. **Exclusão e biopotência no coração do império**. 2001. Disponível em: <www.cedest.info/Peter.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2008.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHO, A. F. *et al.* Casa de inverno: invento e interdição. In: LANCETTI, Antônio. **Assistência social e cidadania**. São Paulo : Hucitec, 1996. p. 101-111.

RODRIGUES, H. de B. C. Direitos humanos e intervenção clínica. In: COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia, Ética e Direitos Humanos**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1998. p. 65-89.

_____. **No rastro dos “cavalos do diabo”. Memória e História para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002.

ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, M. C. R. (Org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995. p. 157-176.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: _____. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 7-13.

SCHMIDT, M. L. S. & TONIETTE, M. A. A relação pesquisador-pesquisado: algumas reflexões sobre a ética em pesquisa e a pesquisa ética. In: GUERRIERO, I. C. Z. *et al.* (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo : Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 102-106.

SIQUEIRA, R. L. **A experiência do envelhecimento no meio rural**. 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2001.

SOUSA FILHO, A. **Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano.** Sociabilidades. São Paulo/SP, v.2, p.129-134, 2002. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/alipiosousa>. Acesso em: 12 abr. 2010.

SPOSATI, A. de O. *et al.* (Orgs.). **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 10. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

_____. **A menina LOAS.** Um processo de construção da assistência social. 5. ed. São Paulo : Cortez, 2010.

TÓTORA, S. M. C. Devires minoritários: um incômodo. In: **VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais**, São Paulo, PUC-SP, n. 6, out. 2004.

_____. Democracia e sociedade de controle. In: **VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais**, São Paulo, PUC-SP, n. 10, out. 2006.

_____. Ética da vida e o envelhecimento. In: CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (Org.). **Envelhecimento e velhice: um guia para a vida.** São Paulo: Vetor, 2006b. p. 27-48.

_____. A vida nas dobras... As dobras da velhice. In: **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, v. 19, n. 43, p. 27-38, 2008.

TRINDADE, Z. A. & SZYMANSKI, H. O impacto dos comitês de ética – CEPs, na atividade de pesquisa em Psicologia. In: GUERRIERO, I. C. Z. *et al.* (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde.** São Paulo : Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 280-303.

VERAS, R. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 75, p. 5-18, 2003.

APÊNDICES

A – Lista de siglas

CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS: Centro de Referência da Assistência Social

GAIP: Gerência de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

NUCAVI: Núcleo Contra a Violência ao Idoso

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

SEMAS: Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS: Sistema Único da Assistência Social

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo com a participação no projeto de pesquisa abaixo discriminado nos seguintes termos:

Projeto: Narrativas de histórias: analisando encontros entre histórias de idosos e a política de assistência social

Responsável: Cleilson Teobaldo dos Reis

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Coelho Heckert.

Identificação do sujeito

Nome: _____

Idade: _____

R.G. n.º: _____

End.: _____

Justificativa e objetivo da pesquisa:

Este trabalho pretende levantar questões a partir da vivência de idosos em seus encontros com a política de assistência social que sejam disparadoras de discussões importantes na elaboração de políticas públicas e na compreensão das vivências da velhice em nosso tempo. Tem como objetivo analisar as produções efetuadas nos encontros entre histórias de idosos e a política de assistência social do município de Vitória-ES, trazendo à tona seus atravessamentos e suas composições, suas implicações e seus modos de funcionamento.

Descrição dos procedimentos a que o sujeito será submetido:

Entrevistas semiestruturadas, observação do cotidiano, análise documental.

Benefícios esperados:

Espera-se levantar informações relevantes para a proposição de políticas públicas de assistência social, bem como refletir a respeito dos processos de envelhecimento e dos modos de relação com a vida

estabelecidos pelas pessoas idosas.

Esclarecimentos quanto à participação:

- Não haverá identificação dos participantes. Nome e informações pessoais serão mantidos em sigilo.
- A transcrição da entrevista, gravada em áudio, estará disponível para o entrevistado e deverá ser autorizada pelo mesmo.
- É permitido desistir, a qualquer momento, da participação.
- É possível obter todas as informações e esclarecimentos que julgar serem necessários diretamente com o pesquisador.
- Ao termino da pesquisa, será realizada uma reunião devolutiva com cada um dos participantes da pesquisa.
- A pesquisa, em seus formatos de “Projeto de Qualificação” e “Dissertação”, estará disponível aos participantes interessados.
- Os resultados da pesquisa serão apresentados em artigos e eventos científicos sem qualquer identificação dos seus participantes.
- Não haverá riscos para a sua saúde.
- Não haverá nenhuma forma de pagamento.

Estando assim de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias.

Vitória, ____ de _____ de _____.

Participante voluntário da pesquisa

Cleilson Teobaldo dos Reis
Pesquisador

Ana Lúcia Coelho Heckert
Pesquisadora responsável

Para qualquer esclarecimento do pesquisador, caso surjam dúvidas:

9984-2099/3382-6144

Para esclarecimentos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFES):

3335-7211